

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 2026

NÚMERO 23.203 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política

Disputa entre Flávio e Lula tem empate técnico no DF

A quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política, a três dias das eleições, consolida um quadro visto em todo o país na disputa à Presidência. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) estão isolados na ponta e rumam ao segundo turno, bem distantes dos demais candidatos. Flávio lidera no Distrito Federal com 39,4%, na consulta estimulada. Lula vem em seguida, com 35,1%. Os dois estão em empate técnico

dentro da margem de erro — 2,9 pontos percentuais para mais ou para menos. Juntos, teriam 74,5% dos votos. Segundo Alexandre Garcia, CEO do instituto, o resultado “mostra polarização, com esvaziamento de outros candidatos e redução no número de indecisos”. No segundo turno, Flávio venceria Lula por 49,2% a 39,9%. A pesquisa foi realizada entre 26 e 28/9, com 1.225 pessoas em 31 regiões da capital e registro DF-00922/2026.

Ed Alves/CB/D.A Press



Flávio Bolsonaro
PL

39,4%

Ricardo Stuckert/PR



Lula
PT

35,1%

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Ronaldo Caiado
PSD

7,1%

Reprodução/Redes Sociais



Augusto Cury
Avante

4,9%

Reprodução/Instagram



Renan Santos
Missão

3,3%

Reprodução/Redes Sociais



Romeu Zema
Novo

0,8%

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Combate à corrupção

Na sabatina do *Podcast do Correio*, a deputada Paula Belmonte (PSDB), candidata ao Governo do Distrito Federal, destacou como primeira medida, caso seja eleita, a criação do gabinete de combate à corrupção. A parlamentar acredita que tem chance de disputar o segundo turno contra a atual governadora Celina Leão (PP), após receber apoio de diversos aliados do ex-candidato José Roberto Arruda (PSD), impedido pela Justiça Eleitoral de concorrer ao GDF. “Sou uma alternativa viável”, acredita.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Muito além da cultura

Jornalista e ex-secretário do GDF, Bartolomeu Rodrigues disputa uma cadeira de distrital pelo PSB.

● **Com Michelle favorita, segunda vaga no Senado será voto a voto**

● **Conheça as propostas dos candidatos ao Buriti para o esporte**

Ed Alves/CB/D.A Press



Chance de acabar no primeiro turno

Especialistas do Instituto Opinião Inteligência Política, Alexandre Garcia e Carlos André Machado, avaliaram a pesquisa do **Correio**, no *CB.Poder*. Segundo eles, há alta chance de Celina Leão ser reeleita no domingo. A disputa pelo Senado também merece atenção nesta reta final.

PÁGINAS 2 E 13 A 18. NAS ENTRELINHAS, 3, BRASÍLIA-DF, 5, E EIXO CAPITAL, 14

TSE barra posts com fake news sobre santa

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral — entre eles três magistrados do STF — votaram pela remoção de posts sobre Nossa Senhora Aparecida que atingiam o candidato Flávio Bolsonaro (PL). O julgamento terminou no final da noite de ontem. De acordo com a decisão, essas mensagens nas redes sociais provocam desinformação eleitoral.

PÁGINA 3

Gabinete do primeiro-ministro/AFP



Passageiros evitam atentado em voo

Copiloto esfaqueia piloto em avião que viajava dos Emirados Árabes para Israel, mas é impedido de derrubar o Boeing 737 da companhia Flydubai. Na chegada a Tel Aviv, o premiê Benjamin Netanyahu cumprimenta (foto) o “herói” Yaniv Hayum, que dominou agressor com uma manobra de estrangulamento.

PÁGINA 9

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Relevância — Ao *Podcast do Correio*, o presidente do Sistema Cofeci e Creci, João Teodoro falou sobre a importância da profissão de corretor. PÁGINA 8

Minervino Júnior/CB/D.A Press



CasaCor Brasília — Arquitetos e especialistas do Sebrae debatem no CB Talks o uso de artesanato em ambientes contemporâneos. PÁGINA 19

Olho na regra eleitoral!

A votação em primeiro turno será no domingo. Até lá, eleitores e candidatos têm uma série de normas a serem cumpridas. Há restrições para a campanha, principalmente nas redes sociais.

Data Venia

Indecisão na Justiça sobre candidatura dos ficha-suja provoca insegurança jurídica.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Receita para novas vidas

Lu Alckmin, segunda-dama do Brasil, detalhou no *Podcast do Correio* os resultados do programa Padaria Artesanal.

PÁGINA 19

Justiça exige do Discord ações contra o suicídio no Brasil

PÁGINA 6

Nova rodada de negociação de tarifaço

Ministros brasileiros têm encontro com o representante comercial da Casa Branca Jamieson Greer. Na pauta, a possibilidade de retomar as negociações sobre tarifas impostas pelos EUA.

PÁGINA 7

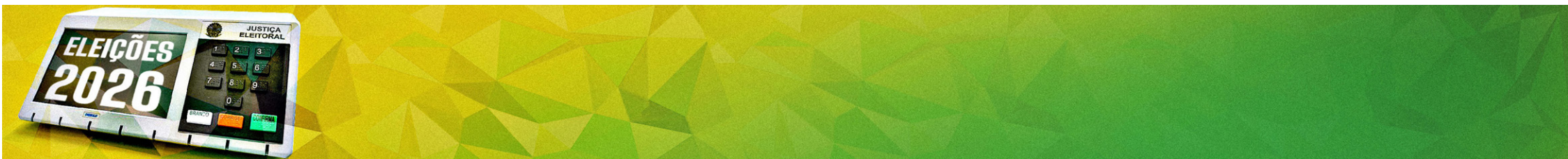


CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



Migração de voto útil para Flávio e Lula no DF

Quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política mostra crescimento da polarização entre eleitores brasilienses. Às vésperas do pleito, o senador e o presidente aparecem em empate técnico no levantamento estimulado

» ROSANA HESSEL
» ANA MARIA CAMPOS

Na reta final das eleições presidenciais, marcadas para o próximo domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) seguem à frente da preferência do eleitor do Distrito Federal. Conforme dados da quinta rodada da pesquisa Correio/Opinião Inteligência Política, divulgada ontem, se a eleição fosse hoje, Flávio teria 39,4% das intenções de voto e Lula, 35,1%, segundo a consulta estimulada – quando é apresentada a lista dos nomes que disputam o cargo de chefe do Executivo pelos próximos quatro anos.

Como a margem de erro da pesquisa é de 2,9 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%, esse cenário representa um empate técnico. A pesquisa foi a campo entre 26 e 28 de setembro e ouviu, de forma presencial, 1.225 pessoas em 31 das 33 regiões administrativas do Distrito Federal. A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral com o número DF-00922/2026.

No levantamento anterior, realizado entre 17 e 19 de setembro, Flávio recebeu 40,8% das intenções de voto e Lula, 33,6%, o que revela uma leve queda de 1,4 ponto percentual para o candidato do PL e de alta de 1,5 ponto percentual para Lula. “Os dados mostram oscilação dentro da margem de erro, de 2,9 pontos percentuais para cima ou para baixo”, explicou Alexandre Garcia, CEO da Opinião Inteligência Política, em entrevista ao Correio.

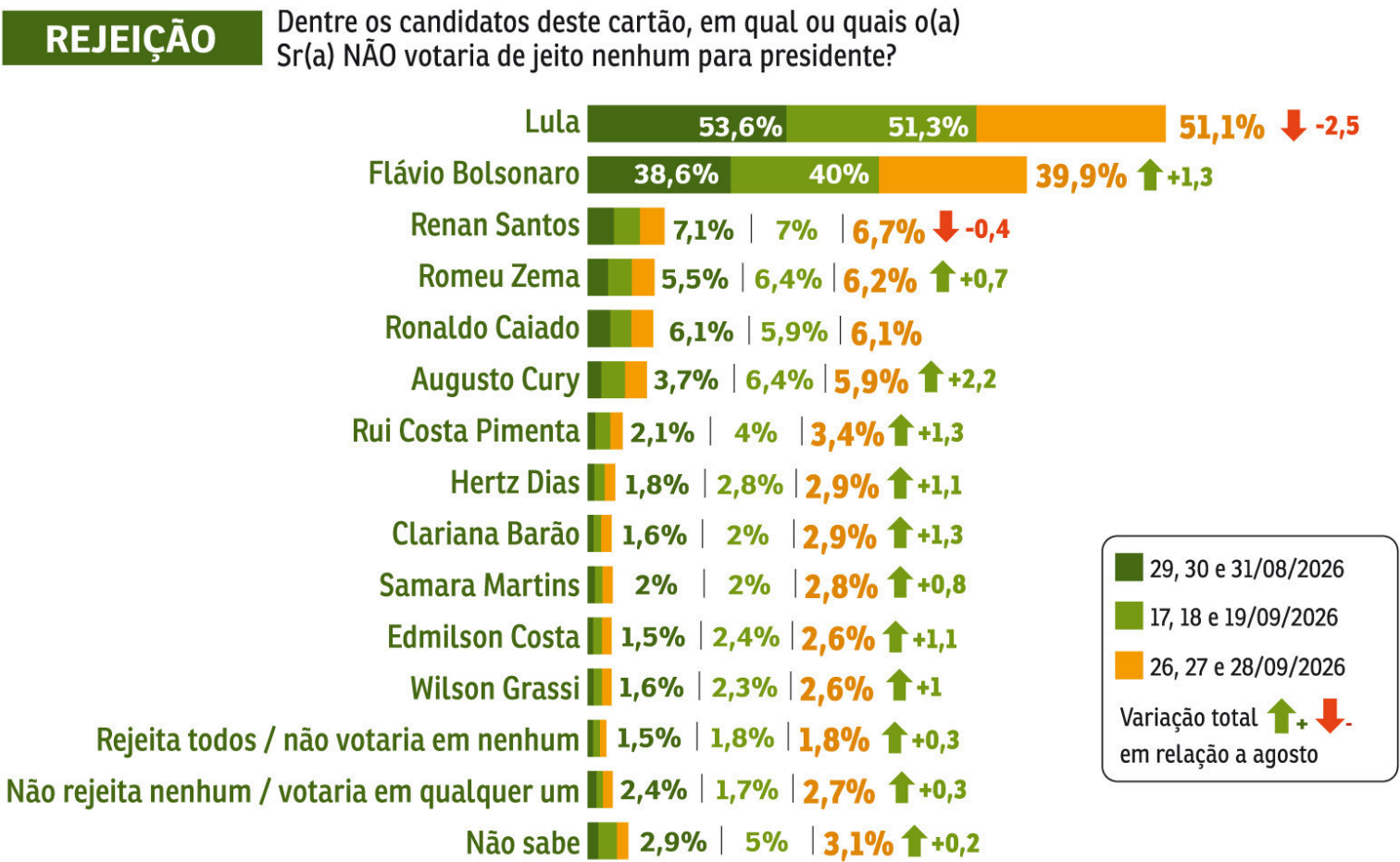
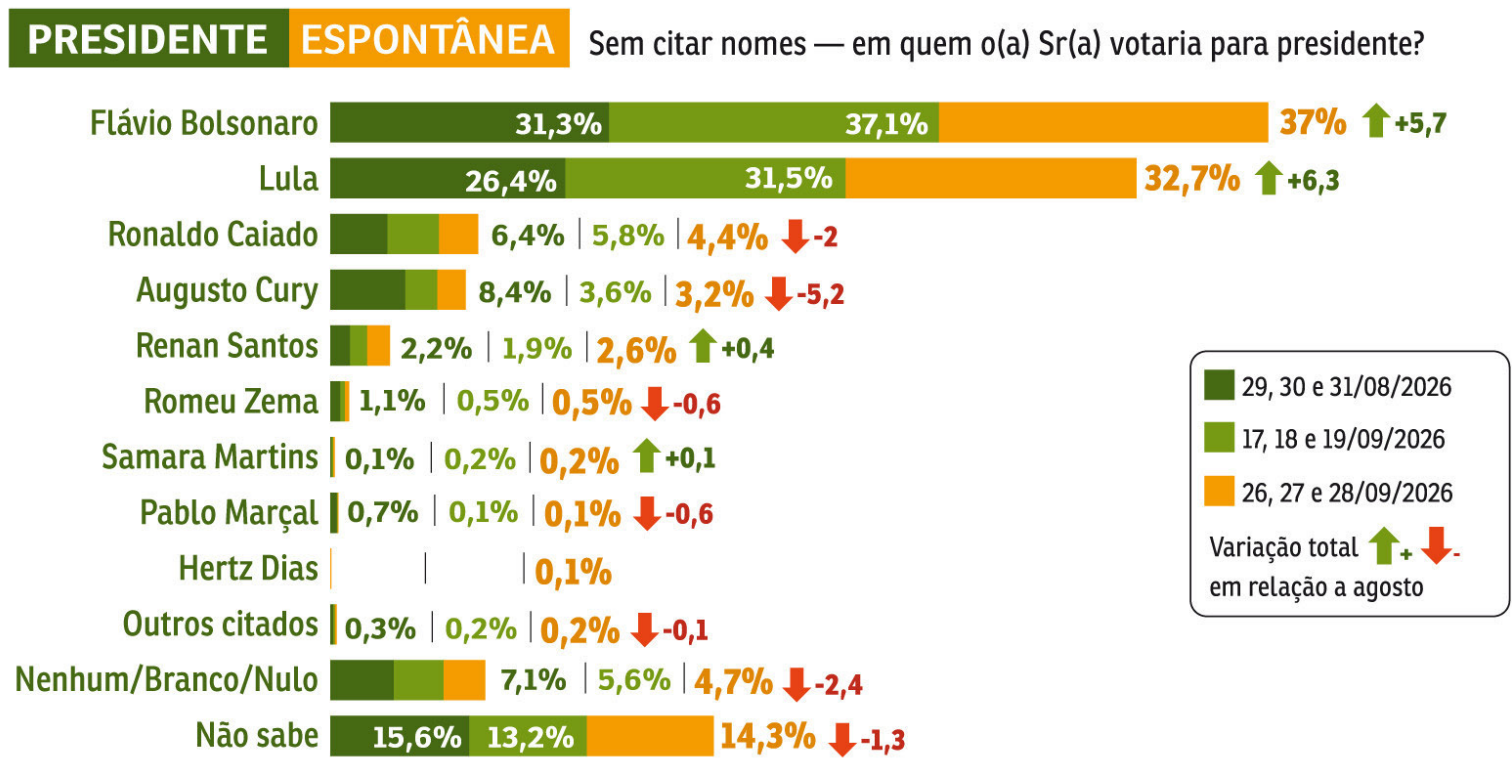
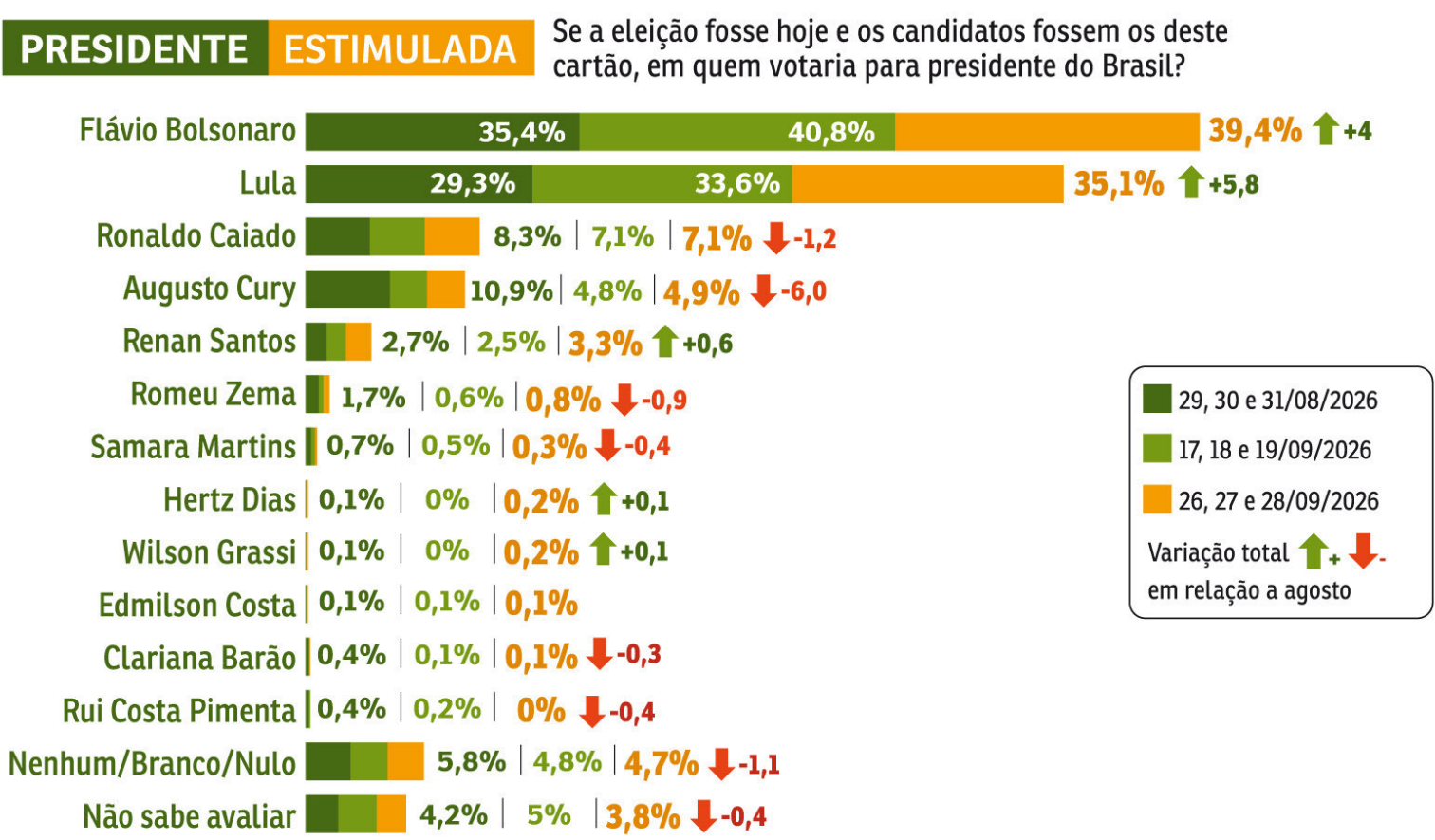
O executivo destacou que, apesar da variação, a soma das preferências do eleitor do DF por Flávio e Lula chegou a 74,5%, nesta edição da pesquisa, praticamente estável em relação aos 74,4% da anterior. E, no levantamento realizado entre 29 e 31 de agosto, esse percentual estava em 64,7%.

Segundo Garcia, esses 10% de aumento na preferência dos dois candidatos à frente nas pesquisas em relação aos dados de agosto mostram uma polarização para as eleições deste ano entre Lula e Flávio, “com esvaziamento de outros candidatos e redução no número de indecisos”.

Na comparação com a pesquisa anterior, o percentual de indecisos caiu de 5% para 3,8%. “O que temos percebido na pesquisa é o aumento da polarização e também que o voto útil está começando a migrar para Flávio ou para Lula”, destacou o CEO da Opinião.

Ao comparar o resultado no DF com pesquisas nacionais, ele considerou não haver dúvida de que esses dois candidatos se enfrentarão no segundo turno, marcado para 25 de outubro. “Está muito claro que vai haver segundo turno, e, se não houver, será uma surpresa para todos”, acrescentou ele.

Conforme os dados da atual pesquisa **Correio**/Opinião, na comparação com a edição anterior, em terceiro lugar ficou Ronaldo Caiado (PSD) que



O que temos percebido na pesquisa é o aumento da polarização e também que o voto útil está começando a migrar para Flávio ou para Lula"
Alexandre Garcia, CEO da Opinião Inteligência Política

manteve 7,1% da preferência dos eleitores. Enquanto isso, Augusto Cury (Avante), apresentou variação positiva de 4,8% para 4,9%, Renan Santos (Missão), avançou de 2,5% para 3,3%; enquanto Romeu Zema (Novo) somou 0,8%, ante 0,6% na edição anterior. Samara Martins (UP) recuou de 0,5% para 0,3%; e Rui Costa Pimenta (PCO), que tinha 0,2%, não pontuou nesta edição.

Edmilson Costa (PCB) e Clariana Barão (DC) continuaram com 0,1% cada. Hertz Dias (PS-TU) e Wilson Grassi (Democrata), que apareciam com 0,0% antes, passaram para 0,1% e 0,2%, respectivamente. Outros 4,7% disseram que vão votar em branco, dado levemente abaixo dos 4,8% da enquete anterior.

A pesquisa ainda mostra rejeição elevada do eleitor do DF em relação a Lula, de 51,1%, superior à de Flávio, de 39,9%. Na sequência, Renan Santos, com rejeição de 6,7%; Romeu Zema, com 6,2%; Ronaldo Caiado, com 6,1% e Augusto Cury, com 5,9%.

“A rejeição a Lula é mais elevada no DF porque o eleitor distrital é mais conservador, e o interessante é que a capacidade de voto progressista bate no teto de 30%, mas ele consegue chegar a 40%, porque há uns 10% de eleitores fiéis a ele”, ressaltou Garcia.

Segundo turno

O levantamento simulou quatro cenários para o segundo turno no DF: e Lula perdeu para todos. A maior vantagem foi de Caiado, e a menor, de Zema. Contra Flávio, o placar foi de 49,2% a 39,9%, ou seja, uma diferença de 9,3 pontos percentuais. No embate com Caiado, o placar ficou em 51,8% a 37,2%, uma diferença de 14,6 pontos percentuais.

Contra Romeu Zema, o placar foi de 43,7% a 41,1% com diferença de 2,6 pontos percentuais. Contra Augusto Cury, de 45,6% a 39,4%, e vantagem de 6,2 pontos percentuais.

Considerando apenas os votos válidos, Flávio ainda tem vantagem sobre Lula, mas a diferença caiu em relação à pesquisa anterior, de 8,0 para 4,8 pontos percentuais. Os placares passaram de 45,2% a 37,2% para 43,1% a 38,3%. Já a soma dos dois percentuais ficou em 81,4%, levemente abaixo dos 82,9% da preferência do eleitorado na enquete anterior.



TSE mantém veto a posts contra senador

Magistrados decidem que deve ser mantida a proibição, ordenada por Mendonça, às publicações que acusam Flávio de planejar retirar de Nossa Senhora título de padroeira

» RENATO SOUZA

Em julgamento ontem, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu determinar a remoção de posts que acusam o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, de tramar para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. Os ministros Nunes Marques, presidente da Corte; e Dias Toffoli acompanharam o voto do relator, André Mendonça, pela supressão das publicações que fazem referência ao caso ao senador. Em um primeiro momento, Mendonça votou pela restrição total. Posteriormente, apresentou um complemento, em que mudava o curso da manifestação e passou a permitir a permanência de publicações que não citam diretamente Flávio.

A Corte julgou o plenário virtual se a decisão tomada por Mendonça no caso deveria ser mantida. Ele entendeu que as publicações ligam Flávio à suposta retirada do título de Nossa Senhora e promovem desinformação eleitoral. No entanto, apesar de autorizar a derrubada, a Corte decidiu manter no ar a publicação do humorista Antônio Tabet, que deu origem à discussão: “A família miliciania odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida!”, escreveu o comunicador nas redes sociais.

Apesar de não ter sido citado, Flávio alegou que a postagem, feita na rede X, insere-se em um contexto de desinformação que leva a crer que ele retiraria o título de padroeira de Nossa Senhora. Mendonça acatou o pedido do senador, mas teve a decisão derrubada posteriormente pelo ministro Flávio Dino. No entanto, a determinação de Dino durou pouco e foi revogada por uma decisão monocrática, ou seja,

Ed Alves/CB/D.A Press



Relator, André Mendonça votou para vetar todas as publicações, mas depois fez uma alteração

individual, do ministro Luiz Fux.

O plenário virtual do TSE — espaço eletrônico em que os ministros publicam os votos —, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva divergiu parcialmente de Mendonça. Em seu voto, afirmou que as postagens “notoriamente inverídicas” devem permanecer proibidas. No entanto, defendeu que a publicação de Tabet, que cita “família miliciania”, não seja retirada do ar. O voto dele foi seguido pelos demais ministros.

O caso estava previsto para ser julgado, também, no Supremo

Tribunal Federal (STF). No entanto, prevendo uma escalada da crise que se abate na Corte, o presidente do tribunal, Edson Fachin, decidiu esperar uma decisão por parte da Justiça Eleitoral, para eventualmente levar o caso ao colegiado da Suprema Corte.

Mudança de curso

Na noite de ontem, com o julgamento em andamento, Mendonça alterou seu voto, seguindo os ministros que apresentaram uma proibição parcial das postagens. “Após a

apresentação dos votos por meus pares no plenário virtual, em observância ao princípio colegiado, que direciona a atuação de quem o integra à construção de solução consensuada entre seus integrantes, entendo necessário fazer breve complemento ao voto anteriormente proferido”, escreveu o magistrado. Ele decidiu acompanhar o ministro Ricardo Villas Bôas, que entendeu que na dúvida sobre se a publicação se encaixa ou não na vedação de desinformação eleitoral deve prevalecer a liberdade de expressão.

PF apura suposta onda de ataques

» RAFAELA BOMFIM*
» ARMANDO HOLANDA

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar ataques contra imagens religiosas, registrados em diferentes regiões do país. A apuração foi determinada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado citou uma série de episódios ocorridos entre março e setembro deste ano.

Os casos listados por Dino envolvem episódios de vandalismo e destruição de imagens de diferentes santos católicos, além de ataques contra orixás e símbolos ligados à umbanda. A avaliação é de que a quantidade de ocorrências e a distribuição dos casos por diferentes estados justificam uma apuração mais ampla.

Na sexta-feira passada, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida foi encontrada sem a cabeça, na Cruz do Chilão, no bairro Santa Helena, em Cuiabá. O dano foi registrado por uma pessoa que estava no local e posteriormente divulgado nas redes sociais. Até o fechamento desta edição, a autoria e as circunstâncias do episódio não estavam esclarecidas.

A ocorrência ganhou repercussão em um momento em que o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, é acusado de tramar retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. Não há, contudo, informação que estabeleça relação entre os casos.

O local onde a imagem foi encontrada tem importância para a história religiosa de Cuiabá. A Cruz do Chilão é considerada um marco da religiosidade popular cuiabana e reúne referências da tradição católica e de manifestações culturais de povos de matriz africana. A memória do espaço

Reprodução/Muvuca Popular



Em Cuiabá, imagem de Nossa Senhora Aparecida apareceu sem cabeça

Saiba mais

Outros casos

» Na decisão, o ministro Flávio Dino mencionou notícias de ataques contra imagens de santos na Paróquia de Salvador, no último dia 11, e em outra igreja da capital baiana, no dia 22; na Catedral de São Pedro, em Rio Grande (RS), em 29 de agosto; na Paróquia Divino Espírito Santo, em Maceió, em 6 de agosto; em uma imagem às margens da BR-163, a aproximadamente 65km de Novo Progresso (PA), em 1º de agosto; e em uma capela

em Jauru (MT), a 463km de Cuiabá, em 7 de março.
» O documento reúne ainda denúncias a múltiplos ataques em uma loja de artigos religiosos em Londrina (PR), em 1º, 8 e 13 de setembro, além de casos em abril na mesma cidade. Dino apontou também denúncias de ataques contra terreiros de umbanda, um deles em Esmeraldas (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 3 de agosto; e dois casos em um mesmo terreiro em Santo Amaro (BA), no Recôncavo Baiano, em 4 e 30 de agosto.

atravessa gerações e faz da cruz um ponto de referência para diferentes expressões religiosas da

capital mato-grossense. Por isso, a destruição da imagem provocou reação da Arquidiocese de Cuiabá.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Flávio vai; Lula, não. Faltar ao debate da Globo é decisão de alto risco

Lula foi mal no debate do segundo turno da TV Bandeirantes nas eleições de 1989, contra Fernando Collor de Mello, na avaliação de muitos dos próprios petistas. Fora surpreendido por uma referência cifrada a um aparelho de som “três em um” — rádio, vitrola e toca-fitas — que teria dado de presente a uma ex-namorada. Segundo o relato, a história chegara ao conhecimento de Marisa Letícia às vésperas do confronto, provocando uma crise doméstica. Lula já havia sido alvejado pela exploração eleitoral de seu relacionamento com Miriam Cordeiro, mãe de sua filha Lurian. Chegou aos estúdios da Bandeirantes cansado e despreparado, segundo Gilberto Carvalho, um dos coordenadores da campanha.

“A orientação é fazer uma edição com o pior de Lula e o melhor de Collor”, disse Ronald de Carvalho ao editor Octavio Tostes, na tarde de 15 de dezembro, na ilha 10 de edição. “Põe aquele negócio de sub-raça”, completou. A ordem era de Alberico de Souza Cruz. “O que aconteceu, Alberico? Quem foi que fez isso?”, indagou Boni. “Estou cumprindo ordens do doutor Roberto, Boni”, respondeu Alberico. Os bastidores do debate e da edição manipulada de seu resumo pelo *Jornal Nacional* são relatados pelo jornalista Ernesto Rodrigues em *A Globo: concorrência (1985-1998)*, segundo volume de sua trilogia sobre a história da emissora (Autêntica).

Houve duas disputas: a transmitida ao vivo e aquela reconstruída pela Globo no dia seguinte. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, contou posteriormente que, antes do debate, aconselhara Collor a retirar a gravata, simular suor com glicerina e apresentar pastas vazias como se contivessem denúncias contra Lula. Collor contestou essa versão. A encenação descrita por Boni procurava reduzir a aparência aristocrática do candidato e intimidar o adversário. No estúdio, Collor explorou o medo do PT, atribuindo-lhe “teses marxistas, teses estatizantes”. Lula defendeu o pluralismo do partido e, sobre o Nordeste, afirmou que o problema não era de seca, mas de cerca. Collor deslocou a discussão da concentração fundiária para a referência do adversário ao risco de surgimento de uma “sub-raça”, fora de contexto, apresentando-a como preconceito contra os nordestinos. A montagem posterior reforçou o contraste entre um Lula defensivo e um Collor incisivo.

Armando Nogueira aprovou o compacto do *Jornal Hoje* e recomendou sua repetição no *Jornal Nacional*. A orientação foi atropelada. A edição provocou revolta interna e protestos públicos. Mais tarde, a Globo reconheceu o erro e abandonou a prática de condensar debates para apontar um vencedor. A ferida de 1989 permaneceu, porém, na memória política de Lula.

Essa lembrança ajuda a compreender sua decisão de faltar ao debate da Globo, marcado para hoje. Não basta, entretanto, para justificá-la eleitoralmente. Flávio Bolsonaro confirmou presença, enquanto o presidente escolheu uma entrevista no mesmo horário. A vantagem estreita de Lula torna essa retirada uma aposta de alto risco, porque sua margem pode não suportar o desgaste de ser criticado pelos concorrentes sem responder diretamente nem defender seu governo.

Na defensiva

O cálculo é defensivo: Lula seria o alvo principal de adversários interessados em responsabilizá-lo por tudo o que incomoda o eleitor. Fora do palco, reduz o risco de ser surpreendido por uma denúncia, verdadeira ou falsa, e de cometer um desliz verbal que alimente a campanha contrária. Essa é uma explicação plausível para a decisão, embora não se possa supor que sua equipe conheça alguma revelação iminente. O receio pode ser simplesmente o de perder o controle de uma situação imprevisível e falar besteira. O precedente de 1989 mostra como uma provocação pessoal pode desorganizar um candidato. Hoje, uma frase infeliz não depende de uma ilha de edição para alcançar milhões de pessoas: circula imediatamente nas redes, recortada e repetida. Entretanto, fugir desse risco cria outro. Os adversários poderão apresentar a ausência como medo de prestar contas, e Lula terá de responder depois, quando a interpretação do episódio já estiver disseminada.

No momento, as principais polêmicas eleitorais foram deslocadas para o terreno institucional e ideológico: a crise do Supremo, o caso Master, as intervenções da Justiça Eleitoral e a exploração política da religião. A campanha discute quem representa a democracia, a soberania ou a fé, enquanto deixa em segundo plano o que cada candidato pretende fazer no governo. Investigações e conflitos entre Poderes exigem esclarecimento, mas não substituem propostas para enfrentar o custo de vida, o endividamento, a violência e as carências dos serviços públicos.

Lula poderia aproveitar o confronto para defender seus resultados, reconhecer insuficiências e explicar por que necessita de outro mandato. Poderia também cobrar de Flávio compromissos concretos e expor contradições. Ao faltar, entrega parte dessa iniciativa aos concorrentes. A entrevista paralela permite organizar argumentos, porém não reproduz a força política de responder diante de quem o contesta.

Flávio também corre riscos ao comparecer. Será questionado pelos demais candidatos e poderá cometer seus próprios erros. Entretanto, ganha a oportunidade de parecer disponível ao escrutínio e disputar os eleitores ainda indecisos. Numa eleição apertada, não se pode afirmar que a ausência produzirá uma ultrapassagem, mas tampouco descartar essa hipótese.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Suspense até o fim

A quinta rodada da pesquisa **Correio/Opinião** foi comemorada pela equipe do senador Flávio Bolsonaro, do PL, que lidera a sondagem. Porém, no cenário nacional, há certa apreensão para seus aliados. É que nem sempre o resultado do DF segue o do Brasil. Por cinco eleições, a vontade dos brasilienses refletiu a nacional: 1998, 2002, 2006, 2010 e 2018. Nas demais, 1989, 1994, 2014 e 2022, o DF escolheu quem perdeu nacionalmente.

Suspense até o fim II

O DF votou igual ao Brasil em 1998, quando reelegera Fernando Henrique Cardoso e, em 2006, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva concorreu ao segundo mandato. E votou diferente do Brasil em duas situações em que o incumbente tentava a reeleição: em 2014, preferiu Aécio Neves (PSDB), e, em 2022, Jair Bolsonaro. O pleito de domingo desempata o jogo.

Debates interditados

O país já está acostumado a ver líderes das pesquisas ou candidatos à reeleição faltarem a debates no primeiro turno em eleições presidenciais, exceção de Dilma Rousseff e de Jair Bolsonaro. Em 1989, Fernando Collor só compareceu a esses confrontos no segundo turno. Em 1994, FHC foi só ao debate da Band. Em 1998, não compareceu e venceu no primeiro turno. Lula, em 2006, não compareceu a debates de primeiro turno e, agora, repete a dose.

Debates interditados II

Quanto aos desafiantes, também não foi a primeira vez em que um candidato a presidente estreante nessa empreitada foge de debates ao longo de todo o primeiro turno. Collor fez o mesmo. Há quem diga que, até para não repetir o presidente que enfrentou um processo de impeachment e perdeu, Flávio Bolsonaro decidiu ir ao debate da Globo, hoje, mesmo sem Lula.

O esquecido no caso do BRB

O fato de a Procuradoria-Geral da República (PGR) não ter dado o menor sinal sobre a proposta de delação premiada do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa tem levado muita a gente a crer que há uma tentativa de proteger o núcleo do Distrito Federal no caso Master. Afinal, PHC está preso há quase seis meses e, até hoje, não se tem a menor informação sobre seu futuro. Ele é considerado peça-chave do núcleo do esquema de

Daniel Vercaro no DF. Até aqui, a PGR sequer ouviu PHC nem quis assinar o termo de confidencialidade. Pessoas próximas ao ex-dirigente do BRB suspeitam que, antes de qualquer delação dele, a Justiça queria decidir sobre a delação de Vercaro. Até aqui, o dono do Master enrolou e não entregou tudo o que sabe. E com Fabiano Zettel, o cunhado de Vercaro, dizendo que ele tem R\$ 20 bilhões no exterior, enquanto o dinheiro não aparecer a delação não sai.



Estratégia

Ao escolher o Flow para uma entrevista no mesmo horário que o debate da Globo, Lula mira o eleitor indeciso, de centro e de direita, público cativo do programa. A estratégia, além de evitar ser atacado por todos os outros adversários, é conseguir virar alguns votos importantes para domingo. Ou pelo menos, mitigar os danos recentes.

Feitiço contra o feiticeiro

Em seu voto para manter a retirada de conteúdos que propagam a fake news sobre Nossa Senhora, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro-relator André Mendonça recorreu a um entendimento do Supremo Tribunal Federal que ele próprio havia discordado, no passado, e foi voto vencido. Quando da análise do Marco Civil da internet, Mendonça votara contra a responsabilidade dos provedores: “A solução adotada estabeleceu que os provedores devem desempenhar papel ativo na remoção de reproduções de conteúdo cuja ilicitude ou falsidade já tenha sido previamente definida pelo Poder Judiciário”, escreveu Mendonça no voto sobre a N.S. Aparecida no TSE.

CURTIDAS

Leila e Érika/ A briga está grande nos bastidores da esquerda em Brasília. É que a subida de Bia Kicis (PL) começa a deixar todos os partidos com receio de que os conservadores elejam as duas senadoras — a outra é Michelle Bolsonaro. Assim, a parte do PT que boicotava a candidatura de Leila do Vôlei (PDT) está sendo pressionada a rever suas atitudes. Nos partidos mais à esquerda, há quem diga que seria uma humilhação perder as duas vagas. Especialmente, por causa de não querer votar nas duas senadoras que, conforme a pesquisa do **Correio**, ainda têm chances de tentar conquistar uma das vagas.

Divulgação/Campanha de Ronaldo Caiado



E o Caiado, hein?/ O presidencial Ronaldo Caiado (PSD **foto**) concluiu que, se não chegar ao segundo turno, tem que, pelo menos, vencer em Goiás, estado que governou e saiu com uma aprovação na casa dos 80%, conforme algumas pesquisas.

Olho nos números I/ A divisão do Fundo Eleitoral para candidatos do PSB no Distrito Federal causou estranhamento para algumas excelências. A maior dúvida paira sobre o critério de divisão. O candidato ao governo pelo partido, Ricardo Cappelli, recebeu R\$ 440 mil do diretório nacional para a campanha e uma doação de R\$ 92,5 mil do deputado e candidato à reeleição Rodrigo Rollemberg.

Olho nos números II/ O ex-governador, que tenta manter a vaga na Câmara dos Deputados, recebeu mais de R\$ 2,5 milhões do diretório nacional e R\$ 65 mil do estadual. O que se diz nos bastidores é que não faz sentido um deputado receber mais verba que um candidato ao governo. A divisão pode ser conferida no site do TSE.



Acompanhamentos negados

TSE rejeita pedidos de 15 entidades estrangeiras para serem observadoras da eleição. Pelo menos duas são de extrema-direita

» LETÍCIA PASSOS

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recusou pedidos de 15 entidades estrangeiras interessadas em acompanhar as eleições brasileiras como observadoras internacionais. Entre elas estão da extrema-direita europeia: o Foro Madrid, organização ligada ao partido espanhol Vox, e a Alternativa Democrática Nacional (ADN), legenda portuguesa que defende pautas como restrições à imigração e ao aborto.

As rejeições seguem os critérios previstos na Resolução 23.678/21. A norma estabelece que a participação de missões internacionais depende de acordo prévio com o TSE e da comprovação de experiência, estrutura e capacidade técnica para acompanhar o processo eleitoral.

A avaliação considera, entre outros pontos, o histórico de observações realizadas pela entidade, a relação de suas atividades institucionais com a defesa da democracia ou o estudo de sistemas

eleitorais, a existência de equipe adequada e a experiência de dirigentes e integrantes.

Uma das solicitações rejeitadas partiu do Foro Madrid, iniciativa vinculada à Fundação Disenso, ligada ao Vox. O ex-chanceler Ernesto Araújo, que comandou o Ministério das Relações Exteriores nos primeiros 15 meses do governo Jair Bolsonaro (PL), foi contratado em 2024 como assessor internacional da organização.

Radicais

O manifesto de criação do grupo, lançado em 2020, foi assinado por integrantes da extrema-direita de diferentes países. Entre eles o ex-deputado Eduardo Bolsonaro e o atual presidente do Chile, José Antonio Kast — que nega a ditadura chilena e elegeu-se com os votos dos saudos da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

Outra entidade barrada foi a ADN, criado em Portugal em 2014. Entre as propostas defendidas pela legenda estão a “deportação

imediate” de imigrantes em situação irregular, o combate à “fraude climática”, a “proibição absoluta da propaganda LGBT+ no sistema nacional de ensino” e a proibição de abortos “sem ser por motivos clínicos ou de saúde”.

O TSE também rejeitou a participação da Eurolat Global Democracy Forum. Ao analisar a composição da entidade, o tribunal identificou entre seus integrantes Ahmed Abeebe, apontado como chefe de missões eleitorais e ex-vice-presidente das Maldivas condenado a 20 anos de prisão por corrupção no país.

Outro nome ligado à organização é o brasileiro Maurício Galante, vereador pelo Partido Republicano em Arlington, no Texas. Conhecido trumpista, no ano passado, após a imposição de tarifas por Donald Trump a produtos brasileiros e a aplicação da Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ele defendeu sanções voltadas a empresas brasileiras que mantêm atividades nos Estados Unidos.

Divulgação/TSE



Corte negou permissão por não terem as entidades capacidade técnica para acompanhar o processo eleitoral

Nikolas obrigado a tirar vídeo sobre Lula

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

A ministra Estela Aranha, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) retire do X, em até 24h, vídeo em que associa crimes sexuais contra crianças a uma fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caso o parlamentar não cumpra com a ordem, será aplicada uma multa diária.

Na segunda-feira, o petista participou de um evento que marcou a realização da primeira cirurgia robótica na Região Amazônica. Foi quando comparou o exame de próstata aos exames de rotina realizados pelas mulheres desde a infância. “O homem é covarde.

O homem não gosta de fazer teste de próstata. Ele não gosta de toque. As mulheres aprendem a tomar toque desde quando são pequenas. O homem, não. Ele é cheio de trejeito”, afirmou.

Para Estela Aranha, Nikolas não se limitou à crítica política ou à discordância em relação à expressão utilizada. Argumentou que, ao publicar o vídeo, o deputado atribuiu um sentido completamente diferente ao discurso original, induzindo o eleitorado a uma interpretação equivocada dos fatos.

“Não se está diante de mera interpretação alternativa de um fato incontroverso, mas de construção discursiva capaz de conduzir o destinatário da mensagem à

conclusão de que o candidato representado estaria fazendo referência, anuindo ou normalizando práticas de crimes extremamente graves envolvendo crianças e adolescentes”, frisou a ministra.

Durante ato de campanha em Salvador, na terça-feira, Lula admitiu que errou nas palavras. Na terça-feira, a coligação Brasil Pronto Pra Mais protocolou o pedido no TSE para que os vídeos sejam retirados do ar, além da aplicação de multa de R\$ 30 mil. Segundo a advogada eleitoral Maíra Recchia, que subcreve a ação, é preocupante que, na reta final das eleições, “a saúde de meninas seja instrumentalizada para produzir falsos conteúdos para atrair medo e repulsa”.

Barrados pela Corte

- » Alternativa Democrática Nacional
- » Brazilian Studies Association
- » Centro para Observação e Fortalecimento Eleitoral da América Latina e Caribe
- » Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e do Caribe
- » Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires
- » Eurolat Global Democracy Forum
- » Foro Madrid

- » Global Network of Political Leaders
- » International Association of Political and Electoral Experts
- » Observatorio Electoral de la Universidad Nacional de la Plata
- » Parlamento Internacional de Direitos Humanos
- » SNAS África
- » Transparencia Electoral
- » World Peace Volunteers
- » Worldwide Elections

JUDICIÁRIO

Na crise, Gilmar elogia Fachin

Decano ressalta “tom sóbrio” do colega ao homenageá-lo pelo primeiro ano no comando da Corte. E dá estocada em Mendonça

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), aproveitou o início da sessão da Corte de ontem para homenagear Edson Fachin por seu primeiro ano como presidente do tribunal, em meio à crise na Corte. Em sua manifestação, fez críticas indiretas ao colega André Mendonça, a quem acusou de promover “vazamentos seletivos” das investigações do Banco Master com o objetivo de favorecer determinados políticos.

Segundo o decano, durante a tramitação da Lava-Jato no STF, “não houve notícias de vazamentos seletivos em nossos gabinetes

— apesar da sensibilidade dos documentos que estavam sob nossa responsabilidade — tampouco qualquer ato que pudesse indicar uso político-eleitoral das investigações”.

Gilmar lembrou ainda que tinha divergências com Fachin no âmbito da Lava-Jato, mas ressaltou que os dois eram unidos pela “convicção de que o juiz não é parte, nem instrumento de causa alguma”. O decano elogiou o “equilíbrio” do colega, a quem atribuiu um “tom sóbrio” diante de um “ambiente de temperatura elevada”, destacou.

Ele também afirmou que o ministro conduziu o caso atual sem

concessões ao espetáculo ou a interesses políticos. “Em um ambiente de temperatura elevada, Vossa Excelência tem mantido o tom sóbrio, a palavra medida e o comprometimento integral com a manutenção da constância, da tranquilidade e do ethos decisórios do tribunal”, disse Gilmar a Fachin.

Gilmar disse ainda ter “convicção” de que o presidente do Supremo “seguirá fortalecendo esta Corte com serenidade, rigor e retidão” e que “encontrará em seus pares o apoio necessário para essa tarefa”.

Ao final do discurso, o decano se levantou de sua cadeira no plenário e abraçou o presidente da Corte.

Antonio Augusto/STF



Gilmar (D) elogiou o “equilíbrio” de Fachin (E) diante de um “ambiente de temperatura elevada”

CASO MASTER



Advogados alegam que Vorcaro não representa perigo para as apurações

Vorcaro nega tentativa de fuga e pede soltura

» RENATO SOUZA

Em depoimento à Polícia Federal, ontem, Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, negou ter estruturado grupos violentos ou voltados a pressionar opositores. Além disso, refutou ter tentado fugir do país. Ele foi preso em novembro do ano passado no Aeroporto de Guarulhos, onde embarcaria em um voo internacional.

Vorcaro é o principal alvo da Operação Compliance Zero, que apura o megasquema de fraudes no Master que afetou o Banco de Brasília (BRB) e fundos de investimentos e de pensões.

De acordo com nota da defesa, na oitiva do banqueiro “foi irrefutavelmente esclarecido que o investigado jamais praticou, determinou

ou se envolveu em qualquer ato de violência, intimidação, perseguição ou ameaça contra quem quer que seja, fato que é reconhecido nos autos pelos próprios investigados e pelas testemunhas já ouvidas”.

Os advogados negam que a Polícia Federal tenha comprovado a existência de grupos violentos, como o conhecido como A Turma, que agentes dizem ter sido montado para ameaçar pessoas, invadir sistemas e coagir adversários. “Resalta-se que após 8 meses de investigações, não há nenhuma vítima dos supostos fatos citados na portaria inaugural do inquérito policial. Com o efetivo acesso da defesa ao inquérito que investiga a suposta existência de grupos como ‘A Turma’ ou ‘Os Meninos’, ficou comprovado que

tais expressões jamais designaram grupos específicos ou estruturas organizadas, evidenciado que não há qualquer tipo de ilicitude ou prática criminosa que possa ser atribuída a Daniel Vorcaro”, destaca o texto divulgado pelos advogados.

Segundo eles, no depoimento “esclareceu-se, ainda, que Daniel Vorcaro conhecia apenas a pessoa de Luiz Phillipi Mourão, com quem tinha contrato formal e lícito de prestação de serviços de inteligência e segurança digital”. Luiz Phillipi, conhecido como Sicário, tinha histórico de fraudes financeiras e era acusado de liderar as ações de intimidação contra desafetos de Vorcaro. Sicário morreu após atentar contra a própria vida em uma cela da PF. A defesa chamou alguns trechos de mensagens

publicadas como “desabafos” e disse que não havia intenção de ameaçar.

Durante oitiva, o banqueiro negou que tenha tentado fugir: “Ficou demonstrada também a inexistência de qualquer plano de fuga, uma vez que há provas cabais de que Daniel Vorcaro havia feito prévia comunicação da viagem a diversas autoridades, bem como reservas antecipadas de hotel e salas de reunião e registro de plano de voo. Vale rememorar que a ordem de prisão só foi expedida bem após tais providências, às 15h29 do dia 17 de novembro de 2025”, ressalta o texto.

Os defensores sustentam que Vorcaro não representa perigo para o andamento das investigações e solicitaram que ele seja colocado em liberdade.

ELAS DECIDEM.
VOCÊ ASSISTE.
FINAL / CANDANGÃO FEMININO 26
A PARTIR DAS 10H
AO VIVO NA
TV BRASÍLIA
REDETV!
11/10





APOIO: CORREIO BRAZILIENSE



VIOLÊNCIA

Discord terá de adotar ações contra o suicídio

Decisão da 14ª Vara Federal Cível do DF refere-se a caso de adolescentes. Plataforma é obrigada a implantar restrições contra aliciamento, automutilação e extorsão por meio de exposição de imagens de cunho sexual

» ARMANDO HOLANDA

A Justiça Federal determinou, ontem, que a plataforma Discord adote uma série de medidas para ampliar a proteção de crianças e adolescentes. A decisão da 14ª Vara Federal Cível do Distrito Federal atende parcialmente a uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU) e prevê multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento injustificado. Entre as determinações, estão medidas contra aliciamento, “sextorsão”, automutilação e suicídio.

O processo cita como um dos principais episódios o caso de duas adolescentes, de 13 e 17 anos, que teriam sido submetidas a ameaças, coação e indução a atos contra a própria integridade. A menina de 13 anos morreu e a outra teria sido instigada à automutilação. Os fatos subsidiaram a Operação Lívia, deflagrada em agosto.

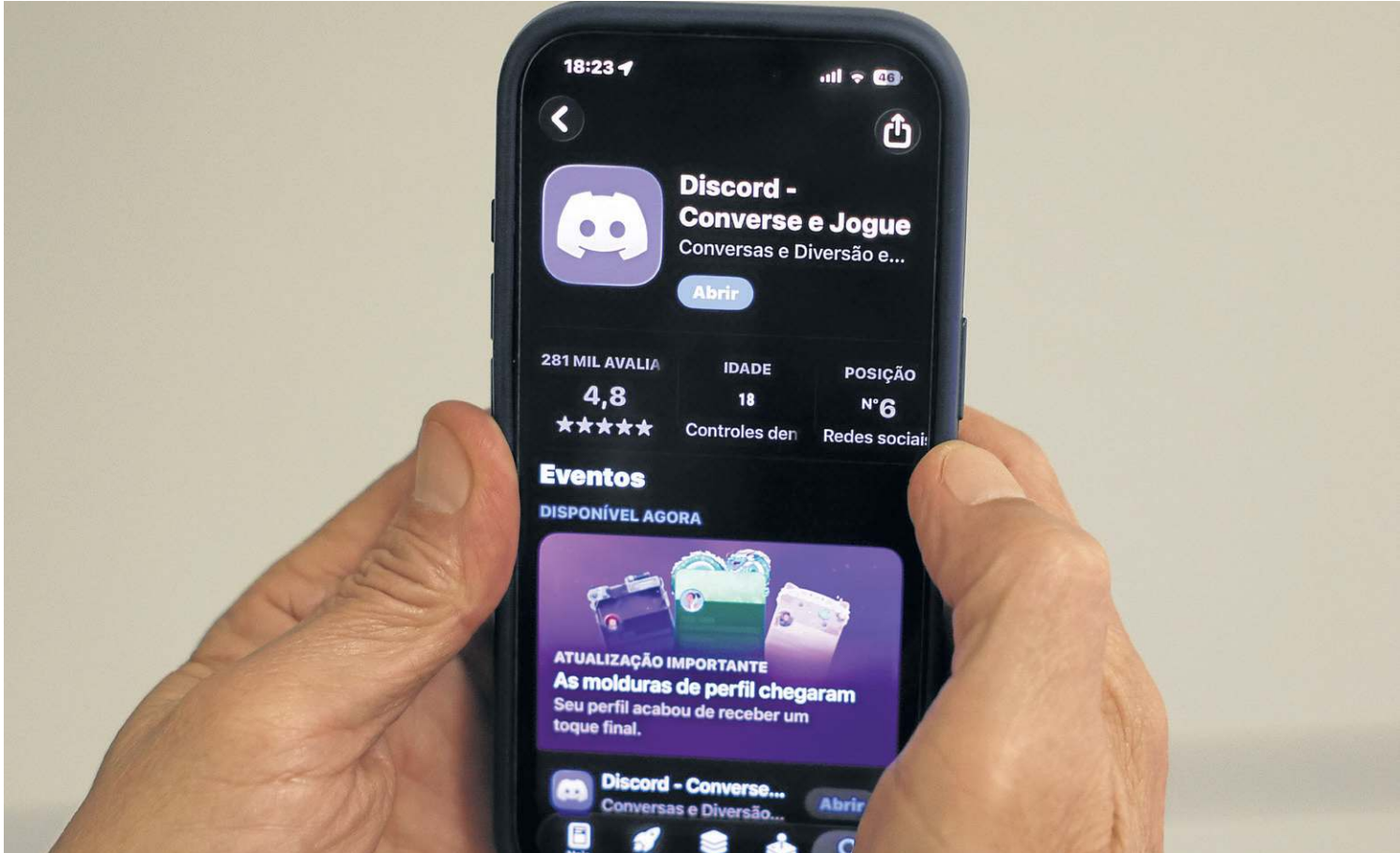
Apesar da gravidade do caso, a decisão salienta que ainda não é possível atribuir diretamente ao Discord responsabilidade pela morte. Segundo a Justiça, porém, há elementos de investigação que apontam para o uso da plataforma em momentos anteriores.

“Remanesce a notícia, apoiada em investigação oficial, de utilização de funcionalidades da plataforma em etapas relevantes das interações anteriores à intervenção e de exposição de menores a ambientes relacionados a ameaças, coação, aliciamento, automutilação e outras práticas graves”, diz a decisão.

O Discord terá de impedir, ainda, a recriação de servidores, canais e comunidades identificados e removidos durante as investigações, além de dificultar o retorno fraudulento de usuários suspensos ou banidos. E deverá preservar, por pelo menos seis meses, os registros das ações de moderação relacionadas aos casos investigados.

A plataforma terá cinco dias para implementar ou comprovar a existência de protocolo específico

Valter Campanato/Agência Brasil



Ação contra o Discord foi movida pela AGU e acatada parcialmente. Plataforma será multada em R\$ 100 mil/dia em caso de descumprimento

para casos de sextorsão envolvendo menores. Nos casos em que seus mecanismos detectarem aliciamento, recrutamento ou indução à automutilação e ao suicídio, deverá preservar os dados e comunicar as autoridades. A decisão ressalta que a medida “não autoriza monitoramento indiscriminado das comunicações privadas”.

Ao justificar a intervenção, a Justiça afirmou que o caso não envolve “risco meramente patrimonial”, mas “possíveis ameaças à vida, à integridade física e à saúde mental de pessoas em desenvolvimento”. A decisão da 14ª Vara Cível do DF também determinou que o Discord comprove seus mecanismos de verificação de idade e supervisão parental, além da capacidade de manter atividades de segurança e moderação em português.

Controle parental no WhatsApp

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

A plataforma de mensagens WhatsApp anunciou, ontem, novos recursos de controle parental para adolescentes no Brasil. Em março, o aplicativo já havia anunciado o recurso, mas para crianças abaixo dos 13 anos.

A partir de agora, os responsáveis poderão configurar a forma como menores de idade usam a plataforma. Será possível determinar quem pode ver a foto de perfil do adolescente e quem pode adicioná-lo a grupos. Além disso, os pais receberão notificações sobre com quem o adolescente está conversando, quando o adolescente entrar ou sair

de um grupo, quando um grupo do qual ele participa aumenta o número de integrantes.

Os responsáveis também poderão definir como o adolescente poderá usar os canais, quais atualizações de status poderá visualizar e quem terá acesso às publicações feitas por ele. Além disso, será possível escolher as experiências da Meta IA consideradas mais adequadas para o adolescente, por meio da área “Conteúdo Limitado”. Os recursos são opcionais e flexíveis, mas qualquer alteração nas configurações dependerá da aprovação dos pais, feita por meio de um PIN.

No entanto, a Meta — responsável pelo WhatsApp — ressalta

que as ligações e mensagens continuarão privadas, sem que os responsáveis ou a própria empresa tenham acesso ao conteúdo das conversas. “Ninguém mais pode ler ou ouvir o conteúdo dessas conversas, nem mesmo o WhatsApp”, diz a Meta.

Segundo a big tech, os controles foram desenvolvidos para estimular conversas abertas entre pais, mães ou responsáveis e adolescentes sobre o uso do aplicativo. “Todos esses controles estão sendo desenvolvidos para apoiar conversas abertas sobre como usar o WhatsApp entre pais, mães ou responsáveis e adolescentes, enquanto mantemos a privacidade das mensagens pessoais de todos”.

Para brasileiro, jovem fica vulnerável na web

» ANA BISPO CALISTO*
Enviada especial

São Paulo — A percepção de que crianças e adolescentes estão expostos a diferentes formas de violência na internet é compartilhada por 89% dos brasileiros, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Futuro é Infância Saudável (Infinis) em parceria com a Quaest. O levantamento também identificou que um em cada três entrevistados (33%) conhece alguma criança ou adolescente que já sofreu bullying, humilhação ou constrangimento social no ambiente digital.

Os dados fazem parte da pesquisa *Atitudes e percepções sobre a infância e violência contra crianças e adolescentes no Brasil*, divulgada ontem, em São Paulo, no 8º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância. O estudo investigou como a população percebe a segurança de crianças e adolescentes em espaços de convivência, como a internet e a escola, além de suas experiências com situações de violência e mecanismos de proteção.

Para Márcia Kalvon, diretora-executiva do Infinis, os resultados evidenciam a preocupação

da sociedade com a exposição de crianças e adolescentes aos riscos digitais e reforçam a necessidade de transformar essa percepção em medidas concretas de proteção. “A pesquisa aponta que existe essa preocupação da nossa sociedade sobre o ambiente digital ser realmente um espaço vulnerável, em que ocorrem violências contra crianças e adolescentes”, afirma.

Papel das famílias

Segundo Márcia, a pesquisa também permite compreender como a população percebe o papel das famílias e das instituições na proteção infantojuvenil, contribuindo para orientar a implementação de políticas públicas.

O levantamento ouviu presencialmente 2.202 brasileiros com 18 anos ou mais, em 128 municípios, entre 29 de maio e 7 de junho de 2026. A margem de erro estimada é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

A proposta do estudo também é compreender como a população vivencia e interpreta as diferentes formas de violência contra crianças e

Crédito: Fabio Lolli



Resultados da pesquisa foram apresentados no 8º Fórum de Políticas Públicas da Saúde na Infância

adolescentes. Segundo Guilherme Russo, porta-voz da Quaest, a metodologia buscou criar espaço para que os entrevistados expressassem suas percepções sobre o tema, para além dos indicadores quantitativos. “A gente queria que fosse uma conversa mesmo”, afirma.

A percepção de vulnerabilidade é elevada. O índice chega a 93% no Centro-Oeste e 92% no Sudeste. No Nordeste, 88% dos entrevistados consideram crianças e adolescentes muito sujeitos a crimes e violências

na internet. No Sul, o percentual é de 86% e, no Norte, 82%.

A supervisão parental também aparece como uma preocupação recorrente. Para 96% dos brasileiros, pais ou responsáveis deveriam monitorar o conteúdo acessado por crianças e adolescentes.

Mas o acompanhamento diminui conforme a idade. Entre crianças de zero a cinco anos que acessam a internet, 94% têm o uso supervisionado. Entre adolescentes de 15 a 17 anos, o percentual cai para 68%.

Questionados sobre medidas de proteção, 56% defendem o bloqueio de conteúdos perigosos nas redes sociais para crianças de até 11 anos. Para adolescentes de 12 a 17 anos, também aparece como a medida mais citada, com 49%.

* **Estagiária sob a supervisão de Ana Sá**

A repórter viajou a convite do Instituto Futuro e Infância Saudável (Infinis)

CLIMA EXTREMO

Ciclone deixa um morto no Paraná

» BEATRIZ VASCONCELOS*

A formação do ciclone extratropical e a passagem da frente fria pela Região Sul deixaram grandes estragos no Paraná. O advogado Rafael Marchiani Paão morreu depois de ser atingido por parte da estrutura de uma quadra de tênis, que desabou durante fortes ventos na tarde de terça-feira, em Umuarama. Várias famílias ficaram desalojadas — mais de 100 pessoas —, seis desabrigadas e a ventania provocou estragos em diferentes regiões do estado. Os efeitos puderam ser sentidos também no litoral do Rio de Janeiro.

A Defesa Civil afirmou que 28 municípios foram atingidos e mais de 10 mil pessoas foram afetadas pela tempestade. Ao todo, mais de 2,2 mil casas foram danificadas.

Em publicação nas redes sociais, o Harmonia Clube de Campo, onde ocorreu o acidente, fechou em homenagem a Rafael. A instituição também prestou solidariedade à família do advogado, que foi velado na manhã de ontem.

O município de Clevelândia, no sudoeste do estado, foi o mais atingido. Mais de 6 mil pessoas foram afetadas e 1.565 casas comprometidas. Em Pinhão, na região centro-sul paranaense, 1.064 pessoas foram prejudicadas e 230 imóveis atingidos. As duas cidades decretaram situação de emergência.

As rajadas de vento ultrapassaram os 100 km/h em estações meteorológicas do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), na região de Umuarama. Na cidade, foram registrados ventos de 101,5 km/h, às 16h de terça-feira. No mesmo dia, em Santa Maria do Oeste, a ventania chegou a 105,12 km/h por volta das 17h15.

Segundo o Simepar, uma linha de instabilidade atravessou o estado na tarde de terça-feira e provocou fortes rajadas de vento e precipitações de granizo, que danificaram diversas estruturas. O fenômeno ocorreu durante a passagem de uma frente fria, que avançou e durou até o início da madrugada de ontem. Ainda segundo o Sistema de Monitoramento, o deslocamento da mudança climática sobre o Paraná, associado a um ciclone extratropical em alto mar na altura do Uruguai, manteve o tempo instável em todas as regiões.

Já o Instituto Nacional de Meteorologia emitiu aviso laranja de perigo para tempestades no Paraná. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), para hoje é moderada a possibilidade de ocorrência de eventos hidrológicos nas Regiões Geográficas Intermediárias de Curitiba.

Rio de Janeiro

Rajadas de ventos fortes também afetam o Rio de Janeiro. Na noite de terça-feira e na madrugada de ontem, o estado registrou ventanias com rajadas que chegaram a 91 km/h. As chuvas violentas levaram a quedas de árvores no Centro e nas zonas Norte e Sul da capital fluminense.

A tempestade também pode ser sentida em trechos do litoral do estado, tal como na chamada Costa do Sul — onde ficam os municípios de Araruama, Cabo Frio, Búzios e Rio das Ostras. Houve chuva intensa e, em alguns locais, registro de queda de granizo. **(Com Agência Estado)**

* **Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,37% São Paulo	183.476 25/9 28/9 29/9 30/9	R\$ 5,175 (- 0,81%)	Últimos 23/setembro 5,168 24/setembro 5,193 25/setembro 5,181 28/setembro 5,226 29/setembro 5,217	R\$ 1.621	R\$ 5,860	13,65%	0,67 0,58 0,16 0,07 -0,32

COMÉRCIO EXTERIOR

EUA estudam fazer mudanças no tarifação

Em meio ao clima eleitoral, autoridades brasileiras tentam avançar nas negociações com representante do comércio de Donald Trump

» FERNANDA STRICKLAND

Jessica Prado Ascom/Mdic



A reunião entre Márcio Elias (E) e Vieira (D) com Greer (C), representante de comércio dos EUA, ocorreu em paralelo ao encontro do G20

O governo dos Estados Unidos deve encaminhar, nas próximas semanas, uma nova proposta para avançar nas negociações sobre as tarifas impostas a produtos brasileiros. A informação foi divulgada, ontem, pelos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), após uma reunião entre autoridades dos dois países em Milwaukee, nos Estados Unidos.

Os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Márcio Elias Rosa (MDIC) se reuniram por cerca de 40 minutos com o representante comercial da Casa Branca, Jamieson Greer. O encontro ocorreu às margens da reunião ministerial de comércio do G20, que reúne Brasil e Estados Unidos.

Segundo comunicado conjunto dos ministérios brasileiros, o governo norte-americano deverá apresentar um documento com uma proposta sobre o escopo das negociações. O texto deverá contemplar questões tarifárias e não tarifárias entre os dois países. Também foi acordada a criação de um grupo de trabalho para discutir temas relacionados a um possível acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos.

Após a reunião, Márcio Elias Rosa afirmou que as delegações convergiram sobre a necessidade de estabelecer um escopo para as próximas etapas das negociações. “Apresentamos nossos argumentos, o quão injusta e indevida são as tarifas que são impostas no Brasil na atualidade. Eles assumiram o compromisso de nos encaminhar nas próximas semanas um escopo das discussões daqui pra frente”, declarou.

Segundo o ministro, o encontro não foi apenas mais uma rodada de conversas. “Foi uma reunião importante, em que nós reapresentamos argumentos que vínhamos debatendo e eles também apresentaram os seus argumentos”, afirmou.

Diálogo

A reunião em Milwaukee foi apresentada pelo governo brasileiro como uma continuidade do diálogo iniciado entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. Em conversa recente, os dois chefes de Estado concordaram em orientar

suas respectivas equipes a retomar as negociações sobre as tarifas.

Desde então, as equipes dos dois países deram sequência às conversas, com a perspectiva de estabelecer termos de referência para orientar a continuidade das negociações. Na reunião de ontem, os ministros brasileiros reafirmaram a disposição de buscar soluções por meio do diálogo e da negociação para os temas que afetam o comércio bilateral.

A orientação, segundo o comunicado, é preservar os interesses brasileiros e ampliar as oportunidades para empresas e

setores produtivos dos dois países. “Os dois países reconheceram conjuntamente a importância de avançar na superação dos obstáculos existentes e manifestaram disposição de trabalhar de forma célere na busca de um entendimento mutuamente satisfatório”, informou a nota.

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China. Integrantes do governo brasileiro têm defendido a negociação como caminho para buscar um consenso sobre as tarifas e os demais pontos que afetam a relação comercial entre os

dois países. A reunião de ministros de comércio do G20 em Milwaukee começou ontem e termina hoje.

Comissão Europeia

Também ontem, os ministros brasileiros se reuniram com o Comissário para Comércio e Segurança Econômica da Comissão Europeia, Maroš Šefčovic. Trataram das medidas europeias de restrição à importação de aço e do uso de antimicrobianos em produtos agrícolas.

“Sobre as medidas relativas a aço, o lado europeu indicou que está em andamento uma revisão



Apresentamos nossos argumentos, o quão injusta e indevida são as tarifas que são impostas no Brasil na atualidade. Eles assumiram o compromisso de nos encaminhar nas próximas semanas um escopo das discussões daqui pra frente”

Márcio Elias Rosa,
ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

da alocação de quotas de produtos siderúrgicos, com potencial impacto positivo para o Brasil. O processo de revisão terá etapas adicionais em 2027”, informou o Itamaraty, por meio de nota.

Já no caso do uso de antimicrobianos, segundo o ministério, o lado europeu “fez referência ao resultado positivo da auditoria realizada há algumas semanas no Brasil e manifestou expectativa de que, após terminados os procedimentos burocráticos, as exportações brasileiras de carne de aves e mel para a União Europeia possam ser retomadas no curto prazo.”

Em resposta, os representantes brasileiros manifestaram a expectativa de que procedimento acelerado de autorização “possa também ser alcançado para as exportações de carne bovina.”

CONTAS PÚBLICAS

Dívida ultrapassa R\$ 11 trilhões

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) aumentou de 82,6% em julho para 82,9% em agosto, informou, ontem, o Banco Central. Em valores nominais, a dívida saltou de R\$ 10,947 trilhões para R\$ 11,055 trilhões.

A DBGG — que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as empresas estatais — é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade do país de honrar as suas contas.

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que leva em conta o governo federal, o BC e as estatais, saiu de 69,1% do PIB em julho para 69,3% em agosto, o que corresponde a R\$ 9,241 trilhões. A elevação foi influenciada, principalmente, pelos juros nominais apropriados, que contribuíram com 0,8 ponto percentual do PIB, e pelo deficit primário, com 0,1 ponto percentual. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela variação

do PIB nominal, que reduziu a relação em 0,4 ponto percentual, pela desvalorização cambial de 2,1%, com impacto negativo de 0,2 ponto percentual, e por ajustes da dívida externa líquida, que reduziram a relação em 0,1 ponto percentual.

No acumulado de 2026, a DLSP aumentou 4 pontos percentuais do PIB. A trajetória foi influenciada pelos juros nominais, com impacto de 5,8 pontos percentuais, pelo deficit primário, com 0,7 ponto percentual, e pela valorização cambial acumulada de 5,8%, que acrescentou 0,6 ponto percentual. O crescimento do PIB nominal, por outro lado, reduziu a relação em 3 pontos percentuais.

Os dados do BC apontam ainda que o setor público consolidado registrou deficit primário de R\$ 10 bilhões em agosto de 2026, segundo a *Nota para a Imprensa de Estatísticas Fiscais* divulgada ontem pelo Banco Central do Brasil. O resultado representa uma melhora em relação ao deficit de R\$ 17,3 bilhões registrado no mesmo mês de 2025.

Em 12 meses, o deficit primário acumulado chegou a R\$ 82,1 bilhões, equivalente a 0,62% do

Produto Interno Bruto (PIB). O resultado de agosto foi influenciado principalmente pelo deficit de R\$ 14,7 bilhões do Governo Central. Os governos regionais registraram superavit de R\$ 2,7 bilhões, enquanto as empresas estatais tiveram superavit de R\$ 2 bilhões.

Na comparação com o acumulado até julho, o deficit primário em 12 meses recuou 0,06 ponto percentual do PIB. O professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Benito Salomão, observa que o

resultado primário tem apresentado uma redução ao longo dos últimos anos, mas esse movimento não tem impedido o avanço da dívida pública.

“É uma situação bastante sui generis, porque o resultado primário do setor público, numa perspectiva mais longa, vem sendo mantido estável e em um nível relativamente baixo. Repare que saímos de um deficit primário de 2,4% do PIB em 2003 e estamos chegando agora a três anos consecutivos com um deficit de 0,4% do PIB. Logo, tivemos uma redução de dois pontos percentuais do PIB

no deficit, e o curioso é que a dívida continua crescendo”, afirma.

Apesar da melhora no resultado primário, as despesas com juros aumentaram. Os juros nominais apropriados pelo setor público consolidado somaram R\$ 105,9 bilhões em agosto, ante R\$ 74,3 bilhões no mesmo mês de 2025.

O resultado foi influenciado pelas operações de swap cambial, que geraram perda de R\$ 9,3 bilhões em agosto deste ano, enquanto haviam registrado ganho de R\$ 19,9 bilhões no mesmo período de 2025.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Segundo o Banco Central, o deficit fiscal atingiu R\$ 10 bilhões em agosto

No acumulado em 12 meses, os juros nominais chegaram a R\$ 1,182 trilhão, o equivalente a 8,86% do PIB. No período anterior, a despesa havia sido de R\$ 946,5 bilhões, ou 7,61% do PIB.

Com a soma do resultado primário e dos juros nominais, o deficit nominal do setor público consolidado alcançou R\$ 115,9 bilhões em agosto. Em 12 meses, o deficit nominal acumulado chegou a R\$ 1,264 trilhão, correspondente a 9,48% do PIB, com alta de 0,12 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

Para Salomão, o cenário exige uma análise mais aprofundada sobre a relação entre as contas primárias, o deficit nominal e a evolução da dívida. “Por que, mesmo diante de uma redução do deficit primário na monta de dois pontos percentuais do PIB, estamos em um contexto no qual o deficit nominal continua muito elevado, cerca de 8,5% do PIB, e a dívida pública avançando de maneira bastante aguda nesse quadro? Realmente é uma questão que vai exigir de nós uma investigação acadêmica mais profunda”, conclui.

PODCAST DO CORREIO

“Corretor não é aproximador”

Para presidente do Cofeci, a participação do mercado imobiliário no PIB, de 18%, dá mais relevância à profissão

» CAETANO YAMAMOTO*

A cadeia produtiva do mercado imobiliário representa, atualmente, cerca de 18% do PIB brasileiro, constituindo um dos pilares da economia nacional, ao lado do agronegócio. A afirmação é do presidente do Sistema Cofeci (Conselho Federal dos Corretores de Imóveis) e Creci (Conselhos regionais), João Teodoro, convidado da edição de ontem do *Podcast do Correio*. Em conversa com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer, o convidado disse que esse dado dá ao corretor de imóveis um status que vai além do mero aproximador de pessoas, o que também exige maior qualificação profissional. “O corretor de imóveis era considerado um profissional de ‘segunda linha’, ao qual não se dava muito valor. Contudo, a participação das negociações imobiliárias no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e do mundo tornou-se tão significativa que não se pode mais conceber um intermediador de negócios imobiliários como um simples aproximador de partes interessadas, como ocorria antigamente”, apontou, destacando também que a responsabilidade aumentou. Por isso, segundo o entrevistado, uma das iniciativas do Cofeci junto ao Congresso Nacional é a instituição do exame de proficiência. Ele utiliza o exame de ordem da OAB e da recente conquista da medicina para o ingresso na profissão como exemplo. “Afiml, lidamos com valores extremamente significativos na vida das pessoas. A compra de um imóvel representa, quase sempre, o maior negócio da vida de uma pessoa.

Imagine a frustração de alguém ser enganado por um mau profissional ou por fraudadores que se passam por corretores, perdendo economias acumuladas com grande sacrifício familiar para dar entrada em um financiamento devido à ação de alguém despreparado ou mal-intencionado”, ressalta. Teodoro afirma que um exame de proficiência já havia sido implementado em 2006 e funcionou com pleno êxito. De acordo com ele, no modelo instaurado havia um banco de 600 questões relacionadas ao mercado imobiliário, sorteadas via computador para cada candidato que pleiteava o registro no Conselho, após ter obtido o título de Técnico em Transações Imobiliárias. “O sistema funcionou tão bem que, em apenas um ano de aplicação do exame, reduzimos em 25% a incidência de reclamações contra corretores de imóveis, principalmente os iniciantes. O teste avalia todos os conhecimentos necessários para operar diversas transações imobiliárias, pois o mercado vai além de comprar, vender e alugar; envolve permutas simples, permutas com torna, cessão de direitos hereditários, entre outras operações complexas”, destacou. Para o corretor, atualmente, as escolas do Brasil não estão preparadas para oferecer um profissional com a devida qualificação. “Obtivemos essa redução significativa de queixas. No primeiro exame aplicado em âmbito nacional, o índice de aprovação foi de apenas 4%. Isso foi evoluindo ao longo dos quatro anos em que o mantivemos ativo, alcançando mais de 34% de aprovação na primeira tentativa no momento da paralisação. Houve

Minervino Júnior/CB/D.A Press



lidamos com valores extremamente significativos na vida das pessoas. A compra de um imóvel representa, quase sempre, o maior negócio da vida de uma pessoa”

João Teodoro,
presidente do Sistema
Cofeci-Creci

uma evolução substancial e uma melhoria paralela nas instituições de ensino, pois divulgamos o ranking das escolas em nosso site, exigindo que se preocupassem com a qualificação, sob pena de verem seus egressos reprovados. A paralisação ocorreu porque as escolas se sentiram prejudicadas e passaram a ingressar com mandados de segurança em todo o país”, revelou.

Fiscalização

De acordo com o empresário, a fiscalização do setor é uma das mais expressivas, contando com 520.491 diligências fiscais em todo o país, em 2025, o que representa uma média aproximada de 43.374 diligências mensais. Além disso,

o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis conta com cerca de 290 fiscais atuando em todo o território nacional. “Esse trabalho busca coibir o exercício ilegal da profissão, que é extremamente pernicioso e causa graves prejuízos à economia popular. Como os falsos profissionais costumam fugir, não possuem endereço fixo e utilizam nomes falsos, a identificação ocorre mediante denúncia ou flagrante durante as diligências. No ano passado, detectamos e autuamos 23.250 casos de exercício ilegal da profissão no Brasil”, frisou. Teodoro esclarece que para exercer a profissão há o curso de Técnico em Transações Imobiliárias (TTI), que é disciplinado pelos órgãos de educação e exige carga

horária mínima de 800 horas, sendo 20% presenciais e até 80% na modalidade a distância. Entretanto, falta uma fiscalização efetiva por parte das Secretarias Estaduais de Educação, devido à carência de estrutura e pessoal. “Constatamos que, em algumas instituições, ocorrem facilitações na obtenção de diplomas válidos perante a lei, o que nos obriga a aceitá-los no momento do registro. Para mitigar esse problema, o Cofeci e os Crecis oferecem cursos, palestras e encontros de capacitação, incentivando o corretor a se qualificar para se tornar um profissional de excelência e confiança”, apontou. O corretor disse que, para os consumidores que buscam assistência para realizar negócios

imobiliários, o Brasil conta com 27 Crecis — um para cada unidade federativa —, que dispõem de delegacias regionais e subregionais. Segundo o presidente, o principal problema do setor são os golpes, que são realizados por estelionatários, destacando-se a apropriação indébita de valores, sobretudo na locação por temporada. De acordo com ele, para combater essa prática, foi estruturado uma ferramenta de consulta online no site do Creci-SP, na qual o cliente poderá verificar a lista de corretores e imobiliárias devidamente cadastrados para atuar com locação de temporada em determinadas regiões.

* **Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

Prêmio

Correio Braziliense

CASACOR / BRASÍLIA

2026

Os melhores ambientes merecem o seu voto!

Votação aberta para o Prêmio Correio Braziliense CASACOR Brasília 2026.

Vote nos ambientes que mais te encantaram com criatividade, inovação e emoção na maior mostra de arquitetura, paisagismo e design de interiores de Brasília.

Não perca essa oportunidade

ESCOLHA OS SEUS FAVORITOS

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE

Produção:

CASACOR / BRASÍLIA

CB Brands
ESTUDIO DE CONTEUDO



ORIENTE MÉDIO

Atentado frustrado em voo para Israel

Copiloto da companhia Flydubai esfaqueia o piloto e tenta derrubar o avião, com 166 israelenses entre os 174 passageiros. Premiê denuncia “ação terrorista” na reta final para a eleição do dia 27 e elogia os “heróis” que dominaram o agressor

Jack Guez/AFP



Passageira do voo desviado embarca em táxi após a chegada ao Aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv: cenas de terror a bordo

AFP



O premiê com Yaniv Hayun, que enfrentou o copiloto: “Você foi incrível”

segurança israelense armado e à paisana, prática usual nas viagens com origem ou destino no país.

Na véspera, Netanyahu reuniu-se com o líder da oposição, Yair Lapid, para,

segundo disse, “compartilhar um alerta” para o risco de ações terroristas antes da eleição para o Knesset (parlamento), marcada para 27 de outubro. Mais cedo, o premiê havia postado um vídeo no qual, diante de um avião militar, citava “indícios de que os inimigos tentarão nos atacar” antes da votação. À saída do encontro, Lapid acusou o adversário de “espalhar o pânico” para tirar dividendos nas urnas. Pesquisas de opinião apontam uma disputa acirrada, com a possibilidade de o bloco opositor superar a atual coalizão governista.

O diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores, Eden Bar Tal, enviou nota “aos embaixadores e chefes de representação, em todo o mundo”, na qual caracteriza o assalto frustrado ao voo da Fludubai como “um atentado terrorista contra os israelenses, os Emirados Árabes Unidos e os Acordos de Abraão”, referência ao acordo patrocinado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para normalizar as relações entre os dois países, em 2020.

Alívio e gratidão

Um segundo avião da Flydubai, enviado a Tabuk, pousou à tarde em Tel Aviv

Ahmad al-Rubaye/AFP



Iraquianas festejam a partida dos americanos lembrando milicianos xiitas mortos em bombardeios dos EUA

sustenta que elas não teriam mais “desculpas” para manter seus arsenais. “É necessário, agora, enfrentar a presença de unidades armadas fora da autoridade de Estado”, diz um comunicado conjunto dos líderes dos três poderes constitucionais. Inicialmente, o governo estabeleceu 30

com os passageiros do Boeing atacado, todos ilesos, embora ainda marcados pelos momentos de horror a bordo. “O avião estava realmente a ponto de cair”, contou Miryam Shira Ohayon, que agradeceu “às pessoas que conseguiram controlar e neutralizar o copiloto. De acordo com os relatos, ele foi amarrado com os fios de fones de ouvido. “Foi como se tivéssemos uma grande turbulência, mas não havia turbulências”, descreveu Almog Italie à agência de notícias France-Presse (AFP). Segundo observou, mesmo quando se deram conta da luta na cabine, “as pessoas mantiveram a calma, não houve histeria”.

Em um dos vários vídeos gravados a bordo, e reproduzidos em larga escala nas redes sociais, um dos passageiros que imobilizaram o agressor, ainda com uma ferida aberta na testa, registra a ocorrência e pede ajuda a quem acesse o conteúdo. “Estamos aqui durante um ataque no avião. Acabamos de neutralizar os terroristas e nos preparamos para aterrissar”, informa. “Se alguém me ouvir: precisamos de ajuda. Estamos prestes a aterrissar em Tabuk, aparentemente na Arábia Saudita. Uma área desconhecida. Todos os passageiros estão bem, exceto o piloto.”

A uma semana do terceiro aniversário dos ataques do Hamas contra Israel, que terá uma eleição legislativa crucial dentro de menos de um mês, um voo da companhia Flydubai com destino a Tel Aviv foi alvo de uma tentativa de atentado suicida quando sobrevoava a Jordânia. O copiloto esfaqueou o piloto e colocou o avião em queda brusca, mas foi dominado por passageiros israelenses — que somavam 166 entre os 174 a bordo. Dois pilotos que, por coincidência, viajavam sem integrar a tripulação assumiram o comando e pousaram no aeroporto de Tabuk, na Arábia Saudita. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que conversou em pessoa com um dos protagonistas do episódio, denunciou uma “ação terrorista” e lembrou que, ainda na véspera, tinha alertado sobre o risco de atentado contra o país na reta final da campanha eleitoral.

“Foi simplesmente inacreditável o que você fez”, disse o premiê ao passageiro, a quem classificou como “um grande herói”. “Não somos uma nação de leões?”, respondeu Yaniv Hayun. Ele relatou que decidiu forçar a entrada na cabine, ajudado por outro viajante israelense, quando o avião mergulhou de 34 mil para 15 mil pés de altitude em meio minuto — “uma montanha-russa”, como descreveu outra passageira. “O piloto (esfaqueado) estava muito perto da porta, mas conseguimos tirá-lo”, explicou. O agressor tentava danificar os controles, e Hayun o dominou com uma manobra de estrangulamento. Enquanto outros israelenses amarravam o copiloto, Yaniv puxou o manche para estabilizar o Boeing — ao premiê, disse que aprendeu isso assistindo a um programa sobre acidentes aéreos. Por fim, os pilotos que viajavam entre os passageiros assumiram a cabine e conduziram o pouso de emergência.

Netanyahu disse estar “em contato constante” com as autoridades sauditas, que atualmente interrogaram o copiloto — ele disse ter agido sozinho. O premiê conversou também com o presidente dos Emirados Árabes Unidos, país de origem do voo, com o qual Israel normalizou relações recentemente. “Ordenei aos serviços de segurança que se preparem para qualquer possível ameaça adicional”, acrescentou o premiê. Uma primeira orientação foi para o reforço dos controles de segurança nos embarques para Israel, seja qual for o país de origem do voo e da companhia aérea. Especialistas em segurança estranharam a ausência, a bordo, de um agente de

EUA saem do Iraque

O presidente Donald Trump comemorou como “vitória”, ontem a retirada das tropas dos Estados Unidos e de países aliados mantidas no Iraque por mais de uma década para combater o grupo terrorista Estado Islâmico (EI). “Este dia é uma vitória para os EUA, uma vitória para o Iraque e uma vitória decisiva sobre o EI”, afirmou Trump em postagem na própria rede social, a Truth Social. Depois de elogiar o “maravilhoso” primeiro-ministro iraquiano, Ali al-Zaidi, o presidente justificou a decisão: “Eu tinha a opção de ficar ou ir embora, e senti que, sem dúvida, havia chegado a hora de (as tropas americanas) voltarem para casa”.

Em Bagdá, o premiê, que assumiu o posto neste ano, com apoio de Washington, decretou o 1º de outubro como Dia da Soberania — o primeiro sem a presença de forças estrangeiras — e anunciou “um novo capítulo” na história do país. “Começou uma nova etapa, definida pela soberania do Iraque, pela força de suas instituições, pela preparação de suas forças, pela unidade na

tomada de decisões e por alianças equilibradas com seus amigos”, afirmou, durante uma cerimônia.

As forças da coalizão foram mobilizadas no Iraque e na Síria para combater o EI, que em 2014 tomou o controle de grandes faixas de território nos dois países. O grupo cometeu vários massacres, dizimou a minoria étnico-religiosa yazidi e escravizou mulheres e crianças nas áreas que chegou a controlar. Até serem derrotado, em 2017 no Iraque e 2019 na Síria, os extremistas proclamaram um “califado” com sede na cidade síria de Raqqa.

Os governos de Bagdá e Washington concordaram em 2024 em acabar com a missão, e a retirada foi feita gradualmente. No período final, foram mantidas apenas as bases militares na região autônoma do Curdistão, no norte do país. Combatentes curdos foram parte importante da ofensiva contra os jihadistas, assim como uma coalizão de milícias xiitas alinhadas ao Irã. Com a saída das forças estrangeiras, o governo de al-Zaidi

ram mantidas apenas as bases militares na região autônoma do Curdistão, no norte do país. Combatentes curdos foram parte importante da ofensiva contra os jihadistas, assim como uma coalizão de milícias xiitas alinhadas ao Irã. Com a saída das forças estrangeiras, o governo de al-Zaidi

Irã sob suspeita em Londres

O primeiro-ministro do Reino Unido, Andy Burnham, afirmou pela primeira vez que as investigações da polícia antiterror reforçam as suspeitas que o regime islâmico iraniano seria o “país estrangeiro” por trás de uma tentativa de ataque a uma base da Real Força Aérea (RAF) usada também pelos Estados Unidos, na cidade inglesa de Fairford. A suposta conspiração teria sido abortada no fim de semana, com a detenção de cinco suspeitos, libertados sob fiança na segunda-feira.

“Há fortes indícios de que o Irã desempenhou um papel no que aconteceu no fim de semana na base da RAF em Fairford”. A instalação foi usada pela Força Aérea dos EUA nos bombardeios contra o Irã, a partir de fevereiro. Os detidos foram identificados como cidadãos britânicos, com idade entre 23 e 25 anos. A polícia não fez nenhuma menção quanto a uma possível origem familiar estrangeira de algum deles, mas o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, já havia apontado uma “clara ligação externa” dos suspeitos.

O chanceler iraniano, Abbas Araghchi, rebateu as declarações de Burnham afirmando que o premiê britânico “está latindo para a árvore errada”. “Posso confirmar nossa crença de que libertar supostos terroristas a serviço de outro país é uma decisão que diz tudo”, provocou, em postagem nas redes sociais. A embaixada de Teerã em Londres negou “categoricamente” as suspeitas do premiê e condenou “com veemência o que chamou de “especulações”.

Curiosamente, a concessão da liberdade sob fiança para os detidos recebeu críticas também de Donald Trump. “Estou surpreso”, disse o presidente à imprensa, na Casa Branca, na própria segunda-feira. “Eu não teria feito isso.” Burnham reforçou que seu governo “está conversando com as contrapartes nos EUA para explicar o que está sendo feito por aqui”, e renovou sua “total confiança na maneira como nossos serviços de segurança estão conduzindo esse assunto”.

Começou uma nova fase, definida pela soberania do Iraque e pela força de suas instituições

Ali al-Zaidi,
primeiro-ministro

VISÃO DO CORREIO

Cidadão está por conta própria contra o crime organizado

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), divulgado segunda-feira, mostra que o tráfico atormenta mais de 80% das cidades do país. Um dado que, certamente, não surpreende ninguém — aliás, chama a atenção é que ainda tenha aproximadamente 20% de prefeituras que não consideram o avanço da droga uma ameaça. Mas a pesquisa não termina aí. Os percentuais restantes são cruéis: 77,2% dos municípios não contam com conselhos de políticas sobre drogas e 77,3% não têm plano de políticas sobre drogas.

O significado desses números deixa claro que o tráfico avança sem contenção. Os municípios são incapazes de freá-lo e, como a pesquisa também constata, têm pouco apoio dos governos estaduais e federal nessa tarefa. Pelo levantamento da CNM, cerca de 77% das prefeituras tiram dinheiro do próprio caixa. Recursos de transferências estaduais e de emendas parlamentares são percentuais insignificantes — 11,7% e 9,5%, respectivamente. Apenas 3% das prefeituras recebem alguma verba via Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Juntando tais números, constata-se: está escancarado o terreno para as organizações criminosas. Questão que, diga-se, não parece quererem enfrentar seriamente. Nas atuais campanhas presidencial e para governador, o tema foi tratado (quando foi!) da pior maneira: candidatos se perderam em platitudes, em propostas nada factíveis, em números inflados de um sucesso irreal, em sugestões de ineficientes aumentos de pena e em outras bobagens que não tranquilizam o cidadão-contribuinte-eleitor. Os aspirantes a cargos públicos desconsideram as pesquisas de opinião que há meses avisam: a segurança pública é, atualmente, a maior preocupação dos brasileiros.

Os números levantados pela CNM confirmam algo que o promotor do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) Lincoln Gakiya há tempos alerta — o Brasil caminha para tornar-se um narcoestado. A Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, confirmou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) utiliza a economia formal não apenas para branquear o dinheiro das atividades criminosas, mas, sobretudo, para obter a validação da sociedade. Ao integrar-se à institucionalidade — seja financiando influenciadores digitais; seja engordando fundos de investimento geridos na Faria Lima; seja aplicando em postos de combustíveis e linhas de ônibus na cidade de São Paulo —, conquista a aprovação de setores empresariais e políticos, que preferem a aliança ao confronto. Ou seja, o pragmatismo rebaixa-se ao cinismo.

Mas, nos municípios pequenos, essa convergência de interesses é impiedosa. São vários espalhados pelo país que tornaram-se entrepostos do crime. As organizações capturaram a política e a segurança local; manietaram a população, que em parte vira cúmplice e em parte testemunha dos desmandos. Os discursos eleitoreiros sobre recuperação de território controlados pelo tráfico excluem essas cidades, algumas delas em áreas metropolitanas das capitais.

A pesquisa da CNM traz números. Estarecemo-nos à vontade com eles. Porém, falta o componente político da equação. Segundo o promotor Lincoln Gakiya, o crime organizado avança, e muito, no vácuo deixado pelas divergências ideológicas. A visão de curto prazo e eleitoreira é uma grande aliada de facções e milícias, que, inclusive, financiam a manutenção do confronto entre visões opostas entre direita e esquerda.

Isso significa que estamos por conta própria contra o crime organizado, apesar dos esforços de alguns setores da sociedade.

CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Um caminho na lei

Um bebê que nasceu com vida — como mostraram exames do IML —, mas que acabou morto e descartado em meio ao lixo, como se humano não fosse, como se nada valesse. Em seguida, incinerado, junto com os dejetos entre os quais foi colocado — numa circunstância ainda sob investigação.

O caso foi descoberto na sexta-feira, no Recanto das Emas, e a polícia apura o crime. Mas a história me fez lembrar como é frequente o assassinato de bebês indesejados logo após o nascimento ou o abandono deles em terrenos baldios, lixeiras, banheiros, calçadas, valetas, parques, canteiros de obras. Deixados para morrer, nem todos são encontrados e resgatados a tempo.

No ano passado, em Minas, um recém-nascido, abandonado em um lote vazio, foi mutilado por cães. Os animais arrancaram o pé esquerdo dele e parte da orelha. Socorrido por populares, foi levado ao hospital, onde médicos tiveram de amputar a perna esquerda e parte da direita. Ele morreu quatro dias depois.

O assassinato é uma barbárie por si só, mas o abandono também é um crime, que pode ter o mesmo desfecho: a morte de um ser humano indefeso — ou incapaz, como diz a lei.

Existe uma saída para as pessoas que não querem os bebês ou não se acham em condições de criá-los. Chama-se entrega voluntária e está prevista em lei. A criança pode ser colocada para adoção, sem que haja necessidade de se justificar o motivo. É um procedimento previsto no Artigo

13, Capítulo 1, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e regulamentado por resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "A norma garante que a entrega seja feita de forma consciente, segura, sigilosa e acompanhada pelo Judiciário, sem caracterização de abandono ou crime", enfatiza o órgão.

A pessoa pode manifestar o interesse em entregar o bebê antes ou logo após o nascimento dele, sem ser punida ou constrangida de nenhuma forma. Basta procurar a Vara da Infância e Juventude, hospitais, maternidades, postos de saúde, Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Defensoria Pública ou Ministério Público.

A decisão será mantida sob sigilo absoluto, se a pessoa assim desejar. Nem o pai da criança nem familiares serão informados. Dessa forma, é possível assegurar que a criança seja encaminhada para uma família adotiva em segurança e dentro da legalidade. O CNJ elaborou uma cartilha sobre o assunto com um tira-dúvidas, acessível no endereço www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/02/cartilha-entrega-voluntaria-adocao-profissionais-v4.pdf.

Os motivos são muitos para não querer um bebê, como falta de apoio da família ou do pai da criança, gravidez indesejada e baixa condição econômica, mas absolutamente nada justifica lançar mão de ardis para se livrar perversamente de quem não consegue se defender sozinho.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br. O Correio reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Jogo desleal

Embora não precise se afastar, o presidente-candidato continua sujeito a uma série de proibições e condutas vedadas pela Justiça Eleitoral para evitar o abuso de poder político e econômico. Ele não pode usar a estrutura do governo para fazer campanha, há restrições severas em publicidade institucional, proibição de inaugurar obras em determinados períodos, bem como a criação de programas sociais ou distribuir benefícios que possam influenciar os eleitores. Apesar das proibições, o presidente-candidato, para turbinar sua campanha, continua usando todo o aparato político e estatal, decretos, portarias, medidas provisórias e inaugurações, exclusivamente com fins eleitoreiros, em detrimento dos demais candidatos. É um jogo sujo e desleal. A Justiça Eleitoral está acompanhando esses movimentos?

» Marcus A. Minervino
Lago Sul

Fazer política

O peso do passado pode bloquear a potência transformadora do presente e acinzentar as perspectivas de futuro. O olho errante não apenas vê; ele vagueia pelo visível à procura do que se esconde. O exercício consciente do pensamento permite reconhecer os equívocos produzidos por uma vida conduzida sem exame crítico. Nesse sentido, a filosofia atua como instrumento de discernimento diante das escolhas e dos sofrimentos da existência. O tempo constitui um grande aliado no amadurecimento da reflexão. Poucos sentimentos, crenças ou comportamentos humanos resistem ao alcance da chacota corrosiva. Viver é aprender a conviver com o peso inevitável das coisas; fazer política é transformar a difícil presença do outro em possibilidade de vida comum. Uma sociedade também se desenvolve quando se alargam os horizontes daquilo que sua população pode desejar e projetar. O voto de confiança das "classes aspiracionais", expressão cunhada pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, constitui um dos pilares da democracia brasileira, pois traduz a ampliação da capacidade dos segmentos populares de sonhar, formular aspirações e projetar novos horizontes de vida.

» Marcos Fabrício
Asa Norte

» correiobraziliense.com.br

Artigo

Daniel Guanaes, PhD em teologia pela Universidade de Aberdeen e psicólogo clínico, escreve sobre a relação entre saúde mental e espiritualidade no artigo *O valor da espiritualidade na prevenção ao suicídio*. Confira no site do **Correio**

Bloco de notas

O jornalista Carlos Alexandre de Souza analisa o clima acirrado entre candidatos na reta final do primeiro turno, com trocas de ofensas e cobrança de mais responsabilidade com o que se posta nas redes.

Vídeo

A jornalista Denise Rothenburg comenta a crise entre Flávio Bolsonaro e a CNBB após acusação, feita pelo presidencialvel, de que pessoas dentro da Conferência participaram da disseminação da notícia falsa sobre a padroeira.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de difusão é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A conta do envelhecimento não cabe só na Previdência



» GUSTAVO PESSOA
Economista e professor
da FGV-SP

O Dia Internacional das Pessoas Idosas, em 1º de outubro, chama a atenção para uma transformação que já está em curso no Brasil: o Censo de 2022, do IBGE, registrou 32,1 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, equivalentes a 15,8% da população e 56% a mais que em 2010. Embora viver mais seja uma conquista, nossa organização econômica ainda não se adaptou inteiramente a ela, e o debate costuma se concentrar na Previdência e na saúde, deixando em segundo plano uma conta que chega todos os dias às famílias, a do cuidado.

Uma família pode ter planejado a aposentadoria, quitado a casa e organizado suas despesas e, ainda assim, precisar refazer o orçamento quando alguém passa a necessitar de ajuda nas atividades cotidianas. Contratar um cuidador significa assumir uma nova despesa; quando um filho, cônjuge ou outro parente assume essa função, o custo não desaparece, apenas muda de forma. São horas que deixam de ser destinadas ao trabalho, ao estudo ou ao descanso e que, em alguns casos, exigem reduzir a jornada, recusar uma promoção ou deixar o emprego. O orçamento pode, assim, ficar pressionado dos dois lados, com o aumento dos gastos e a redução da renda de quem passa a cuidar.

Como cuidado não remunerado também tem custo, seus efeitos podem atravessar gerações: cuidar dos pais hoje pode significar ganhar e

poupar menos para a própria velhice amanhã. É por isso que a economia do envelhecimento precisa ir além da pergunta sobre quanto acumular para a aposentadoria e considerar, além do tempo que viveremos, a intensidade e a duração de uma eventual necessidade de apoio. Ter renda para pagar as despesas habituais não garante que haverá alguém disponível para prestar esse apoio, nem que será possível financiá-lo pelo tempo necessário.

A distribuição desse impacto é desigual, como mostram as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT): em 2023, 708 milhões de mulheres estavam fora da força de trabalho no mundo por responsabilidades de cuidado. Embora o dado inclua crianças e outros familiares, e não apenas pessoas idosas, ele revela a dimensão econômica de um trabalho frequentemente tratado como recurso ilimitado dentro das casas. Pressupor que sempre haverá um familiar disponível para cuidar significa ignorar as escolhas e as perdas de renda que essa responsabilidade pode impor.

No Brasil, a Política Nacional de Cuidados,

instituída em 2024, e o Plano Nacional de Cuidados começaram a incorporar essa questão às políticas públicas ao reconhecer tanto quem necessita de apoio quanto quem cuida. A oferta de serviços e a conciliação entre trabalho remunerado, educação e responsabilidades familiares estão entre os eixos do plano, mas esse avanço institucional precisa se traduzir em atendimento, com financiamento contínuo, profissionais qualificados e avaliação de resultados.

Isso exige articular saúde e assistência social com moradias adaptadas e serviços que ajudem a preservar a autonomia, além de desenvolver tecnologias, seguros e produtos financeiros adequados às diferentes necessidades das famílias. As empresas também terão de rever a organização do trabalho para que seus funcionários consigam conciliar a carreira com o cuidado de familiares, reconhecendo que essa responsabilidade afeta a vida profissional e não pode ser resolvida apenas dentro de casa.

Uma população mais velha também cria oportunidades econômicas ao ampliar a demanda por produtos, serviços e soluções de moradia e mobilidade. As pessoas idosas, por sua vez, continuam trabalhando, empreendendo, cuidando de outras pessoas e contribuindo para suas comunidades, de modo que confundir envelhecimento com dependência seria um erro econômico e humano.

O desafio é decidir como uma sociedade mais longeva distribuirá o custo do cuidado quando ele for necessário, sem deixar que essa conta recaia silenciosamente sobre quem abre mão de renda e tempo para cuidar. Planejar a velhice exige financiar os anos adicionais de vida e criar condições para vivê-los com autonomia, o que torna incompleta qualquer política de longevidade que proteja a renda de quem envelhece, mas ignore o tempo, a renda e o futuro de quem cuida.



Desalento eleitoral: brasiliense acompanha a campanha de 2026 de longe



» LARISSA MARQUES
» FRED BERTHOLINI
» LUCIO RENNÓ
*Pesquisadores do Observatório
de Políticas Públicas do Distrito
Federal (ObservaDF)*

A cada quatro anos, o calendário democrático convoca os eleitores do Distrito Federal às urnas para escolher os cargos distritais e federais. Neste ano de 2026, o eleitorado do DF irá às urnas para escolher seus representantes para os cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e distrital. O dia da votação, no entanto, é apenas o desfecho de um período mais longo. Nos meses anteriores, partidos e cidadãos costumam ocupar as ruas com comícios, carreatas, panfletagens e reuniões, além de exibir camisetas e adesivos de seus candidatos. Esses rituais fazem parte da vida democrática e cumprem uma função relevante: mantêm o eleitor informado e estimulam o comparecimento no dia do pleito. Neste ano, porém, o clima de mobilização parece não ter contagiado o brasiliense.

Para mapear o envolvimento do eleitorado local com esses ritos, o Observatório de Políticas Públicas do Distrito Federal (ObservaDF) dedicou seu mais recente relatório à participação na corrida eleitoral de 2026. O estudo reuniu indicadores sobre a frequência do consumo de noticiário político, o contato presencial com atividades de partidos, candidatos e campanhas, o interesse declarado pela disputa e, por fim, os sentimentos que o cenário atual desperta na população que vota no DF.

Embora 73% dos eleitores do DF digam ter contato com notícias sobre política diariamente

ou algumas vezes por semana, apenas 41% afirma ter muito ou algum interesse pela campanha eleitoral de 2026. O mesmo percentual declara acompanhar a disputa muito ou razoavelmente de perto, enquanto uma fatia expressiva, de 26%, diz não a acompanhar.

Para avaliar o engajamento, a pesquisa listou ações tradicionalmente adotadas por eleitores e as dividiu em dois grupos. O primeiro reúne práticas presenciais, típicas das ruas, como conversar com cabos eleitorais, participar de reuniões e carreatas, visitar comitês ou exibir adesivos, bandeiras e camisetas na roupa, no carro ou na residência. O segundo abrange atividades que não demandam sair de casa, como assistir ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e aos debates entre os candidatos.

No momento da coleta da pesquisa, a menos de 20 dias do primeiro turno das eleições, cerca de dois em cada cinco entrevistados informaram ter participado de alguma atividade presencial. A ação mais frequente é também a que requer menos esforço: conversar com alguém que divulgava uma candidatura ou distribuía panfletos, citada por 34%. As demais aparecem bem atrás: usar ou exibir material de campanha (16%); ajudar em alguma ação (14%); ir a reunião, comício, caminhada ou carreata (13%); e visitar um comitê (11%). O engajamento parece concentrar-se, portanto, no contato que a campanha leva até o eleitor, e não em iniciativas que partem dele.

O quadro se torna ligeiramente mais participativo quando se observam as formas de acompanhamento mais discretas, que demandam menor exposição pessoal. Ao todo, 58% do eleitorado teve contato com a campanha pelo HGPE ou por algum debate. Na semana anterior à entrevista, 46% assistiram ou ouviram a um embate entre candidatos, e o mesmo percentual acompanhou o horário eleitoral.

Existem fatores capazes de atenuar ou ampliar esse engajamento na campanha eleitoral, como a idade e o nível de interesse por política. Identificou-se que os entrevistados mais jovens apresentam maior envolvimento em atividades presenciais de campanha do que os mais idosos: entre aqueles de 16 a 24 anos, 47% participam de alguma delas, contra 34% dos que têm 60 anos ou mais. Já no grupo que se diz interessado pelo tema, esse engajamento sobe para 48%, ante 34% entre os desinteressados.

Como termômetro do humor do eleitorado, a pesquisa também investigou as emoções associadas ao universo político. E o resultado é um retrato predominantemente negativo. Cerca de 60% dos entrevistados dizem se sentir “sempre” ou “frequentemente” decepcionados e 55% “sempre” ou “frequentemente” cansados. Os sentimentos positivos aparecem com menos força: 36% relatam esperança e 29%, entusiasmo.

O desconforto se estende às conversas do dia a dia. Para 44% do público ouvido, falar de política é uma experiência estressante ou frustrante. Somente 28% classificam esses diálogos como interessantes e informativos, e outros 28% preferem até evitar o assunto. O maior grupo, portanto, enxerga a conversa política como fonte de incômodo e insatisfação.

Em conjunto, os números compõem um cenário pessimista para a relação entre o eleitor e a campanha no DF, marcada por baixa adesão e pouca atenção à disputa. Vive-se, assim, um pleito de “desalento eleitoral”: um momento em que interesse e participação estão longe de alcançar a maioria da população, e em que a falta de ânimo, o abatimento e a perda de esperança na política passam a definir o estado de espírito e as atitudes do eleitorado brasiliense.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Os desafios demográficos e a força da geração de ouro

A estrutura demográfica brasileira passa por uma transformação profunda e acelerada. Essa mudança estrutural redefine totalmente os rumos das políticas públicas e da economia nacional. Portanto, o crescimento acelerado da população idosa no Brasil exige respostas urgentes e bem planejadas por parte do Estado.

Avanço acelerado

De acordo com dados do Censo do IBGE de 16 anos atrás, o país registrava pouco mais de 20,5 milhões de idosos. Em contrapartida, os resultados definitivos do Censo de 2022 revelam que esse número saltou para 32.113.490 pessoas. Consequentemente, o contingente de cidadãos com 60 anos ou mais cresceu mais de 56% nesse período. Assim, esse grupo alcançou a marca de 15,6% da população total do país.

Levantamentos estatísticos mais recentes do IBGE demonstram que essa parcela continuou a avançar rapidamente. Atualmente, os idosos já atingiram a expressiva marca de 16,6% da população nacional. Por conseguinte, esse novo perfil social impõe desafios complexos e imediatos para todas as esferas de governo.

Especialistas em demografia e saúde pública destacam o aumento expressivo da longevidade no país. Com efeito, a expectativa de vida ao nascer já supera os 76 anos de idade. No entanto, essa maior longevidade traz consigo uma prevalência elevada de doenças crônicas. Dessa forma, o país exige um sistema de saúde pública estruturado para o atendimento especializado e contínuo.

Força eleitoral

Paralelamente às transformações demográficas, a participação política da terceira idade atingiu um nível histórico inusitado. Dados atualizados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que o eleitorado com 60 anos ou mais superou 37,4 milhões de votantes. Consequentemente, esse grupo representa cerca de 23,2% de todo o eleitorado apto no país.

Dessa maneira, a chamada Geração de Ouro ultrapassou com folga o contingente de jovens eleitores de 16 a 24 anos. Atualmente, os idosos representam quase o dobro dos votantes jovens nas urnas. Portanto, a importância das eleições passa inevitavelmente pelo peso decisivo do voto idoso nas urnas brasileiras.

Mesmo nos casos em que o voto torna-se opcional para pessoas acima de 70 anos, a adesão continua muito elevada. Por isso, candidatos e partidos políticos precisam obrigatoriamente incluir pautas sobre longevidade em suas plataformas governamentais. Afinal, a população idosa no Brasil tem o poder real de definir os rumos das eleições municipais e estaduais.

Pressão sobre a Previdência

Um dos pontos mais críticos do envelhecimento populacional recai sobre o sistema de previdência social. Nas últimas décadas, a proporção de pessoas em idade ativa por idoso caiu de forma expressiva. Por essa razão, a expansão da população idosa no Brasil pressiona fortemente as contas públicas. Portanto, os gestores precisam buscar novas fórmulas econômicas para garantir a sustentabilidade de aposentadorias e pensões sem comprometer o orçamento fiscal.

Economistas e gestores afirmam que a resolução do problema exigirá aportes massivos de recursos. Além disso, o cenário atual requer inovações institucionais urgentes no Poder Executivo e no Legislativo. Entre as alternativas debatidas, destaca-se a criação de um ministério exclusivo para a gestão de políticas públicas da terceira idade.

Infraestrutura e cuidados

Do mesmo modo, o planejamento das cidades precisa passar por uma reformulação total. O objetivo principal é acolher os idosos com segurança, dignidade e autonomia nos espaços urbanos. A adaptação da mobilidade urbana e dos transportes públicos torna-se uma premissa fundamental. Essa reestruturação garante a manutenção de bons Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios.

Além do transporte, a demanda por serviços de cuidados de longa duração cresce de forma exponencial. Por conseguinte, o país precisa expandir as redes de apoio domiciliar e as instituições de longa permanência. Da mesma maneira, as cidades devem oferecer suporte emocional e físico adequado para combater o isolamento social. Os governos devem promover a inclusão ativa por meio de programas de educação continuada.

Ao mesmo tempo, os setores empresariais encontram nesse cenário um nicho estratégico de grande relevância. Empresas investem na adaptação de produtos, serviços e espaços comerciais voltados ao atendimento desse público.

A frase que foi pronunciada:

Antes das eleições, os candidatos têm muitos predicados, mas é depois que se conhece o sujeito.

Rutra Larama

História de Brasília

"O ministro Sampaio Costa entregou, ontem, a sala dos Advogados no Bloco 6 da Esplanada dos Ministérios. Foi homenagear os advogados e recebeu consagrada manifestação, transferindo a homenagem para a pessoa do presidente do Tribunal Federal de Recursos."
(Publicada em 25/5/1962)

Cuidado com falsas promessas

Estudo brasileiro constata que 95% das publicações sobre produtos de beleza sul-coreanos em rede social contêm alegações improcedentes. Dermatologistas alertam que misturar substâncias pode causar lesões na pele

» PALOMA OLIVETO

Fenômeno nas redes sociais, vídeos sobre os cosméticos sul-coreanos e a cobijada “pele de vidro” — cútis clara, lisa e muito hidratada — alcançam milhões de usuários, inclusive no Brasil, onde a participação dos produtos de beleza do país asiático saltou de 0,5% em 2023 para mais de 7% até maio deste ano. O problema é que, segundo um estudo apresentado no Congresso da Academia Europeia de Dermatologia e Venereologia (EADV) em Viena, na Áustria, 95% dos posts no TikTok sobre a rotina do chamado K-beauty têm pelo menos uma alegação falsa.

Além disso, o trabalho alerta para a falta de informações básicas de segurança nesses vídeos, destaca a autora principal, Maria Lúcia Paysano, médica residente em dermatologia no Instituto de Dermatologia Professor Rubem David Azuly, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. No mesmo congresso médico, a dermatologista Ouissal Horni, do Hospital Universitário Mohammed VI, no Marrocos, apresentou um trabalho sobre as complicações dermatológicas de produtos virais nas redes sociais.

O problema não são os produtos de beleza sul-coreanos, mas as alegações falsas e equivocadas dessas postagens, feitas, na maioria das vezes, por leigos, mostram os dois estudos. Na pesquisa brasileira, a equipe de Paysano analisou vídeos relacionados às rotinas populares de cuidados com a pele no universo K-beauty, publicados em maio de 2026. Utilizando uma conta neutra, sem histórico de engajamento prévio para minimizar a interferência do algoritmo, os autores selecionaram as publicações mais populares em cinco termos de busca relacionados a esses cosméticos.

Segurança

Após as exclusões, 38 vídeos foram analisados quanto às alegações dermatológicas, informações de segurança, qualidade e confiabilidade, utilizando duas ferramentas de avaliação. Quase 95% das publicações continham pelo menos uma afirmação enganosa, enquanto 84% não levavam em consideração os diferentes tipos de pele, 45% promoviam combinações excessivas de ingredientes ativos sem as devidas orientações de segurança e 32% prometiam resultados instantâneos.

“O que mais nos surpreendeu foi a ausência constante de informações básicas de segurança”, observa Maria Lúcia Paysano. “Apenas um dos 38 vídeos mencionou o risco de irritação, apenas dois abordaram a proteção solar, nenhum mencionou o risco de dermatite de contato e nenhum recomendou consultar um dermatologista.”

Todos os vídeos foram classificados como não confiáveis ou pouco confiáveis, e nenhum citou uma fonte ou referência externa. Quase 82% foram criados por influenciadores não médicos, 11% por marcas de beleza e 8% por outros criadores de conteúdo de beleza; nenhum foi produzido por dermatologistas. “Nossos resultados mostram uma clara discrepância entre a popularidade desse conteúdo e a qualidade das informações fornecidas”, diz Paysano. “Seguir essas rotinas

Palavra de especialista

Tratamento individualizado

Os cosméticos coreanos têm tecnologia, pesquisa e ingredientes muito interessantes. O problema não está na origem dos produtos, mas na ideia de que existe uma rotina universal capaz de funcionar para todas as pessoas. A pele é um órgão vivo e precisa ser tratada de forma individualizada. Vejo pacientes que utilizam diversos ativos ao mesmo tempo porque acreditam que isso vai acelerar os resultados. Na prática, o excesso pode causar irritação, sensibilização, descamação e até piorar quadros como acne e rosácea. Em dermatologia, muitas vezes, menos é mais. As tendências podem ser uma porta de entrada para o autocuidado, mas não substituem o conhecimento científico. O objetivo não deve ser reproduzir uma rotina que viralizou na internet, e sim construir

Arquivo pessoal



um tratamento compatível com a realidade da sua pele.

Carla Vidal, médica dermatologista em São Paulo (SP)

Duas perguntas para

TAINAH DE ALMEIDA, DERMATOLOGISTA DA CLÍNICA INOVADERM (DF)

O que explica a febre de produtos de beleza coreanos?

A Coreia do Sul se tornou uma grande referência mundial em tecnologia, beleza e cuidados com a pele, tanto pela capacidade de inovação da indústria cosmética quanto pela própria cultura de prevenção e cuidado contínuo. O K-Beauty ajudou a popularizar conceitos muito interessantes na rotina de pele, como uma limpeza mais gentil, hidratação em diferentes texturas e múltiplas etapas, o cuidado com a barreira cutânea e, claro, a fotoproteção rigorosa. Além disso, existe um investimento muito grande em tecnologia de formulação, sensorial dos produtos e novos ingredientes, o que torna esses cosméticos bastante atraentes para o consumidor. E as redes sociais potencializaram ainda mais esse fenômeno. Conceitos como o chamado glass skin, ou “pele de vidro”, são extremamente visuais e funcionam muito bem em plataformas como TikTok e Instagram. O problema começa quando uma filosofia de cuidado é transformada em uma espécie de receita: “Use todos esses 10 produtos coreanos e você terá esta pele”. Nem todo produto coreano é necessariamente

melhor simplesmente por ser coreano, assim como nem todo ingrediente que viraliza possui o mesmo nível de evidência científica de ativos já consagrados e bem estudados. Existem ativos utilizados no K-Beauty com dados científicos robustos, enquanto outros mais novos ainda têm evidências limitadas. Portanto, é importante separar o que é marketing e tendência passageira do que já é consolidado.

Quais problemas a combinação excessiva de ingredientes ativos pode acarretar para a pele?

Esse talvez seja um dos maiores problemas das rotinas copiadas das redes sociais. Hoje temos acesso muito fácil a retinoides, diferentes tipos de ácidos, vitamina C, niacinamida, esfoliantes e diversos outros ativos. Isoladamente, muitos deles podem ser excelentes. O problema é acreditar que usar todos ao mesmo tempo fará ainda melhor. Na prática, acontece o contrário: quando associamos vários produtos potencialmente irritantes ou aumentamos a frequência de uso, podemos ultrapassar a tolerância da pele. Isso pode causar ardência, vermelhidão, descamação,

sem orientação individualizada pode contribuir para irritação, esfoliação excessiva, surtos de acne ou ruptura da barreira cutânea, principalmente quando vários ingredientes ativos são combinados.”

A dermatologista Letícia Aguiar, de Londrina (PR), conta que ingredientes como PDRN (polidesoxirribonucleotídeo) e

exossomos, originalmente utilizados em procedimentos estéticos injetáveis, passaram a aparecer, também, em cosméticos de prateleira e afirma que o uso exige avaliação individual. “Alguns desses ingredientes têm respaldo científico interessante, mas isso não significa que servem para todo mundo, na mesma concentração e da mesma forma. O

Shopkit/Divulgação



O problema não está nos produtos sul-coreanos — muitos deles validados por estudos científicos —, mas nas recomendações feitas em redes sociais por pessoas não especializadas

Hay Torres/Divulgação



sensibilidade, ressecamento e comprometimento da barreira cutânea. E a inflamação decorrente desse excesso pode acabar piorando doenças, como acne e rosácea, e causando e manchas. O estudo chama atenção justamente para isso: o problema não é o K-Beauty. Muitos dos seus princípios (como cuidado com a barreira, hidratação, prevenção e fotoproteção) são extremamente interessantes. O risco aparece quando esses conceitos são transformados pelas redes sociais em fórmulas universais, com excesso de produtos, promessas imediatas e pouca preocupação com segurança e individualização.(PO)

consumidor está aderindo à tendência baseado em vídeo de rede social, sem entender que cada pele responde de um jeito diferente”, alerta.

Lesões

Em um estudo separado, a médica

marroquina Ouissal Horni destacou os riscos de se seguirem as tendências virais sem avaliação prévia. A pesquisa, observacional, foi realizada com 94 pacientes que desenvolveram uma condição de pele nova ou tiveram piora em lesões preexistentes após o uso de produtos cosméticos/dermatológicos da K-beauty promovidos nas redes sociais.

Os esfoliantes químicos contendo alfa-hidroxiácidos (AHAs) ou beta-hidroxiácidos (BHAs) foram os produtos mais frequentemente relatados pelas participantes (34% dos casos), seguidos por retinoides de venda livre (27%), séruns de vitamina C (14%) e cosméticos contendo niacinamida (11%). Quase metade (48%) dos pacientes adotou rotinas completas de cuidados com a pele diretamente inspiradas em conteúdo de mídias sociais, enquanto 63% estavam usando simultaneamente mais de três ingredientes ativos para cuidados com a pele.

“O que foi particularmente impressionante não foi simplesmente a popularidade desses produtos, mas como estavam sendo usados”, comentou, em nota, Ouissal Horni. “Muitos pacientes estavam reproduzindo rotinas complexas de cuidados com a pele, envolvendo vários ingredientes ativos simultaneamente, frequentemente baseadas em conselhos de influenciadores sem formação médica.”

As reações variaram desde dermatite de contato irritativa (42%) e início ou agravamento significativo da acne (28%) até surtos de rosácea ou dermatite semelhante à rosácea (12%), hiperpigmentação pós-inflamatória (11%) e queimaduras químicas superficiais (7%). “A combinação de vários ingredientes ativos pode sobrecarregar a barreira cutânea, já que alguns apresentam efeitos irritantes sobrepostos”, afirmou Horni. “Nossa mensagem é simples: ‘Viral’ não significa necessariamente seguro, validado ou adequado para todos.”

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

El Niño ameaça milhões de crianças

Milhões de crianças e adolescentes enfrentam riscos à saúde devido ao El Niño na América Latina, alertou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em um relatório. O documento calcula que 25,8 milhões de meninos e meninas no continente estão vulneráveis devido à

seca ou à chuva excessiva associadas ao fenômeno, que caminha para se tornar o mais intenso já registrado. O impacto mais severo está previsto para acontecer entre outubro e dezembro.

“Os efeitos são cada vez mais visíveis e severos e ameaçam empurrar os pequenos

para situações de maior vulnerabilidade, além de aprofundar as desigualdades”, disse Roberto Benes, diretor regional do Unicef para a América Latina e o Caribe. O relatório cita insegurança alimentar com risco de desnutrição, maior ocorrência de incêndios e isolamento em comunidades

ribeirinhas e mais dificuldade de acesso à água, entre os desafios que as crianças enfrentam no continente latino.

Furacões

Segundo Benes, a temporada de furacões também está sendo influenciada pelo fenômeno. “Uma única tempestade de grande magnitude pode causar destruição generalizada e alterar a vida de

centenas de milhares de crianças”, afirmou. O oficial do Unicef pediu o reforço da preparação, proteção dos serviços essenciais e garantia de que as crianças recebam o apoio necessário.

Em um comunicado, o organismo informou que solicitou US\$ 53,8 milhões (R\$ 279 milhões) para responder às emergências causadas pelo El Niño na América Latina. Porém, até 30 de junho, arrecadou apenas metade do valor.

Busca pelos indecisos a 3 dias do 1º turno

A pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política mostra Celina Leão com 53,1% dos votos válidos e Leandro Grass com 27,5%. Candidatos apostam nos eleitores que ainda não decidiram o voto para mudar o atual cenário

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

A quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política movimentou a corrida ao Governo do Distrito Federal (GDF) na reta final para o primeiro turno. O levantamento mostrou Celina Leão (PP) à frente na disputa, com 53,1% dos votos válidos, enquanto Leandro Grass (PT) aparece com 27,5%. O **Correio** ouviu os candidatos sobre os resultados e os caminhos que cada campanha pretende seguir nos últimos dias antes da votação.

Celina Leão afirmou que os dados das pesquisas são considerados pela campanha, mas não são o único parâmetro para definir sua atuação na reta final. “A gente sempre trabalha com referências. Esses dados são importantes, claro, mas não são o único fator que baliza o nosso trabalho. A nossa prioridade sempre foram as pessoas. São elas que movem a nossa rotina, que fazem a gente acordar cedo, dormir tarde e trabalhar cada vez mais. É assim que vamos seguir até o último dia: com muito trabalho, ouvindo as pessoas e cuidando de Brasília”, destacou.

O candidato do PT, Leandro Grass, segundo colocado, não comentou o resultado do levantamento. Em comparação com as rodadas anteriores, o petista registrou crescimento de 7,7 pontos percentuais na pesquisa estimulada. Na pesquisa divulgada em 3 de setembro, ele tinha 14,2% das intenções de voto. No levantamento de 23 de setembro, o percentual subiu para 19,6%, e, na última rodada, chegou a 21,9%.

Paula Belmonte (PSDB), que registrou 9,7% dos votos válidos, classificou a pesquisa como uma “fotografia do momento” e disse respeitar todos os levantamentos. “O dado que mais chama a atenção é que, a poucos dias da eleição, há muitos eleitores que não definiram espontaneamente o seu voto. Isso mostra que a eleição será decidida nas urnas e que temos muito trabalho pela frente”, analisou. Segundo a candidata, a campanha tem sido feita nas ruas e, na reta final, o trabalho será intensificado nas cidades para buscar os eleitores indecisos. “Tenho muita confiança no trabalho que construímos e, principalmente, na decisão soberana do eleitor no próximo domingo”, destacou.

Com 3,5% dos votos válidos, segundo a pesquisa, Ricardo Cappelli (PSB) ressaltou o percentual de eleitores que não definiram o voto e demonstrou convicção de um resultado positivo na reta final. “A eleição está completamente aberta e será definida nos próximos três dias. A população quer mudança e não quer a continuidade de Celina e também não quer o candidato do PT. Por isso, eu sigo confiante”, afirmou.

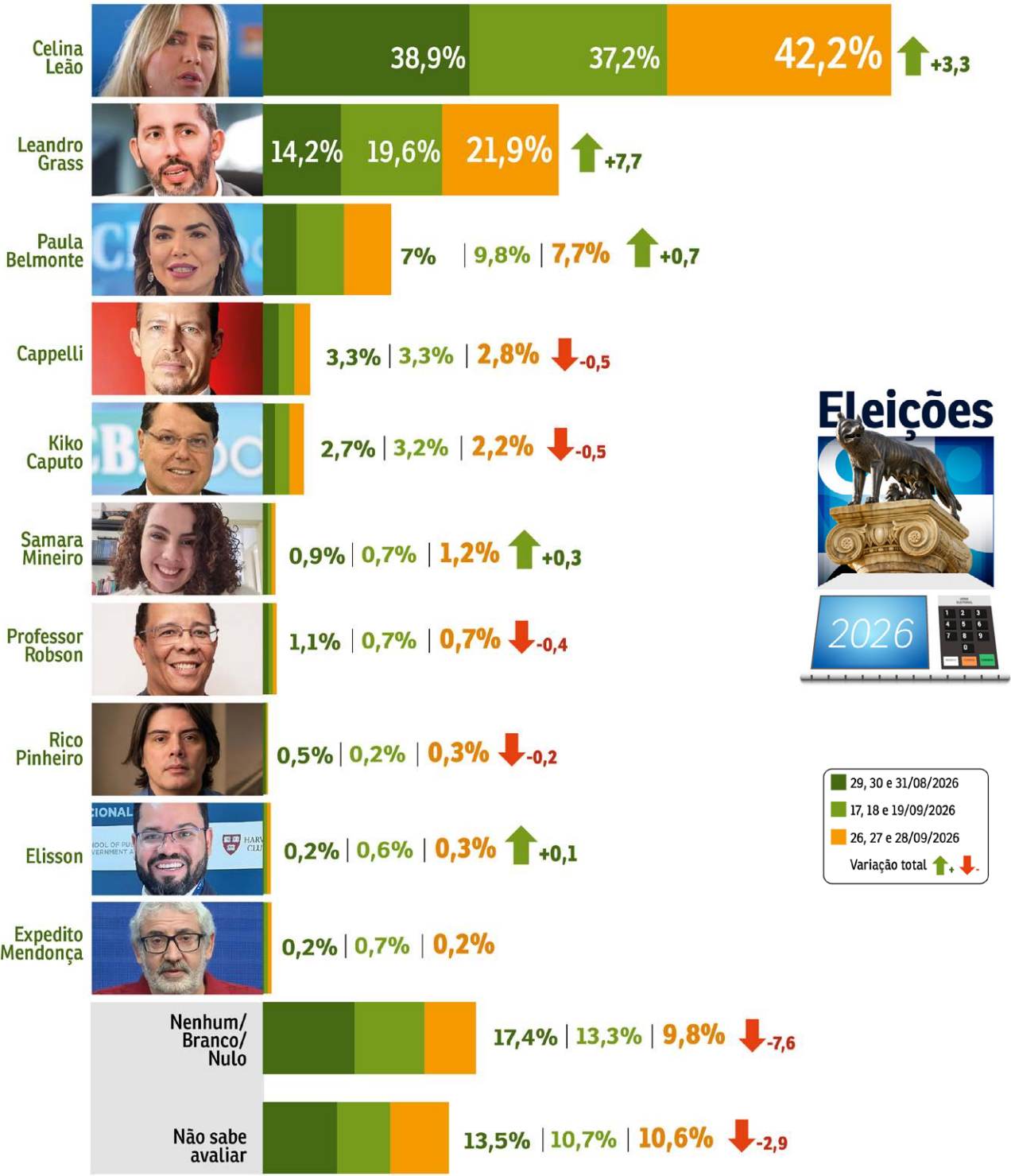
Kiko Caputo (Novo) destacou o número de eleitores que ainda não decidiram o voto. “Isso mostra que a eleição ainda está aberta e que muita gente vai definir seu voto nesta reta final. Nossa campanha segue crescendo, apresentando nossas propostas e mostrando à população que existe uma opção de mudança”, afirmou. O candidato registrou 2,8% dos votos válidos no levantamento.

A candidata do UP, Samara Mineiro, destacou o crescimento de sua candidatura nos levantamentos e a baixa rejeição. “Mesmo sendo



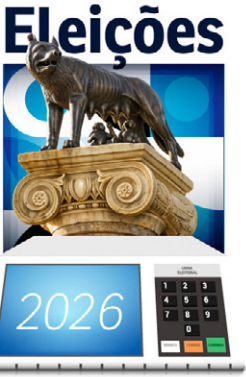
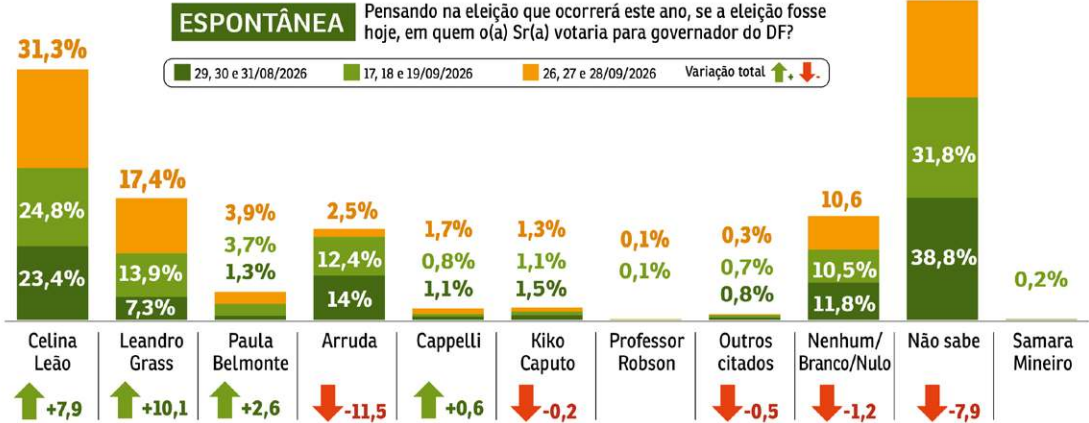
ESTIMULADA

Se a eleição fosse hoje e os candidatos fossem os deste cartão, em quem o(a) Sr(a) votaria para Governador do Distrito Federal?



A pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política ouviu 1.225 pessoas com 16 anos ou mais em 31 diferentes regiões administrativas. O levantamento foi feito pessoalmente entre os dias 26 e 28 de setembro de 2026, com margem de erro de 2,9 pontos percentuais para mais ou para menos e confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o número DF-00922/2026.

Valdo Virga/CEBRA Press



29, 30 e 31/08/2026
17, 18 e 19/09/2026
26, 27 e 28/09/2026
Variação total

coordenadora-geral do Observatório do Congresso, Evelyn Apolinária avalia que, com a saída de José Roberto Arruda (PSD) da disputa, os votos que seriam destinados ao ex-governador foram pulverizados entre os candidatos. “Alguns foram para o Grass, outros até para a Celina ou para a Paula Belmonte. Mas o fato é que podemos ter um cenário de mais votos anulados, e isso favorece a redução do percentual mínimo necessário para que um candidato seja eleito no primeiro turno”, afirmou.

A quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política apontou Celina Leão com 53,1% dos votos válidos, enquanto Leandro Grass apareceu com 27,5%. “No DF, vemos um eleitor ainda muito ressentido com a esquerda. Tanto Grass quanto Cappelli têm mais dificuldade de crescimento, embora a rejeição de Grass e Celina esteja empatada dentro da margem de erro. O cenário do DF está muito marcado pelo antipetismo, o que favorece Celina”, explicou Evelyn.

Analista de risco político e sócio da Royal Politics Consultoria e MKT Político, Rócio Barreto chama atenção para a diferença entre os percentuais de votos válidos e o total de entrevistados. “Os 53,1% de Celina são calculados retirando-se brancos e nulos. Portanto, não significa que 53,1% de todos os entrevistados tenham declarado esse voto na governadora Celina Leão”, explicou. Considerando o cenário com indecisos, brancos e nulos, Celina registra 42,2% e Grass, 21,9%. “Há um eleitorado não completamente consolidado, especialmente na reta final. Portanto, os 53,1% devem ser lidos como um retrato dos votos válidos entre aqueles que fizeram uma escolha dentro da metodologia da pesquisa e não como uma garantia matemática do resultado das urnas”, afirmou.

Na avaliação de Evelyn, os números indicam um cenário em que Celina pode chegar à votação necessária para vencer no primeiro turno. “A tendência, neste momento, mostra que ela pode, sim, ganhar no primeiro turno. Não é um cenário impossível”, afirmou. Segundo Evelyn, o desempenho da governadora está relacionado à dificuldade de Leandro Grass em ampliar sua candidatura. “Grass não conseguiu alavancar sua campanha para se tornar um candidato competitivo no mesmo nível da Celina. Se fôssemos projetar essa competição em nível federal e comparar Lula e Flávio Bolsonaro, vemos uma disputa mais acirrada. No DF, a coisa está mais cristalizada”, analisou.

O percentual de 10,6% de eleitores que declararam intenção de votar em branco ou nulo merece atenção, segundo Barreto. Para ele, esse grupo representa uma parcela expressiva do eleitorado que, no momento da pesquisa, não pretendia converter sua participação em um voto válido para nenhum dos candidatos apresentados. “É um contingente politicamente relevante. Se uma parcela significativa dos votos brancos e nulos migrar para candidatos, ela altera a distribuição dos votos válidos”, afirmou.

A poucos dias da votação, Barreto avalia que o principal ponto de atenção está no eleitorado que ainda não consolidou sua escolha. “A pesquisa mostra um cenário definido no momento da coleta, mas a eleição ainda possui uma janela curta de movimentação. Tudo isso pode influenciar eleitores que ainda não consolidaram sua escolha e mudar aqueles que têm o voto consolidado, a depender do que vier a acontecer”, afirmou.

Segundo ele, a reta final deve ser marcada pela tentativa dos candidatos de consolidar seus eleitores, reduzir rejeições e conquistar aqueles que ainda não transformaram a intenção em uma decisão definitiva. “Isso é diferente de afirmar que a pesquisa antecipa o resultado eleitoral. As pesquisas políticas são uma fotografia. Você olha para um certo momento e registra a fotografia. Alguns segundos após, se você tirar a mesma fotografia do mesmo lugar, já há mudanças”, comparou.

excluídos dos debates, da grande maioria das entrevistas e sabatinas, nos mantemos em quarto lugar, considerando a margem de erro. A Unidade Popular (UP) é um dos partidos mais novos e o que mais cresce em número de filiados. Todas essas

restrições não vão conseguir impedir nosso crescimento”, declarou.

O Professor Robson (PSTU) registrou 0,9% dos votos válidos e disse seguir feliz por continuar pontuando nas pesquisas. “Independentemente do resultado da eleição, a gente se

sente muito vitorioso pelo fato de ter conseguido abrir um diálogo franco com uma boa parte da população do DF para mostrar que existe uma alternativa em relação aos grandes partidos, que estão todos eles cooptados e direcionados aos

interesses dos grandes grupos capitalistas”, afirmou.

Análise

Cientista política da Universidade de Brasília (UnB) e

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Um empurrão do Lula

Lula pode ser reeleito, mas ele não é um bom cabo eleitoral no DF, segundo indica pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política, que foi a campo entre 26 e 28 de setembro em 31 das 33 regiões administrativas do DF. A rejeição ao presidente petista chega a 51% e ele perde em todas as simulações de segundo turno, embora esteja tecnicamente empatado com Flávio Bolsonaro, na consulta espontânea. Mesmo assim, é o aliado que pode levar a eleição do DF para o segundo turno se houver empenho na reta final para empurrar o candidato Leandro Grass (PT).

Minervino Junior/CB/D.A Press



Maratona

A candidata Paula Belmonte (PSDB) está bem mais magra depois de meses de pré-campanha e campanha. “Não tenho almoçado”, conta. Ela tem rodado todo o Distrito Federal e por onde passa é bem-recebida, até na Universidade de Brasília (UnB), reduto majoritariamente de esquerda, onde esteve, ontem, para participar de um debate com os estudantes. “Só o Leandro foi bem recebido lá como eu”, conta.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Cappelli e Grass estarão juntos, se houver segundo turno?

O ex-senador Cristovam Buarque disse, ontem, que Leandro Grass terá o apoio do PSB se for para o segundo turno, mas será que terá de Ricardo Cappelli? Os dois mantêm, desde o início da campanha, uma relação de adversários. Era uma guerra fria. Mas agora esquentou.

Identidade

Entre as candidatas e candidatos com foco na saúde, a Dra. Raquel Teixeira, que concorre pelo PSol a uma vaga na Câmara Federal, tem o apoio da ex-deputada Maria José Maninha, que escolheu não disputar mais eleições. Elas têm identidade na atuação como médicas de família, como mulheres e mães.

Divulgação



Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Bala

O slogan da campanha de Alberto Fraga (PL), líder da bancada da bala, combina bem com o perfil: “É tiro certo”.

Divulgação



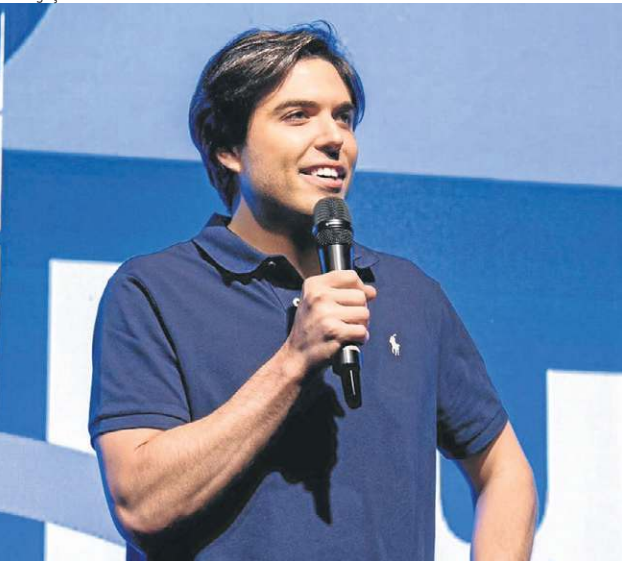
Disputa de contas

Como o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), tem a filha Cris Nardes (Republicanos) na disputa por uma vaga de deputada distrital, o presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Manoel de Andrade, tem a filha Manuela de Andrade (Podemos) como candidata ao mesmo cargo.

Reprodução/Instagram



Divulgação



Concorrência

Na pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política, divulgada nesta semana, entre os 24 candidatos a deputado distrital mais bem posicionados na consulta espontânea, apenas três nunca exerceram mandato na Câmara Legislativa. Nesse quesito, quem aparece com melhor desempenho é André Kubitschek (PL).

Divulgação



No páreo

A mesma coisa acontece entre os oito nomes que aparecem entre os primeiros colocados na consulta espontânea, que foi a campo entre 26 e 28 de setembro. Desses oito, sete têm mandato (de distrital, federal ou senador). A exceção é Carlos Dalvan (União), ex-administrador regional do Recanto das Emas. Na última eleição, ele teve 16.277 votos como candidato a deputado distrital.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Com Michelle Bolsonaro (PL) em primeiro lugar, a pesquisa estimulada **Correio**/Opinião mostra Leila do Vôlei (PDT) e Bia Kicis (PL) em competição acirrada pela outra cadeira do Senado. Erika Kokay (PT) aparece na quarta posição

Segunda vaga voto a voto

» MILA FERREIRA
» ANA CAROLINA ALVES

Na reta final na disputa pelo Senado, a quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política apontou disputa acirrada pela segunda cadeira no Congresso Nacional. Enquanto Michelle Bolsonaro (PL) segue na liderança com 23% das intenções de votos na pesquisa estimulada, Leila do Vôlei (PDT) tem 17,7%, em empate com Bia Kicis (PL), que chega a 17,3%. Erika Kokay (PT) aparece com 14,4%.

Na consulta espontânea, Michelle aparece com 16% e Bia, como segunda colocada (11,6%). Leila tem 9,9% e Érika, 8,8%. Entre os entrevistados, 35,9% disseram que ainda não sabem em quem vão votar, 8,9% vão de branco ou nulo e 7,4% não escolheram o segundo candidato.

Bia Kicis disse estar feliz com o resultado do levantamento, que afirmou ser um indicio de que a direita está se unindo. “Brasília está entendendo que são dois votos para o Senado. Quem quer Michelle no Senado está percebendo que pode ter Bia junto. Duas mulheres de direita, com posições claras, que não escondem aquilo em que acreditam e que estarão

Waldemir Barreto/Agência Senado



Michelle Bolsonaro mantém liderança isolada na corrida

juntas nas grandes batalhas do Brasil”, afirmou.

Segundo a presidente local do PL, apesar dos números favoráveis na pesquisa, o foco é nas urnas. “Essa dobradinha está se consolidando. O eleitor de direita está entendendo a força que tem com dois votos. É um movimento que cresce nas ruas e que agora começa a aparecer com muita clareza nas pesquisas. Então, agora é pé no chão, trabalho e rua. Falta pouco”, disse.

Leila do Vôlei está animada com o resultado, apesar dos ataques que tem recebido. “Fico feliz com o resultado e com a confiança dos brasilienses, que têm nos

Ed Alves/CB/D.A Press



Leila do Vôlei aparece em vantagem para reeleição

mantido entre as duas vagas ao Senado. Temos enfrentado uma campanha suja, com ataques baixos e práticas que estamos questionando na Justiça Eleitoral. Há interesses poderosos nessa disputa, mas isso não vai me intimidar. Vamos trabalhar até o último dia percorrendo o DF, ouvindo as famílias, mostrando nosso trabalho e apresentando propostas”, ressaltou a candidata à reeleição.

Érika Kokay (PT) resgata o histórico. “É sempre bom lembrar que as pesquisas subestimaram o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Bia Kicis tem empate técnico pela segunda cadeira

desempenho da nossa candidata ao Senado nas eleições passadas. O cenário segue indefinido e em empate técnico”, defende. “Estamos confiantes e, pelo que vemos nas ruas por todo o DF, a população não aceitará ser representada no Senado por quem não tem história na cidade e busca resolver problema de orçamento doméstico com recurso público, colocando parente como suplente”, reforça.

Sebastião Coelho (Novo), que somou 2,3% das intenções de voto na estimulada e 1,1% na

Ed Alves/CB



Erika Kokay figura na quarta posição nos dois cenários

espontânea, não quis comentar o resultado.

Cenário

Cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em relações governamentais, André Rosa observa que a pesquisa mostra um Senado com três mulheres conservadoras e que as questões ideológicas devem se refletir nas votações, caso Bia e Michelle sejam eleitas, unindo-se à senadora Damarens Alves (Republicanos) na bancada brasiliense. “Analisando o comportamento

parlamentar da Leila, enquanto senadora, ela se movimenta ao centro. A Bia tem uma pauta mais voltada a aspectos morais”, avaliou.

Teresa Starling, também cientista política pela UnB, prevê possíveis impactos. “Se entram Michelle e Bia, considerando que Damarens ainda tem mandato até 2031, o DF fica com uma representação completamente concentrada no campo conservador”, comentou. “Isso pesa ainda mais se você pensa num eventual governo de esquerda. Se o Senado como um todo tiver uma composição mais conservadora, o que parece ser o que está acontecendo, o governo vai precisar negociar muito mais para conseguir aprovar sua agenda”, completou.

Para Teresa, com três nomes do mesmo campo, existe uma tendência maior de reforço entre essas agendas, sem muito contraponto interno. “Com a Leila, esse contraponto existe. Não muda completamente a correlação de forças, mas muda o tipo de representação que o DF leva para o Senado”, concluiu.

A pesquisa ouviu 1.225 pessoas em 31 das 33 regiões administrativas, de forma presencial e está registrada na Justiça Eleitoral com o número DF-00922/2026. Os pesquisadores foram a campo entre 26 e 28 de setembro.



Mobilização até o último minuto

Pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política mostra o distrital do PSol Fábio Félix com 5,06% das intenções de voto na consulta espontânea para Câmara dos Deputados. Candidatos intensificam campanha em busca de votos a três dias do pleito

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

Com oito vagas sendo disputadas, a três dias das eleições, a situação da Câmara dos Deputados é acirrada. A quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política apontou Fábio Félix (PSol) na liderança, com 5,06% das intenções de voto. O levantamento foi realizado de forma espontânea, sem a apresentação de nomes aos entrevistados.

Félix afirmou que, apesar do resultado positivo no levantamento, muitos eleitores ainda não escolheram seus representantes para a Câmara Federal. “A palavra de ordem é mobilização até o último minuto. Nosso desafio é dialogar com essas pessoas e apresentar o trabalho que temos feito pela população do DF. Vamos com tudo nessa reta final para conquistar mais eleitores”, destacou.

Com 3,02% das intenções de voto, Alberto Fraga (PL) disse considerar pesquisas para os cargos proporcionais imprecisas. “Prefiro continuar trabalhando na rua, mas vejo o resultado com bons olhos, é o coroamento do meu trabalho. Graças a Deus, o povo está reconhecendo isso, e vamos continuar no mesmo ritmo”, afirmou.

Julio Cesar (Republicanos) registrou 2,78% e afirmou receber a pesquisa com alegria, confiança e responsabilidade e ressaltou que vai trabalhar para que o resultado seja convertido nas urnas. “Seguirei firme trabalhando nesta reta final, nas ruas, conversando com a população, prestando contas do que já realizamos e apresentando nossas propostas para o próximo mandato”, destacou.

Citado por 2,29% dos eleitores ouvidos na pesquisa, Izalci Lucas (PL) considerou o resultado como uma confirmação da força de

Ed Alves / CD/DAPress



Disputa pelas oito vagas na Câmara dos Deputados para a próxima legislatura segue acirrada e ainda aberta

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Fábio Félix: “A campanha será intensificada”

Ed Alves CB/DA Press



Fraga: “Vamos continuar trabalhando nas ruas”

seu nome na disputa e destacou que chega à reta final da campanha com disposição para buscar os votos necessários. “A eleição está aberta, e nós continuaremos na rua, conversando olho no olho com a população, com muita determinação, trabalho e coragem, para transformar esse apoio em uma grande votação”, ressaltou.

Cenário

Na avaliação da cientista política da Universidade de Brasília (UnB) Teresa Starling, a liderança de Fábio Félix está relacionada à força individual e à identidade política do candidato. “Ele tem um eleitorado consolidado e uma atuação que conversa diretamente

com a base que representa. A eleição para deputado facilita um pouco essa identificação. O eleitor consegue olhar para um parlamentar e entender melhor quais pautas ele defende, quais projetos apresenta e o que pretende fazer naquele mandato”, afirmou.

Teresa avalia que essa identificação tende a ser mais difícil em disputas para cargos majoritários, nos quais o eleitor precisa avaliar candidaturas com atribuições e perfis diferentes. “Em



disputas para outros cargos, isso nem sempre fica tão claro para a maioria da população, apesar de serem cargos igualmente importantes — o Senado, por exemplo, tem um peso enorme na representação política, e hoje me parece uma disputa com poucas opções que consigam produzir esse mesmo tipo de identificação”, explicou.

Apesar da força de Félix na disputa para a Câmara, a especialista afirma que o resultado não representa, necessariamente, uma mudança no perfil político do Distrito

Federal. “Brasília vem há algum tempo numa linha bastante à direita, e isso acontece, também, num contexto mais amplo de fortalecimento da direita na política brasileira”, disse.

Ao mesmo tempo, Teresa resalta a importância da presença de candidaturas de esquerda na composição da representação política do DF. “Isso não diminui a importância de ter candidaturas de esquerda ocupando posições relevantes — pelo contrário. Para mim, é especialmente importante que essas candidaturas consigam manter espaço e representação numa cidade como Brasília, mesmo dentro de um cenário eleitoral que continua pendendo bastante para a direita”, destacou.



NOSSOS PRÓXIMOS 27 ANOS COMEÇAM AGORA.

Brasília muda. E cada mudança abre espaço para novos jeitos de viver.

Há 27 anos, a Faenge acompanha essa transformação e ajuda a construir a cidade em que queremos viver. **O futuro muda. O que tem valor permanece.**

ÁGUAS CLARAS,
NOROESTE E PARK SUL

STUDIO, 1, 2, 3 E 4 QUARTOS
COBERTURAS E LOJAS



SEU IMÓVEL
MERECE SER
UM **FAENGE**



faenge.com.br



@faenge_

VISITE OS DECORADOS



CENTRAIS DE VENDAS
30202000

Ed Alves/CB/D.A Press



Max Maciel lidera levantamento espontâneo para a CLDF

CLDF



Jaqueline Silva (MDB) aparece em segundo lugar

Hugo Batista/Divulgação



Joaquim Roriz Neto (PL) registra 1,96% das intenções de voto

Por uma cadeira na Câmara Legislativa

Pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política mostra cenário pulverizado na disputa pelas 24 vagas da CLDF, a três dias da votação. Max Maciel (PSol), Jaqueline Silva (MDB) e Joaquim Roriz Neto (PL) comentam o levantamento

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

Na disputa pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a quinta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política revelou um eleitorado dividido entre diferentes nomes e forças políticas. Na consulta espontânea, Max Maciel (PSol) lidera as intenções de voto, com 3,02%. A três dias da votação, os postulantes repercutiram os resultados e apresentaram as estratégias para conquistar os votos que ainda podem mudar o desenho da próxima legislatura.

Ao **Correio**, Maciel disse receber o resultado do levantamento com gratidão e responsabilidade. Para o candidato, o desempenho

reflete os anos de trabalho na CLDF. “Seguimos com os pés no chão e disputando cada voto nas ruas e nas redes, pois sabemos que a pesquisa é o retrato de um momento e que ninguém está eleito até que as urnas estejam apuradas”, ressaltou.

O candidato destacou, ainda, o objetivo de manter o espaço do partido no Legislativo local. “Seguimos focados em garantir a continuidade do nosso mandato e trabalhando pela manutenção da bancada do PSol na CLDF”, completou.

Jaqueline Silva (MDB) aparece em segundo lugar no

levantamento, com 2,37% das intenções de voto, e afirmou ter se emocionado com o reconhecimento ao trabalho desenvolvido ao longo do mandato. “A pesquisa é um indicador de que estamos no caminho certo, mas não define a eleição. Juntos, nós fizemos muito, e cada voto é importante”, afirmou.

O distrital Rogério Morro da Cruz (PSD) aparece em terceiro, com 2,2%. Ele não respondeu à reportagem ontem. Candidato à reeleição, Joaquim Roriz Neto (PL) registrou 1,96% das intenções de voto e afirmou chegar à reta final da campanha

satisfeito com o desempenho. “Agora, é seguir trabalhando até o último momento e deixar que as urnas expressem a vontade soberana do povo. Que venha o domingo. E que a democracia prevaleça”, ressaltou.

Panorama

Na análise de Ariel Calmon, mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), as diferentes correntes políticas presentes na disputa pela Câmara Legislativa atuam de maneiras distintas na formação das intenções de voto. “A esquerda no DF costuma concentrar o voto em poucos nomes muito conhecidos, e por isso eles aparecem no topo. É o caso de Max Maciel. A centro-direita distribui seus votos entre muitos candidatos com base

territorial, ligados a regiões administrativas, igrejas e redes comunitárias. Individualmente, eles têm menos votos, mas, somados, rendem mais cadeiras”, explicou.

Para Calmon, esse comportamento também está relacionado ao perfil do eleitorado da capital federal. “O DF tem um eleitorado majoritariamente conservador, e a pesquisa reflete isso”, completou.

Outro fator apontado pelo especialista é a vantagem de quem já ocupa uma cadeira na Câmara Legislativa. Com diversos candidatos buscando a reeleição e aparecendo entre os nomes mais citados na pesquisa, Calmon explica que o exercício do mandato oferece recursos políticos e visibilidade que podem favorecer a manutenção do espaço conquistado.

“Quem está no mandato tem visibilidade, emendas para levar às bases, estrutura de gabinete e uma rede de apoio já formada. O desafiante, novo nome, começa a corrida em desvantagem, e o fim das coligações proporcionais tornou mais difícil para candidatos novos pegarem carona em legendas fortes”, afirmou.

A pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política ouviu 1.225 pessoas com 16 anos ou mais em 31 diferentes regiões administrativas. O levantamento foi feito pessoalmente entre os dias 26 e 28 de setembro de 2026, com margem de erro de 2,9 pontos percentuais para mais ou para menos e confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o número DF-00922/2026.

»CB.Poder | ALEXANDRE GARCIA E CARLOS ANDRÉ MACHADO | DO OPINIÃO INTELIGÊNCIA POLÍTICA

Chances de cada um na reta final

» MANUELA SÁ*

A tendência é de que Celina Leão (PP) seja eleita governadora no primeiro turno e que seja favorecida por votos de eleitores ainda indecisos. É o que explicam Alexandre Garcia, CEO do Instituto Opinião Inteligência Política, e Carlos André Machado, diretor de negócios do instituto, responsáveis pelo levantamento realizado para o Correio. Os dados são da quinta rodada da pesquisa. Em entrevista ao CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília —, os dois avaliaram que, para o Senado, destaca-se Bia Kicis (PL) para a segunda vaga, que está em uma curva ascendente forte. No entanto, a disputa segue acirrada entre ela, Leila do Vôlei (PDT) e Érika Kokay (PT). Confira, a seguir, os principais pontos da conversa.

O que é possível dizer sobre os dados da disputa para o Governo do Distrito Federal?

Garcia: Os números mostram que a probabilidade é altíssima de Celina Leão ser eleita no primeiro turno. No entanto, sabemos, pela análise de eleições anteriores, que Leandro Grass (PT) pode ter um crescimento nessa reta final, o que pode mexer com os resultados. Confiando nos resultados da nossa

pesquisa, diria que ela está eleita em primeiro turno, mas sabemos que há uma probabilidade de as coisas mudarem rapidamente em função dos acontecimentos.

Machado: Celina realmente se consolidou. Nos dados da pergunta espontânea, aquela em que a gente não mostra nenhum tipo de estímulo, ela disparou. Ela cresceu 7,9 pontos percentuais. Isso mostra que a candidata está muito consolidada no voto espontâneo. Grass também cresceu, mas só metade do que Celina. Temos uma disputa binária entre Celina e Grass.

A consulta registrou 10,6% de indecisos. Geralmente, esses eleitores votam nulo ou escolhem um dos candidatos?

Garcia: Fizemos uma análise desses eleitores indecisos para tentar entender se eles tinham algum viés em função de quem escolheram na pesquisa para presidente ou para o Senado. Percebemos que Celina é a mais provável de receber, pelo menos, um terço desses votos. Então, a distribuição desses indecisos aumenta a probabilidade de ela levar no primeiro turno.

Os outros candidatos não emplacaram?

Garcia: É como sempre observamos: a escolha do eleitor para o cargo

Ed Alves/CB/D.A Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

de governador é uma mais racional. Ele observa quem está mais preparado para fazer a gestão da cidade. No caso, os candidatos que concorrem com Celina são apostas, e a tendência é o eleitor migrar para quem já tem uma história com gestão da cidade. Então, em quase todos os cenários, Celina é a escolha da preferência.

Qual análise os senhores fazem da sondagem para o Senado?

Garcia: O principal resultado dessa última rodada é o crescimento de Bia Kicis na pesquisa espontânea. Ela cresceu bastante em comparação

às demais. Michelle Bolsonaro (PL) está totalmente consolidada em primeiro lugar. Ela vai levar uma das vagas. Se a tendência fosse linear, muito provavelmente daria Michelle e Bia. Leila deu uma estacionada. Então, ela pode dar uma caída na reta final. Quem pode surpreender é Érika porque já vimos, em eleições anteriores, o arranque final do PT um pouco mais elevado. Mas há uma indecisão para essa segunda vaga, e tudo pode acontecer.

Machado: Essa dobradinha entre Michelle e Bia surtiu efeito e demonstra que, à medida que essa conexão ficou conhecida, os votos de Bia cresceram. Migraram o segundo voto para Bia, ao invés de Leila e outros candidatos.

E em relação aos votos consolidados?

Machado: É muito importante

olhar o resultado da pesquisa passada. Leila não cresceu. Érika cresceu 1%. Michelle já está à frente e cresceu também, quase 2%. Agora, Bia cresceu quase 5%. Isso é acima da margem de erro. Observarmos a tendência muito clara de subida. Leila está estagnada, Érika crescendo pouco, e Bia, realmente em uma curva ascendente muito forte.

Qual é o possível efeito da rejeição aos candidatos ao Senado nas eleições?

Garcia: O efeito da rejeição já está consolidado. Ele não afeta mais a intenção de voto. Ela não faz mais efeito nessa projeção para as eleições neste domingo.

Machado: Quem tem uma rejeição mais consistente é a Michelle, até porque ela está em primeiro, e Érika, que está em quarto. É uma questão de campo político, do PT e

da esquerda. Érika carrega isso com ela. Ela tem um teto estabelecido em relação à esquerda.

Qual leitura os senhores fazem da disputa para deputado federal?

Garcia: Depende da quantidade de votos que cada partido vai ter. Mas sabemos, pelo que a gente vem monitorando, que pelo menos seis desses nomes têm grande chance de serem os eleitos. Eles aparecem em todas as pesquisas, sempre bem posicionados.

Machado: Temos, por consequência, duas vagas em aberto. Agora, Fábio Félix (PSol), Rafael Prudente (MDB), Alberto Fraga (PL), Julio Cesar (Republicanos), Izalci Lucas e Fred Linhares (Republicanos) estão com uma probabilidade elevada de serem eleitos.

*Estagiária sob a supervisão de Tharsila Prates

Obituário

Sepultamentos realizados em 30 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Antônio Joaquim Alves, 94 anos
Antony Júnior Desidério da Cruz, menos de 1 ano
Benjamin Desidério da Cruz, menos de 1 ano
Bruno Sérgio de Moraes Teixeira, 48 anos
Cosma Alves da Silva, 63 anos
Elizane Vasconcelos Pinheiros, 50 anos
Evaneide Antônia da Silva Monteiro Guimarães, 50 anos
Fernando Carlos de Queiroz

Chaves, 66 anos
Humberto Nogueira de Melo, 59 anos
João Fonseca dos Santos, 84 anos
Maria de Lourdes Angelici, 93 anos
Maria Eunice Reinaldo de Sousa, 74 anos
Maria José Eneas, 85 anos
Maria Thereza Brasil Terada, 99 anos
Nilza Wernay, 90 anos
Raimundo Liduino Ferreira Monte, 58 anos

Sônia Maria Rufino da Silva, 74 anos
Sueli dos Santos Seabra, 76 anos
Washington Luís Moreira de Moura, 44 anos

» Taguatinga

Angélica Soares de Melo, 53 anos
Antônio Rodrigues da Silva Filho, 57 anos
Armando Lima Coelho, 85 anos
Auzeni Idalino de Oliveira, 77 anos
Daniel Pereira de Souza, 58 anos
Eustelina Maria Saldanha Santos, 76 anos

Genésia Batista Meira, 91 anos
Ilvânia Marcília Moreira, 52 anos
Jonas Pereira Maciel, 63 anos
Maria de Jesus Barroso Lima, 73 anos
Raimundo Nonato da Silva, 77 anos
Rubinaldo Maia de Souza, 68 anos
Zama Luiz Ferreira, 79 anos

» Gama

Angelina Rogério dos Santos, 79 anos
Carmelita de Araújo Bezerra, 92 anos

Francisco Bernardo de Sousa, 90 anos
João Vicente Alves Comin, 3 anos
Rozemi Cordeiro da Silva, 55 anos

» Planaltina

Gustavo Santana dos Santos, 32 anos
Rogério Sales Brandão, 37 anos

» Brazlândia

Iva Gomes do Nascimento de Andrade, 63 anos
Maria do Socorro Lucena de Oliveira, 77 anos

» Sobradinho

Alice Farias de Souza, 76 anos
José da Silva Rocha, 86 anos
Josenísia de Cássia Pinheiro Maia, 67 anos
Lindaura Josefa de Lima Silva, 99 anos

» Jardim Metropolitano

Auxiliadora Rodrigues dos Santos, 73 anos
Luiz Fernando Barbosa de Souza, 18 anos
Maria das Graças Soares, 74 anos



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Vote no Cerrado

Em nosso território estamos sofrendo um calor de rachar o barraco, com temperaturas acima de 35 graus e umidade do ar batendo no limite de 11%, próximo da marca do deserto do Saara. Segundo informa o caderno *Cidades*, do **Correio**, na segunda-feira, a temperatura bateu recorde, chegando a 35,5 °C, superando o setembro de 2021, quando atingiu 34,4 °C. Os meteorologistas alertam para o risco de incêndios florestais em razão da

vegetação seca, com alta probabilidade de combustão. Basta qualquer faísca para o fogo se alastrar. Enquanto isso, as tempestades assolam mais uma vez o sul do país, atingindo 96 municípios, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com tempestades, rajadas de ventos com mais de 100 km por hora, chuvas de granizo e destelhamento de casas. O temporal de granizo atingiu cerca de 3 mil residências no Rio Grande do Sul, provocando sérios danos. Segundo a defesa civil do Rio Grande do Sul, quase 40 mil pessoas foram afetadas. Os relatos dos moradores são de que nunca haviam visto algo semelhante na vida. É impressionante a alienação sobre o tema. Os cidadãos do sul continuam

votando em negacionistas, que, com suas ações e inações, contribuem para o agravamento da situação. E, quanto ao Congresso Nacional, em vez de convocar os cientistas para saber o que está acontecendo e tomar as providências cabíveis em termos de políticas públicas, preferem agir como se nada estivesse acontecendo. Por isso, é muito pertinente a carta-compromisso *Vote pelo Cerrado*, lançada pela Rede Cerrado, que reúne mais de 550 organizações, e a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que articula 60 entidades. A campanha tenta firmar o compromisso das excelências com a causa do Cerrado. É algo de relevância crucial e vital. Em entrevista concedida ao *Podcast*

do **Correio**, Iuri Salmano, doutor em biologia pela UnB, diretor do Instituto Cerrado, destaca que as catástrofes climáticas parecem abstratas. Mas, na verdade, a tragédia no Rio Grande do Sul, por exemplo, teve o desmatamento do Cerrado como um dos causadores. O Cerrado já perdeu mais da metade de sua área (tamanho da Alemanha e França juntas), o que amplifica a bolha de ar quente e seco, impedindo que frentes frias adentrem pelo meio do país, desviando-as para o Sul e provocando chuvas torrenciais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. “O desmatamento no Cerrado hoje emite mais gases de efeito estufa do que toda a indústria brasileira”.

A interrelação do Cerrado se dá não apenas com os Pampas, mas, também, com a Amazônia, com o Pantanal e com a Caatinga. É uma ficção a divisão dos biomas como se fossem unidades autônomas. Mas é preciso que os brasileiros estreitem os laços de afinidade com o Cerrado, assim como os nativos de outras paragens. Na Amazônia, na Caatinga ou no Pantanal, as pessoas no dia a dia se reconhecem como amazônidas, catingueiros ou pantaneiros; defender essas ideias é defender a si mesmo, argumenta Iuri. Não dá mais para votar em negacionistas do clima; vote em quem defende o Cerrado, pois você estará defendendo a sua e a vida de todos.



» Sabatina | **PAULA BELMONTE** | CANDIDATA AO GDF (PSDB)

“Sou uma alternativa viável”

Concorrente ao Palácio do Buriti, a atual deputada distrital falou sobre seu plano de governo, caso seja eleita. Entre os projetos, destacou o resgate do BRB, a educação na infância para conscientização sobre o feminicídio e a expansão do transporte público

» LUIZ FELLIPE ALVES

Em mais uma rodada de sabatinas com os candidatos ao Governo do Distrito Federal, o Podcast do **Correio** recebeu, ontem, Paula Belmonte (PSDB). Às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, ela afirmou que irá implementar um gabinete de combate à corrupção, rever contratos públicos, como os do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IgesDF), do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal (Inas DF) e das empresas de ônibus da capital.

Reta final das campanhas. O que dá para mudar nesses quatro dias?

Acredito que eu vá para o segundo turno com a Celina. Vou mostrar que nós, mulheres, podemos conduzir o processo eleitoral. Estou aqui nesses últimos três dias para as pessoas que ainda não despertaram seus votos e não sabem em quem votar. Eu me coloco à disposição para que as pessoas possam me conhecer e conhecer os nossos projetos, o trabalho que a gente fez na Câmara Federal e na Distrital. Estou aqui como uma alternativa viável para o GDF.

A senhora recebeu apoio de vários aliados do ex-governador José Roberto Arruda. Isso pode ter um impacto na sua campanha?

Eu acredito que sim. Na realidade, é um impacto que queremos que aconteça e convoco toda a população do Distrito Federal: nós precisamos chegar no segundo turno. Estamos falando de um governo que gasta o nosso dinheiro, que tem 33 secretarias, tem 27 mil cabos eleitorais. Estamos propondo uma melhoria no combate à corrupção, na honestidade e na transparência. Com certeza, os eleitores que gostam da gestão Arruda, que prezam pela praticidade, estão sendo incorporados ao nosso governo.

Caso seja eleita, quais serão as primeiras medidas a serem tomadas?

Eu serei eleita por uma parte da população, mas eu serei a

governadora de 100% da cidade. O presidente da República que ganhar também terá o nosso compromisso de trabalhar junto. Meu primeiro ato vai ser o lançamento do gabinete de combate à corrupção, prevenção e transparência, que será gerido pelo juiz Everardo Ribeiro, meu candidato a vice-governador. Iremos avaliar contrato por contrato, fazer auditoria do Iges, na Secretaria de Mobilidade e no Inas, onde os servidores estão com medo de adoecer porque estão sendo descredenciados.

Quais são as suas propostas para o BRB?

O BRB precisa ser regionalizado, ele precisa voltar à sua função principal. Estávamos na UnB com os estudantes falando de primeiro emprego. O banco pode ser um fomentador do primeiro emprego, de uma startup, de um pequeno negócio. Acreditamos nisso. Outra coisa... Eu preciso saber o que está acontecendo com o banco. Como é que vamos votar em uma pessoa que esteve envolvida com o (Daniel) Vorcaro, com o Ibaneis (Rocha), que tentou vender carteiras boas do BRB para o BTG e o Bradesco e, além disso, não apresentou os números? Isso não está certo. É desleal, essa senhora é desleal ao Distrito Federal, ela é desnecessária ao Distrito Federal. É uma senhora que tem um DNA de traição. Ela traiu o Roriz, traiu a filha do Roriz, traiu o próprio Ibaneis e está traindo o Distrito Federal.

Quais são as suas propostas para as crianças do DF?

Precisamos fazer com que a criança seja protegida desde o útero. Quando falo de pré-natal, eu falo de qualidade, de segurança alimentar, precisamos fazer com que ela tenha acesso a todos os nutrientes para crescer inteligente e ter oportunidade. Eu falo para mães de crianças com deficiência que iremos abraçar essa causa. Precisamos acolher essas mães, para que elas tenham tempo, para que possam ter a oportunidade de fazer terapia. Além disso, temos que resgatar a educação, que está abandonada. Estamos em último lugar no Ideb. Precisamos contratar professores efetivos. Os professores temporários não

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Meu primeiro ato vai ser o lançamento do gabinete de combate à corrupção, prevenção e transparência, que será gerido pelo juiz Everardo Ribeiro, meu candidato a vice-governador”

Sobre os ônibus, a primeira coisa é rever o cálculo da tarifa técnica, que contabiliza o quilômetro rodado e não o número de passageiros transportados; vamos investigar e revisar esses contratos”

conseguem criar vínculos. Setenta por cento das nossas escolas não têm refeitório, as escolas não possuem estrutura. Não podemos determinar o sonho das crianças pelo CEP em que elas nasceram.

Quais são as suas propostas para a saúde do DF?

Vou deixar a gestão hospitalar mais transparente e tecnológica. Os hospitais não conversam com as UPAs e as UBSs em questão de prontuário. Quando a gente faz um prontuário único, conseguimos

otimizar e economizar. Controle de estoque em farmácias populares também tem que ser revisto. Às vezes, esses locais têm o medicamento e perde a validade; outros não têm o medicamento e não podem transferir de outra unidade. O que defendemos é uma política de um SUS mais fortalecido, com cirurgias robóticas, que são menos invasivas e conseguimos fazer implementar isso na saúde pública.

A mobilidade urbana é um assunto delicado. Quais são as

suas propostas de mudança?

Sobre os ônibus, a primeira coisa é rever o cálculo da tarifa técnica, que contabiliza o quilômetro rodado e não o número de passageiros transportados; vamos investigar e revisar esses contratos. Com a reforma da tarifa técnica, as empresas vão querer melhorar o transporte para pegar o passageiro onde for, elas vão querer conquistar o passageiro. Queremos expandir o metrô para a Asa Norte, Santa Maria, Gamma e Águas Lindas (GO). No transporte urbano, vamos implementar



Aponte a câmera para assistir à sabatina

um monotrilho para Planaltina e Sobradinho, duas regiões onde as pessoas sofrem com os ônibus. O valor de R\$ 2 bilhões pago para as empresas de ônibus é quase suficiente para subsidiar a tarifa zero para 100% da população, e queremos fazer isso no nosso governo.

Sobre a segurança pública. O que o brasileiro pode esperar para essa área?

No nosso plano de governo, temos o projeto Muralha Digital. Não se faz governo sem pessoas. Precisamos recompor o efetivo de todos os órgãos das forças de segurança pública. Além disso, também precisamos dar estrutura para essas pessoas, construção de mais delegacias. Vamos ter acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública, que está há oito anos sem ser utilizado, e é um fundo que tem mais de R\$ 80 milhões que poderiam ser reinvestidos no setor. Vamos integrar as forças de segurança com responsabilidade.

O seu plano de governo também detalha propostas para o combate ao feminicídio.

O feminicídio é a maior violência que uma mulher pode sofrer. Entretanto, antes desse crime, a mulher sofreu inúmeros outros abusos, como o físico, o psicológico e o mental. Para combater isso, precisamos ensinar as crianças desde cedo a terem respeito pelas mulheres. Na CLDF, temos um projeto chamado Falando Delas para Eles, no qual abordamos esses conceitos com os alunos. Essas mulheres precisam ter uma rede de apoio, elas precisam se sentir seguras para denunciar. Por isso, a contratação dos agentes comunitários de saúde é tão importante; eles conseguem identificar sinais de violação de direitos quando visitam as casas das pessoas, não somente das mulheres, mas também de crianças e idosos.



MUDAR O REGIMENTO INTERNO DO CONGRESSO
IMPEACHMENT NO STF
Impedir que o presidente do Senado barre pedido de impeachment apoiado pela maioria absoluta dos senadores.

VOTE ROBERTO FREIRE
DEPUTADO FEDERAL
23 23
AGORA PELO DISTRITO FEDERAL

Propaganda Eleitoral paga - Valor: 2.220,00
Deputado Federal - Roberto Freire
Partido PSDB 2233 - CNPJ: 66.962.480/0001-58



“Uma forma de lembrar quem você é,
é lembrando quem são seus heróis”
Steve Jobs



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Fim da taxa das blusinhas provoca queda da confiança do empresário

Um movimento de pessimismo entre o empresariado do comércio e de serviços coincide com o período no qual se sentem os efeitos do fim do imposto de importação sobre remessas internacionais (a chamada “Taxa das Blusinhas”). A medida acabou incentivando maior participação do comércio exterior no consumo dos brasileiros. E isso se refletiu no Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Registrou o pessimismo do setor em setembro de 2026, baixando para os 100 pontos.



Pacifico/CB

Mais impacto em bens semiduráveis

Entre os recortes da pesquisa, o segmento de bens semiduráveis — que abrange roupas, calçados, tecidos e acessórios — apresentou uma readequação em suas expectativas. A pesquisa aponta que a confiança no comércio de bens semiduráveis registrou queda de 1,3% na comparação mensal. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o segmento é o único a apresentar variação negativa, recuando 1,7% em 12 meses.

Remessas internacionais declaradas:

Passaram de **15,2 milhões** em agosto de 2025 para **26,5 milhões** no mesmo mês de 2026, um crescimento de **74%.**

Fonte: Receita Federal



Ed Alves/CB/D.A. Press

Confiança do empresário no DF está acima da média nacional

O ICEC do DF alcançou 107 pontos e sustenta a liderança em relação ao indicador brasileiro, que caiu para 100,2 pontos. Apesar da retração mensal, o indicador distrital apresentou expansão de 7,2% na comparação com o mesmo mês de 2025. Por grupo de atividade no DF, a maior confiança foi registrada no comércio de bens semiduráveis, com 119,8 pontos, seguido de bens não duráveis, com 107,5 pontos. O segmento de bens duráveis operou no campo pessimista tanto no DF (98,2 pontos) quanto no Brasil (96,9 pontos).

Nota Legal: começou o pagamento da restituição

O GDF começa a pagar a restituição de créditos do Nota Legal. O primeiro lote, no valor de R\$ 7,5 milhões, foi depositado, na terça-feira, para quem tem conta bancária no BRB, e ontem para demais bancos. Cerca de 174 mil contribuintes têm restituição a receber. O valor total chega a R\$ 48 milhões.

Sebrae



Prazo para empresas optarem pelo Simples é prorrogado para outubro

Os micro e pequenos empresários ganharam mais um mês para se adaptarem à reforma tributária. O Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) prorrogou o prazo de adesão ao Simples Nacional, regime simplificado de tributação para quem fatura até R\$ 4,8 milhões por ano. A opção pelo Simples Nacional poderá ser solicitada até 15 de outubro. As empresas optantes que desejam recolher o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) pelo regime regular terão até 30 de outubro para registrar a escolha. O pedido foi feito pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Di Paolo chega a Brasília

Com 1.200 m², investimento de R\$ 8 milhões, capacidade para 400 pessoas e espaços exclusivos para eventos, a 23ª unidade da rede Di Paolo abre as portas em 9 de outubro, no Clube de Engenharia. Pretende unir tradição italiana e vista privilegiada para o Lago Paranoá. “Queremos que o público brasileiro encontre, aqui, a experiência que faz parte da nossa história, em um espaço pensado para diferentes ocasiões, com a hospitalidade que caracteriza o Di Paolo”, afirma Jandir Dalberto, sócio-proprietário e responsável pela expansão da marca. O destaque do Di Paolo é a cozinha cultural e afetiva, que resgata as tradições trazidas do Vêneto (Itália) para o Sul do Brasil no século 19.

Divulgação



Sócios Di Paolo: Jandir Dalberto (E) e Paulo Geremia



»Entrevista | BARTOLOMEU RODRIGUES (PSB) | CANDIDATO A DEPUTADO DISTRITAL

Ao Podcast do **Correio**, ex-secretário de Cultura falou das bandeiras que pretende levar à Câmara Legislativa, caso eleito

Preocupação com o futuro do DF

» DARCIANNE DIOGO

Candidato a deputado distrital pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), o jornalista Bartolomeu Rodrigues ocupou o cargo de secretário de Cultura do DF por mais de quatro anos e irá concorrer a uma cadeira na Câmara Legislativa. Em sabatina às jornalistas Mila Ferreira e Denise Rothenburg, no Podcast do **Correio**, demonstrou preocupação com o desemprego, a fome e o crime organizado. Confira, a seguir, os principais pontos da entrevista.

Por que ser candidato a deputado distrital? O que te trouxe a essa candidatura?

Tive uma experiência na vida pública que foi breve, mas foi intensa. Fiquei quatro anos como secretário de Cultura, depois fiquei numa assessoria especial, mas logo em seguida me desliguei, por outras razões. E resolvi entrar na política dessa forma. Poderia dizer que nossa Câmara Legislativa tem ficado muito aquém da expectativa da cidade. Até porque Brasília, hoje, deixou de ser uma mera cidade, não é aquela Brasília que nós conhecíamos há algumas décadas. Brasília se tornou uma cidade complexa. Todos nós

nos acostumamos a dizer que Brasília é uma cidade planejada. Ela foi planejada do ponto de vista urbanístico. Mas não foi planejada para ter 3 milhões de habitantes. A população que tem hoje não estava prevista. Somos a terceira maior cidade do Brasil, com toda a complexidade que uma grande capital tem. O crime organizado está chegando, a violência está presente, a fome está presente, o desemprego, todos os problemas de uma grande metrópole. Tenho duas opções: ficar em casa assistindo, gozando da minha aposentadoria, ou participar da história enquanto tenho força para isso. Porque eu estou preocupado com o futuro.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Como foi sua saída do governo de Ibaneis Rocha?

Recebi o cargo de secretário de Cultura com muita honra. Acho que desempenhei à altura. Se cometi alguma falha, são coisas normais de uma gestão pública, que não é perfeita. Ficou muita coisa que eu gostaria de ter avançado e não pude. Estava disposto

a colaborar com um governo que trabalha pela cidade, sem nenhum viés ideológico. A questão da minha relação com o governo foi nesse sentido. Até então, eu tinha uma relação muito próxima com o ex-governador. Acho que ele tinha boas intenções, mas se deixou levar, não sei por que, por uma onda que o tomou, e ele passou



Assista à
entrevista
completa

a não ouvir as pessoas. E a fazer, por exemplo, apologia à extrema direita. Eu até respeito a direita, mas não me venha com extremismo. Fazer apologia como se o Brasil tivesse sido atacado por comunistas e os comunistas tivessem feito vítimas neste país foi a gota d'água. Eu não cabia ali dentro, porque o meu pensamento sempre vai ser progressista e humanista, de respeito às pessoas.

Quais bandeiras pretende levar à CLDF, caso eleito?

Tenho várias preocupações. A primeira é que Brasília é como se um copo estivesse transbordando. Precisamos parar esse transbordamento e olhar para Brasília, onde tem gente passando fome. Como disse, se tornou uma

cidade complexa demais. Se não cuidarmos de Brasília como um todo, vamos ter o crime organizado comandando setores.

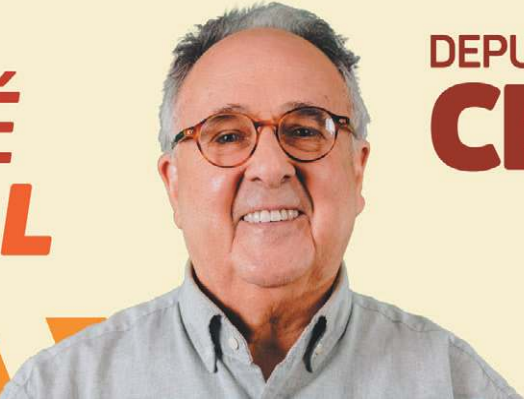
O senhor é a favor da eleição direta para administrador no DF?

Sim, como disse, acredito sempre na democracia. Não tenho radicalismo em praticamente nada, apenas em algumas coisas. Sou radical, por exemplo, na defesa dos direitos individuais, na defesa da pessoa humana, na defesa da democracia.

O senhor acha que a cultura precisa de um choque de gestão?

A economia criativa é uma das vocações naturais de Brasília, por isso a Secretaria se chamava Secretaria de Cultura e Economia Criativa. A economia criativa tem uma arrecadação significativa dentro do PIB de Brasília. Temos um dos instrumentos mais poderosos de fomento à cultura do Brasil, que é o FAC (Fundo de Apoio à Cultura). Mas o FAC precisa ser bem administrado.

AGORA É FEDERAL



DEPUTADO FEDERAL
CRISTOVAM
4023



PROPAGANDA ELEITORAL PAGA | CNPJ CANDIDATO: 08.468.291/0001-80 | S/A: CORREIO BRAZILIENSE CNPJ 00.001.172/0001-80 | VALOR DO ANÚNCIO: 2.200,00 TIPOAGEM: 22.000

»Entrevista | LU ALCKMIN | IDEALIZADORA DO PADARIA ARTESANAL

A segunda-dama do Brasil detalha a trajetória do projeto social, seu impacto na autonomia de mulheres vulneráveis e a expansão da iniciativa pelo país. “Resgate da dignidade e da autonomia financeira”, destaca

Receitas que mudam vidas

» LETÍCIA MOUHAMAD

dealizadora do projeto Padaria Artesanal, a segunda-dama do Brasil, Lu Alckmin, participou do Podcast do Correio para detalhar a trajetória e o impacto social da iniciativa que ensina o ofício da panificação comunitária. Em conversa com as jornalistas Mariana Niederauer e Sibeles Negromonte, ela relembrou a origem do programa há 25 anos e explicou como a metodologia de capacitação em apenas oito horas tem garantido segurança alimentar, geração de renda e autonomia para milhares de famílias em situação de vulnerabilidade. Morando em Brasília desde 2023, dona Lu abordou a criação do Polo da Padaria Artesanal do Brasil na capital federal e as parcerias com a sociedade civil que vêm permitindo a expansão do projeto.

Como surgiu a ideia do projeto da Padaria Artesanal e como foram os primeiros passos dessa iniciativa?

Eu venho de uma família numerosa, de 11 irmãos, e meus pais sempre nos ensinaram o valor do carinho e do cuidado com o próximo. Minha mãe ajudava pessoas carentes, e eu cresci querendo seguir esse exemplo. Em 2000, eu era voluntária do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, ao lado de dona Lila Covas. Durante uma visita à periferia, conversando com mulheres muito carentes, percebi que elas não olhavam nos meus olhos. Quando perguntei o motivo, uma



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

delas me disse que estavam com fome e que o sonho delas era comer pão. Aquilo me cortou o coração. No ano seguinte, quando o Geraldo (Alckmin) assumiu o governo de São Paulo, e eu assumi a presidência do Fundo Social, chamei uma equipe e nutricionistas para criar um projeto focado em ensinar a população a fazer pães nutritivos, saborosos e de baixo custo. Em 14 anos à frente do órgão em São Paulo, qualificamos mais de 100 mil pessoas.

De que maneira essa capacitação impacta a vida de mulheres em situação de

vulnerabilidade e violência doméstica?

O impacto é direto no resgate da dignidade e na autonomia financeira. Lembro-me de uma mulher em São Paulo que, ao receber o diploma, disse-me chorando que agora o marido não bateria mais nela, pois ela havia aprendido a fazer os pães para vender e sustentar os filhos. Muitas mulheres apanhavam porque não tinham condições econômicas de sair daquela situação. O pão dá uma oportunidade de transformação. Com 1 kg de farinha, que custa pouco, é possível produzir até 100 pãezinhos de ervas. Damos a

ferramenta para que a pessoa perceba seu próprio valor e consiga gerar renda para a família.

Como se deu a expansão do projeto para Brasília e para o restante do país a partir de 2023?

Quando cheguei a Brasília, em 2023, vim com o sonho de levar o projeto para todo o Brasil. No entanto, aqui não havia a estrutura de um Fundo Social. Por meio de uma conversa com o arcebispo Dom Paulo Cezar Costa, conseguimos o espaço de uma cozinha na Paróquia Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora das Mercês, na 615 Sul, para estruturar o



Hoje, no DF, já temos 45 unidades formadas, e multiplicadores de 18 estados já vieram a Brasília para se capacitar e replicar o aprendizado em suas regiões"

Polo da Padaria Artesanal do Brasil. Mobilizamos a sociedade civil e empresários para reformar o local e doar os kits de equipamentos. Hoje, no DF, já temos 45 unidades formadas, e multiplicadores de 18 estados já vieram a Brasília para se capacitar e replicar o aprendizado em suas regiões.

Qual é a dinâmica do curso e como funciona o apoio fornecido às entidades cadastradas?

O treinamento dura oito horas, concentradas em um único dia. As turmas aprendem dez receitas de pães de alto valor nutritivo e de fácil execução, como os pães de cenoura, beterraba, ervas, mandioca e a rosca estrela. Cada entidade que envia voluntários para a capacitação assume o compromisso de replicar esse conhecimento em sua comunidade. Após a formação dos multiplicadores, a entidade parceira recebe o kit da Padaria Artesa-

nal — composto por um forno de aço inox, uma mesa de inox, nove formas e um liquidificador industrial —, viabilizado integralmente por doações da sociedade civil e de empresas, sem custos governamentais. Em média, 20 pessoas são qualificadas em cada treinamento.

Ao longo desses 25 anos de projeto, que histórias marcantes a senhora guarda das pessoas que passaram pela Padaria Artesanal?

Em Brasília, na creche de Samambaia, uma jovem mãe de dois filhos autistas me contou emocionada que as crianças têm seletividade alimentar, mas voltaram a comer hortaliças e legumes porque ela passou a fazer o pão de beterraba, chamando-o de “pão da Barbie”, e o pão de ervas, dizendo ser “do Hulk”. Em outro caso, na Igreja Nossa Senhora de Fátima, um rapaz desempregado aprendeu o ofício, envolveu os pais e abriu o próprio negócio da família, o “Delícias do Caio”. O pão devolve a dignidade e mostra que, quando se dá oportunidade a um ser humano, ele se transforma.

Quais são os próximos passos do projeto?

Meu objetivo é levar a Padaria Artesanal a todos os 27 estados do país. Já alcançamos 18 estados por meio desse modelo de multiplicação e parcerias com a sociedade civil, sindicatos e entidades como o Senai. Quem quiser aprender ou indicar uma instituição para receber o projeto pode entrar em contato pelo e-mail padariaartesanaloficial@gmail.com para receber as orientações e a localização da unidade mais próxima.

CB TALKS

Casa construída à mão

» EDUARDO FERNANDES
» GIOVANNA KUNZ

"O objeto não precisa ser só bonito, precisa fazer sentido." A frase da arquiteta Palloma Meneghello resume o fio condutor do CB Talks realizado pelo Correio Braziliense ontem, na CasaCor Brasília 2026, sediada na Casa do Candango. O tema da edição foi o artesanato na casa contemporânea, e a conversa girou em torno de uma ideia simples. Em tempos de padronização e de pressa digital, morar bem passa por resgatar afeto e singularidade.

Além de Palloma, participaram do debate Rick Hudson, do Sebrae Feito à Mão, e Hélio Albuquerque, da Casa Caju. A mediação ficou com a subeditora da Revista do Correio, Sibeles Negromonte, que conduziu os convidados por um questionamento central: como peças que antes eram vistas só como utilitárias ou como lembrança passaram a ocupar o centro da arquitetura de interiores, dando identidade e alma aos espaços?

Personalidade

Para Palloma, a resposta está no desejo de ter um lar com personalidade real, algo que a produção em massa não entrega. Ela lembra que o artesanato sempre existiu e que o importante é o reconhecimento do morador naquilo que o cerca. "Aquilo que toca e que faça sentido para o cliente precisa ser um cantinho em que ele se identifica", afirmou.

A tendência global de equilíbrio entre o moderno e o ancestral aparece na fala de Rick Hudson, para quem o feito à mão cresce ao lado da tecnologia. Segundo ele, o momento de alta do artesanato não contradiz o avanço tecnológico, já que cada um cumpre um papel. "O artesanato está nesse up porque hoje vivemos esse momento do tecnológico, que é importante para facilitar a vida, mas

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Arquitetos Rick Hudson, Palloma Meneghello e Hélio Albuquerque com a jornalista Sibeles Negromonte

não para responder à nossa identidade", pontuou.

Do ponto de vista de quem projeta, Hélio Albuquerque explicou que o saber manual alimenta o processo criativo de maneira concreta. Ele citou os revestimentos como o campo em que essa influência mais aparece. "Puxando para o nosso segmento da arquitetura, o artesanato nos dá ideias em vários processos criativos, principalmente nos revestimentos", disse. Na sequência, completou que é possível ir além do utilitário e que essa possibilidade, nas palavras dele, "é infinda".

Olhos bem abertos

Para chegar às peças únicas que entram nos projetos, os três convidados apontaram o mesmo caminho, que é pesquisar e garimpar sem parar. A inspiração, segundo eles, nasce da curiosidade e do contato direto com a cidade e com quem produz.

Hélio defende que o arquiteto ande atento ao entorno e frequente as feiras locais, onde surgem

nomes novos. "O arquiteto tem o olhar curioso; tem de estar atento à cidade, observando tudo", disse. Transportar o que se vê para outros contextos, acrescentou, é necessário para descobrir novos artistas.

Palloma descreveu esse olhar como uma rotina que nunca é interrompida. Ela conta que até uma visita ao ambiente de um amigo entra na conta. "É como se a gente tivesse o olhar que captura tudo", comentou, ao explicar que, com o tempo, os profissionais acumulam uma bagagem do que existe de possibilidade.

Rick chamou atenção para a parceria com os mestres artesãos, que ele considera artistas de grande conhecimento. "Aprender na fonte com quem faz isso é necessário", afirmou. Para ele, cabe aos profissionais ajudar a abrir portas para a produção local, e a ideia é ter um espaço onde as pessoas possam colocar suas produções autorais. "Gosto muito de colaborar com o artesão porque é um artista que tem muito conhecimento", completou, ao citar a pesquisa constante e o olhar atento nas feiras.

Raízes no Cerrado

No encerramento do painel, os debatedores celebraram a evolução do mercado e a consolidação do artesanato brasileiro e nacional. Ressaltaram também a importância da chancela técnica para dar visibilidade aos talentos da região.

Hélio aproveitou para destacar o papel dos profissionais na valorização do patrimônio cultural e natural do Distrito Federal. Ele reconheceu que já existe desejo e valorização, mas afirmou que o setor ajudou a construir esse caminho. Como exemplo, citou a flor do Cerrado, presente no seu olhar desde a infância. "A gente só não usava. Brasília sempre teve um artesanato forte", afirmou.

A última palavra ficou com Rick, que pediu um olhar cada vez mais apurado sobre as riquezas do artesanato regional. Ele apontou que a falta de chancela é um problema, e disse que o trabalho dos profissionais é olhar para o artesanato e ajudar. "A gente tem tanto, só precisamos apurar o olhar um pouco", destacou.

Faça sua escolha

O 9º Prêmio Correio Braziliense em parceria com a CasaCor Brasília 2026 convida o público a eleger os ambientes que transformam técnica em emoção. Com votação popular aberta até 5 de outubro, os leitores podem votar nos seus projetos favoritos em quatro categorias: Sonho de Quarto, Sonho de Cozinha, Sonho de Sala e Sonho de Banheiro. A premiação combina a análise do júri técnico à escolha do público para consagrar os espaços que traduzem histórias, afetos e o melhor do design local.

É hora de cuidar das pessoas

Vamos fazer um governo focado em **GESTÃO EFICIENTE, TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO.**



Paula Belmonte

45

Governadora

Vice Juiz Everardo Ribeiro



ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



Saiba como os seis candidatos mais bem colocados na quinta rodada da pesquisa **Correio/Opinião** pensam o setor esportivo. Ideias passam por políticas próprias e transversais ligadas à áreas como educação, saúde e segurança pública

Jogo de propostas

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Celina Leão (PP)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Leandro Grass (PT)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Paula Belmonte (PSDB)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ricardo Cappelli (PSB)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Kiko Caputo (Novo)

Vinicius Lima / UP



Samara Mineiro (UP)

DANILO QUEIROZ

Corrida pelo Governo do Distrito Federal (GDF) está se aproximando da reta final. No domingo, os mais de 2,2 milhões de eleitores aptos a votar na capital vão às urnas para escolher qual plano será colocado em prática no ciclo de 2027-2030. Dada a importância da definição, o amplo processo eleitoral se debriça na discussão das mais diversas áreas da sociedade. Educação, saúde, mobilidade urbana, segurança, habitação, gestão, economia e planejamento estratégico costumam preencher o epicentro do debate. Dentro desse cenário, porém, o esporte tem presença em diferentes áreas da administração pública e pode desempenhar papel preponderante no futuro da cidade. Com isso, o **Correio** analisou como os principais candidatos da disputa ao Palácio do Buriti pensam o setor.

Para isso, a reportagem estabeleceu a quinta rodada da pesquisa **Correio/Opinião** Inteligência Política como recorte para selecionar os seis candidatos mais bem colocados: Celina Leão (PP); Leandro Grass (PT); Paula Belmonte (PSDB); Ricardo Cappelli (PSB); Kiko Caputo (Novo); e Professora Samara Mineiro (UP). O levantamento foi realizado entre 26 e 28 de setembro e ouviu 1.225 eleitores em 31 das 33 regiões administrativas. A análise se concentrou nas propostas apresentadas pelos candidatos nos planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O documento tem a missão de nortear como as candidaturas pretendem gerir a capital. O planejamento dos candidatos ao Palácio do Buriti mostram diferentes maneiras de tratar o futuro do setor esportivo no DF: há propostas concentradas na expansão dos Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs) e na democratização do acesso aos espaços; programas ligados à educação;

As principais propostas dos planos de governo	
Celina Leão (PP) Gancho central: consolidar o DF como capital do esporte Incentivar o acesso ao esporte e ao lazer; qualificar a iniciação integrando escolas, COPs, clubes, federações, universidades e projetos sociais; ampliar o Futuro Campeão e a formação de atletas; fortalecer esporte de rendimento e paradesporto; ampliar e modernizar os COPs; recuperar e qualificar quadras, campos e ginásios; atrair eventos nacionais e internacionais; modernizar a infraestrutura e a gestão pública; retomar o Esporte à Meia-Noite.	comunitários; recuperar quadras e campos; construir e requalificar ginásios regionais; universalizar o esporte educacional; integrar escolas e COPs; ampliar Jogos Escolares e educação física; fortalecer o Bolsa-Atleta; apoiar esporte comunitário e de várzea; ampliar políticas para o paradesporto; circuito distrital de corrida, ciclismo e caminhada.
Leandro Grass (PT) Gancho central: universalizar o acesso ao esporte Levar COPs a todas as Regiões Administrativas e universalizar o acesso; criar núcleos esportivos	Paula Belmonte (PSDB) Gancho central: esporte aliado à educação Ampliar a Educação Integral com esporte; integrar escolas, equipamentos esportivos, parques e comunidade; recuperar quadras das escolas públicas; melhorar a infraestrutura das unidades de ensino; garantir parques e áreas verdes seguros e acessíveis para esporte, lazer e convivência.
	Ricardo Cappelli (PSB) Gancho central: prioridade ao esporte educacional, comunitário e inclusivo Recuperar e programar COPs, quadras, campos, ginásios, parques e praças; ampliar esporte educacional e comunitário; fortalecer esporte feminino, para idosos e paradesporto; apoiar atletas e talentos com critérios públicos; integrar atividade física a saúde e prevenção da violência; realizar inventário dos equipamentos esportivos; elaborar diagnóstico dos COPs; exigir legado social e econômico dos grandes eventos.
	Kiko Caputo (Novo) Gancho central: Brasília como referência de eventos Transformar Brasília em referência para grandes eventos

planos voltados à realização de grandes eventos e iniciativas direcionadas ao futebol de várzea e ao esporte comunitário. Em comum, os nomes na disputa pelo posto de governador apresentam o esporte como política transversal, ligados a setores como turismo, educação e saúde. Candidata à reeleição, Celina Leão cita o esporte como uma política com conexão entre formação e grandes eventos. Norteada por nove ações estruturantes, a representante do PP na corrida eleitoral propõe ampliar o calendário, atrair competições nacionais e internacionais, qualificar os equipamentos públicos e integrar escolas, COPs, clubes, federações, universidades e projetos na formação de atletas. O plano também prevê ampliar o Futuro Campeão — projeto multiesportivo com meta de identificar,

desenvolver e preparar talentos —, resgatar o Esporte à Meia-Noite, fortalecer o paradesporto e modernizar a gestão, além de consolidar a cidade como capital nacional do esporte. Leandro Grass coloca a expansão territorial como um dos principais eixos da campanha. O plano prevê levar os COPs a todas as Regiões Administrativas, priorizando áreas mais vulneráveis. Hoje, há unidades em São Sebastião, Ceilândia, Sobradinho, Santa Maria, Brazlândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e Samambaia. O candidato do PT manifesta a intenção de criar núcleos esportivos comunitários, recuperar quadras e campos e ampliar ginásios regionais. O esporte também aparece integrado à educação em tempo integral — com meta de universalização —, aos Jogos Escolares,

ao paradesporto e ao apoio a atletas por meio do Bolsa-Atleta distrital. Entre os planos de governo, o de Paula Belmonte traz uma abordagem direta mais tímida ao esporte e o apresenta majoritariamente ligado a outras áreas. Não há, por exemplo, um capítulo dedicado às ideias e programas pensados para a pasta. As referências aparecem, principalmente, dentro das propostas voltadas para educação e espaços públicos. O documento apresenta previsão de ampliar o Ensino Integral, aproximar escolas de equipamentos esportivos, parques e recuperar quadras das unidades da rede pública do Distrito Federal. O planejamento da candidata do PSDB também relaciona espaços com áreas verdes ao uso para práticas esportivas, lazer, convivência e qualidade de vida. No plano de Ricardo Cappelli, o

esporte é apresentado como política pública permanente e distribuída pelo território. A proposta prevê recuperação e programação de COPs, quadras, campos, ginásios e parques, além da ampliação do esporte educacional, feminino, para idosos e pessoas com deficiência. O documento fala em critérios públicos para apoio a atletas e paratletas, integração com políticas de saúde e prevenção da violência e exigência de legado social e econômico para grandes eventos. Em agosto, durante a campanha de acesso do Gama à Série C do Campeonato Brasileiro, o candidato do GDF manifestou o interesse de expor “patrocínio do governo ou do BRB” na camisa alviverde. Kiko Caputo associa a política esportiva principalmente à capacidade de receber competições e movimentar o turismo e a economia, integrando as

cadeiras de hotelaria, gastronomia e serviços. O plano propõe transformar o DF em destino de eventos esportivos, criar um calendário permanente de competições, fortalecer o ecossistema de formação de atletas e paratletas, modernizar equipamentos e ampliar a utilização de escolas, parques e espaços públicos, inclusive no contraturno e fins de semana. O documento registrado pelo candidato do Novo no TSE também prevê articulação entre fundos, programas de incentivo e instrumentos como o Bolsa-Atleta para fortalecer programas de formação. Professora Samara Mineiro concentra as propostas em uma escala comunitária. O plano da candidata da Unidade Popular ao Palácio do Buriti reserva um eixo próprio para apresentar ideias envolvendo cultura, esporte e lazer. Seguindo a ideia central da legenda de defender maior presença do estado na oferta de serviços públicos, a candidatura destaca o futebol de várzea e amador. Para o setor, há a oferta de apoio financeiro e infraestrutura para ligas de bairro e campeonatos estudantis. Também aparecem a inclusão de esporte e lazer na educação integral e a ampliação do modelo do Eixão do Lazer para outras Regiões Administrativas, com fechamento de vias públicas aos domingos e feriados. Entre grandes eventos, futebol de várzea, formação e ocupação de espaços públicos, as propostas colocam o esporte diante de diferentes caminhos na idealização do futuro do DF. As ideias apresentadas pelos candidatos da corrida ao Palácio do Buriti percorrem áreas como educação, saúde, turismo, desenvolvimento econômico e inclusão social, mostrando como a política esportiva pode ir muito além das quatro linhas. Diante das diferentes visões para o setor, o eleitor tem mais uma ferramenta para conhecer, comparar e refletir sobre os projetos. No domingo, na hora de escolher quem comandará a cidade pelos próximos quatro anos, o futuro do esporte também estará em jogo.

CR7 Reviravolta na relação de Cristiano Ronaldo com o técnico Jorge Jesus. Após a imprensa portuguesa noticiar que ambos selaram a paz após reunião articulada pela Federação Portuguesa, o craque abandonou o hotel da concentração do combinado nacional, na Dinamarca, e tem viagem prevista para Madri, na Espanha.	MESSI A Universidade de Buenos Aires (UBA) concederá ao astro argentino Lionel Messi o mais alto título honorífico, em reconhecimento à trajetória esportiva e à representação do país. A distinção ao capitão da seleção argentina será entregue na terça, antes da partida de despedida de Messi da seleção tricampeã mundial.	ESQUI A esquiadora francesa Juliette Willmann morreu ontem, aos 29 anos, em uma “avalanche na Argentina”, anunciou a Federação Francesa de Esqui (FFS). Especialista nas categorias freeride e esqui de montanha, Willmann venceu o Freeride World Qualifier em 2018 e participou do circuito mundial de Freeride em 2022. Ele havia ido à Argentina com o namorado.	FLAMENGO Arrascaeta será operado hoje de uma fratura no punho esquerdo causado na vitória do Uruguai contra a Coreia do Sul na Data Fifa. O camisa 10 do Flamengo será internado nesta manhã para realizar os últimos exames antes do procedimento. Os médicos rubro-negros Fernando Sassaki e Roberto Feres, especialistas nesse tipo de lesão, acompanharão.	FÓRMULA PORSCHE O Autódromo Internacional de Brasília recebe, a partir de hoje, com o início dos treinos opcionais, a etapa da Porsche Cup Brasil. A prova de 300km marcada para sábado, de 13h às 15h40, reunirá 40 carros e 80 pilotos, entre eles Felipe Massa, Nelson Piquet Jr e Felipe Drugovich. Os treinos classificatórios estão marcados para amanhã.	FÓRMULA 1 O piloto Esteban Ocon vai encerrar o ciclo na equipe Haas. A escuderia anunciou, ontem, a saída do piloto da categoria. O brasileiro Rafael Câmara é um dos cotados a assumir a vaga dele na temporada de 2027. Destaque desta temporada na Fórmula 2, ele assumiu a liderança na classificação após a corrida realizada no Azerbaijão
---	--	--	--	---	--

HORÓSCOPO
 www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua míngua em Gêmeos. Pronto! Entramos na reta final do ano gregoriano 2026, porque quando os meses passam a ter dois dígitos lá vem a decoração de Natal para nos atíçar e, também, o espírito da generosidade a contrapor esperança e alegria às doses de medo com que somos bombardeados o tempo inteiro. Enquanto isso, o firmamento, impassível como sempre, testemunha nossa humanidade fazendo maravilhas com seu gênio criativo, mas ao mesmo tempo sendo muito pouco sábia para lidar com os avanços tecnológicos. Existem as leis, as declarações universais dos direitos, as constituições dos países mas, em última instância, a orientação ética ou corrupta de nossa humanidade não pode ser imposta por dogmas e regras, é a alma invisível, não identificada pela civilização, que decide, no íntimo do coração, se vai atuar pelo bem comum ou o corromper.

 **ÁRIES**
21/03 a 20/04

Seria precipitado de sua parte tentar resolver tudo com um muro na mesa, pois, apesar de que sua paciência está acabando, ainda há muito caminho pela frente e melhor seria que você não complicasse sem necessidade.

 **TOURO**
21/04 a 20/05

Anda todo mundo com os nervos expostos e com disponibilidade para brigar, portanto, se você quiser ficar à margem dessa situação, o melhor a fazer é tomar distância de tudo e de todos, dentro de suas possibilidades.

 **GÊMEOS**
21/05 a 20/06

Difícil manter a ordem quando está todo mundo envolvido em hostilidades, apresentando razões conflitantes e brigando por esporte, porque se fossem brigas verdadeiras, haveria, pelo menos, a perspectiva de harmonia.

 **CÂNCER**
21/06 a 21/07

Cada um por si, Deus por todos, e que as discussões sejam, pelo menos, produtivas, senão esclarecedoras. Este é um momento de tensões à flor da pele, que não vão necessariamente conduzir a uma harmonia maior. Isso não.

 **LEÃO**
22/07 a 22/08

Apesar de que o clima social está em alvoroço e propenso a conflitos abertos, nem sempre inteligentes ou necessários, você pode, se quiser, navegar pela situação toda com sabedoria, defendendo seus interesses com calma.

 **VIRGEM**
23/08 a 22/09

É tentador se envolver nos conflitos em andamento, mas precisa saber de antemão que, se você tomar essa decisão, os ânimos ficarão exaltados demais e você não saberá antecipar se o resultado será bom. Melhor não.

 **LIBRA**
23/09 a 22/10

Mesmo que com a alma tomada pela maior das boas vontades e querendo o melhor para as pessoas com que você se relaciona, se elas estiverem com a cabeça feita e você também, e vocês discordarem, melhor não iniciar conflitos.

 **ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Eventualmente, você pode estar com a alma cheia de boa vontade de esclarecer e iluminar, mas se as pessoas em questão não tiverem a mesma boa vontade, é inevitável que o tiro saia pela culatra. Melhor evitar.

 **SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

Aquilo que você faria em outro momento, com sua habitual leveza, neste momento em particular pode detonar brigas que sairiam do controle. Observe melhor o cenário antes de continuar sendo do jeito de sempre.

 **CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Discutir com as pessoas para que suas razões sejam ouvidas seria a maneira mais eficiente de perder a razão e de gastar energia preciosa em condições adversas. Confie em suas razões e não faça nada além disso.

 **AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Importa mesmo é que você atinja seus propósitos imediatos e que, para isso, evite se envolver em disputas que só serviriam para distrair e gastar a preciosa energia que precisaria ser investida no objetivo.

 **PEIXES**
20/02 a 20/03

Deveria haver lugar para tudo e para todos entre o céu e a terra, pois, é assim que o firmamento o dispõe, porém, nossa humanidade tem ideias próprias, que são, evidentemente, mais restritas e limitadas. Conflitos.

Divulgação



Maurício, interpretado por William Costa: trama sobre o caos urbano

Caos e caôs

» MARINA BOCELA*

E se houver uma greve que paralisa Brasília, o que acontece? Essa é a indagação dá origem à série ficcional *Caôs Urbanos*, que estreia neste domingo (4/10) no Canal Brasil, às 19h. Dividida em quatro episódios de quarenta minutos, a trama se desenvolve a partir de um tiroteio no ônibus que resulta no assassinato do cobrador José Eustáquio Gonçalves, desencadeando a paralisação do transporte público na cidade. Entre o caos instalado e os ‘caôs’ inventados, a série acompanha desejos, dilemas e afetos atravessados pela mobilidade urbana. “Apesar da greve ser um movimento paralisador, os personagens começam a movimentar suas vidas a partir desse fato”, explica o diretor, Cássio Oliveira.

Os protagonistas Nonato (Ricardo César), Rosa (Bete Virens) e Giovanna (Roberta Rangel) guiam a história, e cada um representa uma diferente perspectiva da greve: de quem está ligado ao sindicato, de quem depende do ônibus e de quem comanda uma empresa de transportes, respectivamente. O roteiro, de Renata Diniz e Vítor Camargo de Melo, entrelaça os personagens a partir dos efeitos da paralisação.

Nonato, dedicado ao trabalho e a valores éticos incorruptíveis, vê sua devoção ao sindicato afetar a relação com a família enquanto seu antigo pupilo, Serjão, se articula para derrubá-lo. Para Ricardo César, interpretar o sindicalista foi um “presente”. “Nonato não é um homem que gosta de ser confrontado. Ele evita o confronto, por isso acaba chegando a sua própria ruína”, afirma. Além dos protagonistas, outras figuras têm papel crucial no

desenvolvimento da trama. Vivida por Chloe Silva, a personagem Estela é uma jovem inquieta que depende do transporte público para estudar e diverge do pai em relação a convicções. Para a atriz, essa relação é marcada por uma troca entre os dois: “Ela vive uma dualidade de sentimentos em relação ao que acredita e ao que o pai acredita e não deixa com que essa divergência afete no carinho deles, muito pelo contrário, isso fortalece o laço entre os dois em diversos momentos da série”. Oswaldo, por sua vez, conhece os bastidores dos negócios e mantém uma relação de lealdade com o antigo patrão, recém-morto. Com Giovanna assumindo a empresa sem conhecer suas engrenagens, ele se vê no papel de ensiná-la sobre “o jogo, as regras e tudo o que acontece por trás”, segundo Wellington Abreu.

Gravada no Distrito Federal e Entorno e realizada pela produtora brasiliense Trotoar Audiovisual, a produção procura desconstruir a imagem de “cidade do poder” normalmente representada no audiovisual. “A gente se propõe a circular por outros espaços, pela cidade de trás. Fazer ver outras cidades satélites e o entorno de Brasília. A cidade de todo dia, a cidade orgânica, a cidade das pessoas que trabalham, que pegam ônibus”, afirma o diretor, Cássio Oliveira. A série reúne mais de 100 profissionais do DF em sua equipe técnica e artística.

Os episódios serão exibidos aos domingos de outubro, com reprises às quartas e sextas. Em novembro, o Canal Brasil terá duas exibições em formato de maratona.

Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

calendários

meus calendários perderam-se no tempo — todos os dias estão vencidos — e já não sei quando será amanhã ou mesmo se hoje acabará.

heo G. Alves

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		9		3	4	1	6		
2							9		
								3	
		8			2				
7			5			9	8		6
								5	7
			6				7		
			8				5	1	
3		1							

Grau de dificuldade: fácil

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Reúne os trabalhadores sem carteira assinada (Econ.)		(?) Montagner, ator falecido em 2016		Aventuras	Alexandre	Pastel	Localiza-
Razão do pagamento de taxas extras no embarque		Capital brasileira do (?)		O lado da efígie, na moeda	Dumas, escritor francês	cozido do rodízio de massas	ção de Campina Grande
			Detector de velocidade nas estradas				
Rival do Paysandu (fut.)					Enxerga; observa		
Pintar							
			Capital europeia do Museu do Louvre				
(?) Sul, região da América Latina		(?) líquido, material da crioterapia			Aparato de segurança em navios		
					Habilitado		
						Cidade da entrega do Nobel da Paz	
Nomeada (bras.)			Estabiliza o braço após uma fratura				
Nina Simone, cantora							
Incentivos (fig.)		Peças metálicas da bateria				(?) do Cabo, cidade fluminense	
		Raras					
					Otto (?) Resende, escritor		
					Análogo		
Estado rico em cassiterita (sigla)		Fruta de simpatias de ano-novo		Portal xintoísta comum no Japão			
Proteção no limite da pista em estradas						O maior pássaro nativo da Austrália	
				Decifre o texto			
				Cochilo, em inglês			
(?) com ovos, iguaria gordurosa					Iron (?), o maior triatlo do mundo		
Placa de vidro para microscópios							
Rival de Palmeiras e Corinthians (fut.)							

BANCO
 3/ernu — man — nap. — 4/boné — tori. 6/sopros. 7/biônica — ravioli.

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

	C	O					N				
A	N	O	M	P	A	C	T	A	D	O	
T	N	T			U	N	C	L	E		
R	I	A	C	H	O		O	L			
V	O	S	S	O		R	B		A		
L	E		A		B	D		A	R	S	
D			T	R	I	A	G	E	M		
F	E	R	I	A	S		E	F	E		
G	E	L		P	I	O		E	X		
A	B		S	A	F	A	R	I			
S	E	T	O	R		S	E	C			
T	I	L		S	A	V	A	N	A		
B	O	D	E		D	E	N	A			
S	E	N	H	O	R	I	O	S			

SUDOKU DE ONTEM

2	4	3	8	9	6	7	1	5
8	6	5	4	1	7	3	9	2
7	9	1	2	5	3	6	8	4
1	7	9	5	3	2	8	4	6
5	3	8	1	6	4	2	7	9
6	2	4	9	7	8	1	5	3
4	8	7	3	2	9	5	6	1
3	1	6	7	4	5	9	2	8
9	5	2	6	8	1	4	3	7

ASSINE COQUETEL E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!
 Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.
 Desafio Fácil CAÇA PALAVRA Cripto Jogo
 >>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR
 Assine aqui
 Siga a gente nas redes sociais
 @coquetel @editoraCoquetel

Tom Cruise protagoniza o longa *Digger*, narrativa satírica e humorística, dirigida pelo vencedor de quatro Oscars Alejandro González Iñárritu



Tom Cruise:
personagem
que encarna
drama, humor
e crítica

Sátira sobre a irresponsabilidade ambiental

» MARIANA REGINATO

Após um período curto longe das telonas, o diretor Alejandro González Iñárritu retorna aos cinemas com *Digger*, sátira que reflete os dias atuais. Na trama, o bilionário Digger Rockwell, o homem mais poderoso do mundo, lida com uma grande falha de sua empresa que desencadeou um desastre ecológico de proporção mundial. Digger precisa provar que pode salvar a humanidade, tentando sanar o próprio erro. Para fazer o bilionário, o escolhido foi Tom Cruise, que embarca em um personagem bem diferente do que costumava fazer. Conhecido pela ação em *Missão Impossível* e *Top*

Gun, o galã de Hollywood explora dessa vez a figura de um bilionário arrogante, que comanda uma empresa de petróleo. O elenco, também, conta com Riz Ahmed, Sandra Huller, Jesse Plemons e Emma D'Arcy. Em coletiva de imprensa, Tom Cruise destacou a direção e criação de Alejandro. O diretor soma quatro Oscars em sua prateleira: Melhor diretor e Melhor filme, por Birdman; Melhor diretor por O regresso, longa que premiou Leonardo DiCaprio com seu primeiro Oscar; e, ainda, um Oscar Especial de Realização/Reconhecimento Especial pela sua instalação em realidade virtual com o filme Carne y arena.

QUATRO PERGUNTAS / Tom Cruise

Digger parece um filme muito marcante, tanto em seus personagens quanto na forma como a história se desenrola. O que vocês acham que dá a ele esse senso de originalidade, e de onde isso veio?

originalidade, e de onde isso veio?
Como ator, quando o diretor ou o roteirista vem ler o roteiro para mim, eu quero ouvir em primeiro lugar o que ele está pensando. Ele foi gentil o suficiente para vir e ler, e eu nunca, jamais, li nada parecido com isso. Nunca vi um filme assim, com a invenção de estrutura que ele criou para contar a história exatamente da maneira que queria. Eu nunca li um personagem assim, muito menos tive o privilégio de interpretá-lo no cinema. Fico olhando para ele e pensando: como você imagina essas coisas? É lindo, é rico, e criar um personagem como esse foi simplesmente incrível.

Você interpretou personagens muito diferentes ao longo da sua carreira, mas Digger parece um papel diferente de tudo o que você já fez. O que você queria explorar como ator por meio desse personagem?

personagem? Eu nunca li um personagem como este, é simplesmente incrível. Ele constrói o cenário, tem uma encenação incrível, ótimas lentas e uma escrita capaz de sustentar um monólogo de 10 minutos. Encontrar um personagem como este envolve achar um sotaque que traga humor, drama e ritmo, tornando tudo interessante e divertido de interpretar. São muitas camadas e habilidades envolvidas.

Como todos viram no filme, eu interpreto diferentes personagens, então foi muito divertido testar essas habilidades, aprender novas e expandi-las.

Digger combina desastre, comédia, absurdo, espetáculo e reflexão. Como você encontrou o equilíbrio para fazer todos esses elementos coexistirem dentro do mesmo filme?

coexistirem dentro do mesmo time?
 Não sei como Alejandro combinou tudo isso, ele tem um senso de humor tão incrível e perspicaz. Conforme ele desenvolvia as ideias, nada daqueles cenários e detalhes estava no roteiro original. No set, ele dizia para a equipe parar um momento para admirar o nível de arte e habilidade do qual estávamos fazendo parte. Eu admiro muito essa arte e a cultura na qual ele foi criado, assim como a compreensão dele sobre diferentes culturas e a humanidade. Ele coloca um espelho diante de nós para refletirmos com grande humor, sem ser acusatório. Alejandro, não consigo te agradecer o suficiente pelo que você fez. É lindo, de verdade, precisava ser dito.

Após tudo o que dedicaram a *Digger* e a experiência de fazer este filme juntos, o que esperam que permaneça com o público ao sair do cinema?

do cinema?
Quero que o público tenha sua própria experiência e saia com seu próprio ponto de vista. Essa é a beleza do cinema: estarmos em uma sala juntos, tendo conversas que reúnam pessoas de todas as origens. Quero também agradecer a todos pela recepção tão calorosa.

**Ela foi ali
guardar o
coração na
geladeira
estreia no
Brasil no
Festival
Rio 2026**



Cinema ocupa o Rio de Janeiro

» MARIA CAROLINA*

A 28ª edição do Festival do Rio começa hoje e segue até 11 de outubro com 359 obras cinematográficas, entre elas, dezesseis pré-selecionados ao Oscar de filme internacional. Os filmes estão distribuídos entre 11 mostras, incluindo *Première Brasil*, *Expectativa*, *Panorama Mundial*, *Itinerários Únicos*, *O Estado das Coisas*, *Première Latina*, *Gala de Encerramento*, *Gala de Abertura*, *Clássicos cult*, *Midnight Movies* e *Cinema Circulação*.

Pulverizados entre a cidade do Rio de Janeiro, as sessões ocorrerão em catorze cinemas cariocas, entre elas Estação Claro Gávea, Cinesystem Belas Artes e Cine Santa Teresa. O Cine Odeon, consagrado palco do audiovisual brasileiro, permanece recebendo as sessões de abertura, o projeto Première Brasil Debates, as mostras Hors Concours e Première Brasil, estreias de produções internacionais e encerramento do festival.

Brasília também vai ao festival como plano de fundo na obra documental *Dragões* de Miguel Antunes Ramos. O filme anunciado na mostra competitiva central, *Première Brasil*, reconstrói a trajetória política de Jair Messias Bolsonaro, a partir dos 4 mil vídeos publicados em redes sociais do ex-presidente. A capital aparece nos registros como cenário principal de sua carreira política.

Outra representação da capital vem no longa *Ela foi ali guardar o coração na geladeira*, do cineasta brasileiro Gustavo Galvão e de Cristiane Oliveira. A obra conta a história de Luíza, mulher de 27 anos que, certo dia, recebe vídeos de um estranho no Uruguai. O que parecia enganoso contém fatos reveladores a respeito do passado da família dela. O Festival do Rio fará a estreia do longa-metragem em solo brasileiro, depois de exibições internacionais na França e no Uruguai.

Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco



Reta final das eleições exige atenção a regras de propaganda

Maria Eduarda Lavocat

As campanhas eleitorais entram na reta final com a chegada do primeiro turno neste domingo. Nesse período, que antecede o dia da votação, as regras para candidatos e eleitores ficam ainda mais restritas, especialmente para evitar práticas de coação, assédio eleitoral e a disseminação de desinformação capaz de interferir na decisão do eleitorado nos últimos dias, inclusive, com o uso de conteúdos produzidos ou manipulados por inteligência artificial.

Com essas mudanças, surgem dúvidas sobre os limites para a manifestação dos eleitores: até onde vai a liberdade de expressão? Quais condutas podem caracterizar ilícito ou crime eleitoral? Quais práticas podem resultar em multa ou retirada de conteúdo? Para esclarecer as regras dos últimos dias antes da votação e do próprio domingo, o caderno *Direito & Justiça* ouviu a advogada especialista em direito eleitoral e vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-DF, Priscilla Sodré. Ela explica o que candidatos e eleitores podem ou não fazer e quais são as possíveis consequências em caso de irregularidades.

As mudanças nas regras eleitorais já começaram. Priscilla explica que a legislação estabelece restrições à prisão de candidatos e eleitores no período que antecede e sucede a votação, como forma de garantir o livre exercício do direito ao voto. Desde terça-feira desta semana até 6 de outubro, a medida está em vigor. “Mas há exceções previstas em lei, como prisão em flagrante delito, condenação por crime inafiançável e desrespeito a salvo-conduto”, detalha.

A partir de hoje, termina a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, além da propaganda paga ou impulsionada na internet. Amanhã, chega ao fim a propaganda paga em jornais e revistas. No sábado, às 22h, acaba o prazo para a distribuição de material gráfico e a realização de caminhadas, carreatas e passeatas.

Nesta quinta-feira, também fica proibida a publicação, a republicação e o impulsionamento de novos conteúdos sintéticos produzidos ou manipulados por inteligência artificial, dentro das hipóteses previstas pela legislação eleitoral. Dessa forma, em 30 de setembro foi o último dia para a divulgação desse tipo de material. “A restrição, no entanto, não significa o fim de toda propaganda eleitoral na internet”, declara a advogada.

Priscilla explica que os candidatos ainda podem fazer propaganda orgânica em suas próprias redes sociais até a véspera da

maurenilson



eleição, desde que respeitadas as demais regras eleitorais. No domingo, porém, a propaganda eleitoral na internet é proibida.

Para o eleitor, as regras são diferentes. A especialista destaca que o eleitor não pode impulsionar propaganda eleitoral. No dia da votação, ele pode manifestar sua preferência de forma individual e silenciosa, inclusive nas redes sociais, mas não pode transformar essa manifestação em propaganda ou pedido de voto. “Falar sobre as qualidades de um candidato é diferente de pedir voto, enfatizar o seu número e conchamar os seguidores a votar”, explica.

A advogada chama atenção para os conteúdos compartilhados em aplicativos de mensagens. Segundo ela, o compartilhamento de uma publicação de campanha recebida pelo WhatsApp pode, dependendo das circunstâncias, ser considerado uma forma de propaganda eleitoral. “A fiscalização, porém, é mais difícil em ambientes privados e de circulação restrita, o que não significa que essas plataformas estejam fora do alcance das regras eleitorais”, destaca.

Priscilla define a boca de urna como “a tentativa de convencer eleitores a votar em determinado candidato ou partido no dia da eleição,

inclusive por meio da entrega de santinhos ou colinhas”. Por isso, é importante ficar atento, já que a prática pode ocorrer de forma sutil e até mesmo não intencional, como ressalta a advogada.

“Um exemplo é o de um eleitor que tem muita afinidade com seu candidato e encontra, na fila de sua seção, uma pessoa que expressa indecisão. Nesse caso, o correto é não manifestar sua intenção de voto, já que isso configura boca de urna”, detalha.

Os eleitores, por outro lado, podem manifestar individualmente e de forma silenciosa sua preferência política no dia da votação, inclusive por meio de camiseta, adesivo, broche ou outro elemento que identifique o candidato ou partido. O que a legislação veda é a manifestação coletiva. A norma proíbe a “aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, bem como os instrumentos de propaganda, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos”.

Nesse sentido, outro ponto ao qual os eleitores devem ficar atentos é a formação de uma manifestação coletiva de forma espontânea. Essa conduta pode caracterizar boca de urna. “Por exemplo, um eleitor sai de casa com os símbolos

e a camisa de seu candidato e, por acaso, encontra amigos com roupas semelhantes. Eles acabam decidindo passar o restante do dia juntos, acompanhando os resultados das eleições”, explica.

A advogada também define que o ilícito ou a irregularidade eleitoral ocorre quando uma pessoa, partido ou candidato descumpra normas da legislação eleitoral. Já o crime eleitoral ocorre quando a conduta está prevista na legislação penal eleitoral, especialmente no Código Eleitoral e em leis específicas. “Dependendo da irregularidade, as sanções podem variar da suspensão de conteúdo até penas de detenção ou consequências relacionadas à candidatura”, declara Priscilla.

A advogada afirma que, no dia da eleição, determinadas condutas de propaganda podem configurar crime, assim como a boca de urna e a divulgação de pesquisa fraudulenta. Em qualquer momento, também pode configurar crime a divulgação de fatos que a pessoa sabe serem inverídicos, nas hipóteses previstas pela legislação. Para denunciar irregularidades, Priscilla recomenda o aplicativo Paldal, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “É um jeito simples e fácil de denunciar irregularidades”, afirma.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Ed Alves/CB/D.A Press



Indignação pela insegurança jurídica no registro de candidaturas ficha suja

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) divulgou nota em que manifesta indignação com a demora do Supremo Tribunal Federal (STF) em concluir o julgamento da ADI 7881, que trata das alterações promovidas pela Lei Complementar 219/2025 na Lei da Ficha Limpa. A quatro dias do primeiro turno das eleições, o MCCE considera urgente uma definição dos ministros sobre regras de inelegibilidade que podem produzir efeitos concretos sobre candidaturas e sobre o próprio processo eleitoral. Sem um julgamento, a lei está em vigor e pode beneficiar políticos ficha suja, mesmo se depois o STF considerar a lei inconstitucional. Até o momento, três dos 10 ministros já disseram que as regras são inconstitucionais, com uma diferença: Gilmar Mendes votou pela manutenção da lei para esta eleição e suspensão para a próxima.

Manipulação

As deepfakes durante a campanha podem ter chegado a pelo menos 30% dos eleitores brasileiros. É o que aponta pesquisa Indexa Broadcast, realizada entre os dias 27 e 29 de setembro. Três entre 10 entrevistados disseram que receberam ou viram, nesse período eleitoral, alguma imagem, vídeo, áudio ou texto que suspeitaram ter sido criado ou alterado com o uso de inteligência artificial. Outros 58% afirmam não ter identificado esse tipo de material durante a campanha — o que não significa que nenhum deles tenha esbarrado em algum tipo de manipulação — e 12% não souberam responder.



Reação

A pesquisa também investigou como os eleitores que identificaram esses conteúdos reagiram diante da suspeita: 48% afirmam que ignoraram o material e não fizeram nada. Apenas 18% procuraram verificar se o conteúdo era verdadeiro. Outros 14% apagaram ou excluíram o material e 12% denunciaram o conteúdo na rede social ou aplicativo. Uma parcela menor, de 3%, compartilhou ou encaminhou o conteúdo, enquanto 2% bloquearam ou deixaram de seguir o responsável pela publicação.

Novo corregedor-geral da Justiça Eleitoral

Às vésperas do pleito de domingo, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Ricardo Villas Bôas Cueva foi eleito, nesta terça-feira (29/9), corregedor-geral da Justiça Eleitoral. Ele substitui o ministro Antonio Carlos Ferreira, que deixou o TSE após o fim do mandato. Cabe ao corregedor-geral da Justiça Eleitoral fiscalizar a regularidade dos serviços eleitorais em todo o país.



Divulgação

"O cidadão brasileiro espera do Estado probidade e respeito à lei. Espera também que as políticas públicas funcionem, que os serviços sejam prestados e que os recursos públicos produzam resultados aos cidadãos"

Ex-senador Rodrigo Pacheco ao tomar posse ontem como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)



Divulgação



Rosinei Coutinho/STF

Tom sóbrio e comprometimento

"Em um ambiente de temperatura elevada, Vossa Excelência tem mantido o tom sóbrio, a palavra medida e o comprometimento integral com a manutenção da constância, da tranquilidade e do ethos decisório do Tribunal". A frase é do ministro Gilmar Mendes, decano do STF, em homenagem ao ministro Edson Fachin, que completa um ano na presidência da Corte. Depois daquela sessão de confrontos, em 15 de setembro, em que Fachin manteve a serenidade, apesar do chumbo trocado, essas palavras parecem apropriadas.

Recurso abre a história

Chegou ontem ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o primeiro recurso especial de sua história autuado de acordo com os novos critérios da sistemática da relevância da questão federal, previstos no artigo 105 da Constituição, na Lei 15.484/2026 e na Emenda Regimental 55/2026. O recurso foi distribuído ao ministro Herman Benjamin, da Primeira Turma, e trata de uma execução fiscal.



Divulgação



Divulgação

Vieira e Serra Advogados cria área especializada em shopping centers e anuncia novo sócio

O Vieira e Serra Advogados anunciou a criação de uma área especializada em shopping centers, que será liderada pelo advogado Gabriel Gambôa, novo sócio da banca. A frente será dedicada exclusivamente à assessoria de empreendedores e administradoras de centros comerciais, com atuação consultiva e contenciosa. Gabriel Gambôa atua há 16 anos no segmento. Entre 2010 e 2021, coordenou as áreas consultiva e contenciosa dos shopping centers das Organizações Paulo Octávio, em Brasília, e, desde então, presta assessoria a empreendimentos do setor. O advogado integrou a Comissão de Direito Empresarial da OAB/DF e é membro do IBRADIM.

ENTREVISTA — CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, procuradora do MP de Contas do DF

Ouvidoria do MPCDF completa 15 anos de aproximação com a sociedade

Ana Maria Campos

Há 15 anos, a Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal atua como um canal de participação da sociedade e de apoio à fiscalização dos recursos públicos. Nesse período, a unidade enfrentou desafios como a falta de quadro próprio e de autonomia administrativa e financeira, mas também ampliou a integração com outras instituições, a acessibilidade dos serviços e o uso das manifestações dos cidadãos como fonte estratégica para o controle externo. Em entrevista ao Direito&Justiça, a procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira fala sobre a trajetória da Ouvidoria, as transformações no perfil das demandas, as conquistas e os próximos desafios para aproximar ainda mais a instituição da sociedade.

A Ouvidoria do Ministério Público de Contas do DF completa 15 anos. Quais foram os principais desafios?

Sem dúvida, fazer mais com muito pouco. A nossa Ouvidoria não possui quadro próprio, e o MPCDF não possui autonomia administrativa e financeira, uma distorção que, infelizmente, vem de nossa Constituição Federal. Com isso, servidores, por exemplo, precisam ser cedidos pelos gabinetes de procurador, uma mão de obra que faz falta no dia a dia, mas que é absolutamente necessária para fazer a Ouvidoria funcionar, a fim de que possa ser, de fato, um canal efetivo entre a sociedade e o controle externo, e, não apenas, uma unidade de recebimento de manifestações.

E as principais conquistas?

A maior conquista foi contribuir para que a Ouvidoria se coloque, de fato, como um instrumento de participação social, transparência e apoio ao controle externo. Para isso, avançamos na integração com outras instituições, especialmente por meio da Rede Ouvir-DF; na acessibilidade dos nossos serviços e no reconhecimento de que as manifestações dos cidadãos constituem informação estratégica para o trabalho do Ministério Público de Contas.

Quais são os serviços prestados pela Ouvidoria do MPCDF e como o cidadão pode se dirigir a ela?

A Ouvidoria recebe denúncias, reclamações, sugestões, elogios, solicitações e pedidos de informação relacionados às atividades do MPCDF e à fiscalização dos recursos

Arquivo Pessoal



“Nossa prioridade é tornar a Ouvidoria cada vez mais acessível, integrada e capaz de transformar manifestações em inteligência para o controle externo”

públicos distritais. O cidadão pode nos procurar presencialmente, no 8º andar do prédio do TCDF, que fica do lado do Palácio do Buriti, ou pelo nosso site (<https://mpc.tc.df.gov.br/ouvidoria/competencias-do-mpc/>), e-mail (mpc_df_ouvidoria@tc.df.gov.br) e, ainda, pelo telefone e WhatsApp (61) 3314-2891. Nosso compromisso é oferecer um canal simples, acessível e seguro de participação.

Ao longo desses 15 anos, quais foram as principais transformações no perfil das manifestações recebidas pela Ouvidoria e nas demandas apresentadas pelos cidadãos?

As demandas se tornaram mais diversificadas e complexas. Além das manifestações tradicionais, o cidadão passou a exigir mais transparência, acesso à informação e respostas rápidas. A transformação digital também mudou profunda e drasticamente a forma de interação com a Ouvidoria e trouxe novos desafios, inclusive relacionados à qualidade, à autenticidade e ao tratamento das informações recebidas.

De que maneira as manifestações da sociedade contribuem para o

dos canais existentes; garantindo a acessibilidade e com a disposição real de dialogar com o controle social em todas as situações em que formos competentes.

No dia de hoje, haverá um evento comemorativo para celebrar os 15 anos da Ouvidoria do MPCDF. O que está sendo preparado e o que o público pode esperar do evento?

Será, sobretudo, um momento de celebração e reflexão. Faremos o lançamento da Revista Comemorativa dos 15 anos da Ouvidoria do MPCDF, que reúne 11 artigos e 19 autores, com contribuições de integrantes da Rede Ouvir-DF, especialistas e representantes da sociedade civil. Também homenagearemos, com orgulho, nossos ex-Ouvidores e os autores da publicação. O encerramento contará com palestra da Dra. Rose Cyrillo, referência nacional em Ouvidoria Pública, integridade e prevenção aos assédios.

Olhando para o futuro, quais são as prioridades e expectativas para a Ouvidoria do MPCDF?

Nossa prioridade é tornar a Ouvidoria cada vez mais acessível, integrada e capaz de transformar manifestações em inteligência para o controle externo. Queremos avançar no uso responsável da tecnologia; fortalecer a análise de dados; ampliar a inclusão e a acessibilidade e intensificar a cooperação com outras ouvidorias e com a sociedade. A tecnologia deve aproximar o cidadão, nunca criar uma nova barreira.

Que mensagem a senhora gostaria de deixar para os cidadãos que utilizam ou podem utilizar esse canal de participação e controle social?

O controle social tem nas Ouvidorias uma ferramenta poderosa de fiscalização e acompanhamento das políticas públicas, no combate à corrupção e à má gestão. Cada denúncia, sugestão, reclamação ou pedido de informação pode contribuir para melhorar a gestão e proteger os recursos públicos. Não tenham medo! A nossa Ouvidoria também recebe denúncias anônimas, porque sabemos que o temor de retaliações é real. Após o protocolo, todas essas manifestações são cuidadosas e tecnicamente analisadas pelos procuradores do MPCDF, de acordo com as suas áreas de atuação. Queremos que a sociedade conheça, utilize e confie nesse canal. A Ouvidoria só cumpre plenamente sua missão quando o cidadão participa.

trabalho do Ministério Público de Contas e para o aprimoramento da fiscalização e do controle dos recursos públicos?

Elas funcionam como uma importante fonte de informação para o controle externo. Muitas vezes, é o cidadão que identifica primeiro uma falha na prestação de um serviço, uma irregularidade ou uma situação que merece ser fiscalizada. Quando tratamos essas manifestações de forma qualificada, transformamos a escuta da sociedade em informação capaz de orientar e aprimorar a atuação institucional. Os dados também compilados anualmente podem identificar e focar áreas de interesse para a melhoria de serviços, política e governança públicos.

Além de receber reclamações e denúncias, a Ouvidoria também desempenha um papel de aproximação entre a instituição e a sociedade. Como fortalecer esse diálogo e ampliar a participação dos cidadãos no controle da administração pública?

Precisamos ir além de esperar que o cidadão procure a instituição. É necessário aproximar a Ouvidoria da sociedade, com uma linguagem simples, ampliando a divulgação

Visão do Direito



Paulo Maurício Siqueira, Poli

Presidente da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF)

O espelho do povo

Na manhã de terça-feira, 29 de setembro, estive no Centro de Operações da Justiça Eleitoral, acompanhando a carga e a lacração das urnas eletrônicas para a eleição do próximo domingo, 4 de outubro. Ali, mais do que cumprir o papel fiscalizador que a Ordem dos Advogados do Brasil tem instituído, quis contribuir para que a vontade soberana de milhões de brasileiros, tão diferentes entre si, prevaleça.

O Brasil não é uma linha reta, nem um bloco monolítico. Não existe um brasileiro só, uma vontade única, um molde prévio. Cada um carrega sua história, sua fé, seu sotaque, seu jeito próprio de enxergar o mundo, e é dessa mistura que o país é feito. Grandes filósofos e historiadores já nos revelaram, em profundas reflexões, tanto a força formadora de nossa população quanto as ambiguidades de nossos afetos e de nossos contrastes. O povo é mesmo uma construção inacabada, plural, rica exatamente por suas dores e multiplicidades. O país não pode ser definido por lentes estreitas e rótulos.

A Ordem dos Advogados do Brasil compreende isso, das subseções às seccionais e à representação nacional, como instituição pilar da democracia, e reconhece a grandeza da sociedade civil. A OAB não é de esquerda. A OAB não é de direita. A OAB é da Constituição. Respeitamos as diferenças de credo, de etnia, de pensamento e de visão de mundo. Sabemos que há divergências profundas, e elas são legítimas.

Elegeremos, neste mês de outubro, presidente e governadores, mas também

formaremos o novo Congresso Nacional, espelho do povo. Nele cabem todos os sentimentos da nação, todas as matrizes culturais, as visões mais conservadoras e as mais progressistas. O parlamento existe para abrigar a totalidade, e não apenas a fração que porventura fale mais alto. Se a democracia perder a capacidade de conviver com o contraditório, ela deixa de ser democracia e passa a ser imposição.

Essa convicção exige coerência intransigente. A OAB é apartidária por dever e pró-democracia por convicção. Para cobrar retidão do processo eleitoral, precisamos começar por nossa própria casa.

Assim fizemos ao longo da história da instituição. Um exemplo prático deste ano: em fevereiro, aprovamos no Conselho Pleno da OAB/DF resolução interna rigorosa. Determinamos o afastamento imediato de qualquer dirigente ou membro que declarasse pré-candidatura, e proibimos de forma terminante o uso das dependências, eventos ou canais de comunicação da Ordem para fins de propaganda eleitoral. Quem fiscaliza as regras não pode, em hipótese alguma, flertar com a disputa.

No Distrito Federal, sabemos, também, que a responsabilidade da Ordem tem contornos singulares. O nosso TRE tem alcance que ultrapassa em muito o nosso chamado “quadradinho”. Além de organizar as seções eleitorais de nossas regiões administrativas, o TRE-DF coordena a votação no exterior, permitindo que mais de um milhão de compatriotas distribuídos ao redor do planeta exerçam seu direito

fundamental de escolha. Daí nossa presença no Centro de Operações da Justiça Eleitoral ser uma de nossas atividades fundamentais.

Sabemos, ainda, que um ambiente verdadeiramente democrático não tolera intimidações. E agimos: em junho, lançamos o Observatório de Combate à Violência Política de Gênero e Grupos Minorizados da OAB/DF, por meio da nossa Comissão de Direito Eleitoral. Em setembro, estivemos com o presidente da Corte regional, desembargador Angelo Passareli, para apresentar proposta de cooperação que reúne a Justiça Eleitoral, o Ministério Público e a Polícia Federal, com o objetivo de dar resposta rápida a qualquer ilícito ou agressão no território da capital federal.

Em plano nacional, o Conselho Federal da OAB instituiu o Observatório Nacional das Eleições Gerais para monitorar a normalidade do pleito e esteve presente, no início de setembro, na cerimônia solene de assinatura digital e lacração dos sistemas eletrônicos de votação.

O Conselho Federal firmou dois acordos essenciais com a Justiça Eleitoral para zelar pela dignidade de quem vota. O primeiro visa a oferecer transporte individual gratuito no dia do pleito a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e dá suporte logístico ao voto de povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais, com vedação absoluta de qualquer uso eleitoral do serviço.

O segundo acordo inseriu a OAB na Sala Nacional de Situação Climática e criou rede de apoio mútuo para que enchentes ou secas extremas não impeçam os brasileiros de

exercer sua cidadania.

Somam-se a isso nossa adesão formal ao Pacto Nacional pela Paz e Tolerância e uma parceria sólida com o Ministério Público do Trabalho no combate implacável ao assédio eleitoral.

Porém, a confiança no sistema eleitoral não se impõe por decretos ou palavras vazias. Ela se constrói com abertura técnica: testes públicos de segurança, código-fonte aberto à verificação dos órgãos fiscalizadores e acompanhamento presencial a cada etapa da preparação. A desconfiança se combate com transparência.

No domingo, 4 de outubro, precisamente às 7 horas da manhã, cada urna, perante fiscais e comunidade, imprimirá a zerésima, para comprovar que a memória da máquina está zerada, sem registro de qualquer voto antes da abertura oficial dos trabalhos, marcada para as 8 horas. Ao final do dia, os boletins de urna impressos e afixados nas portas das salas de votação permitirão a qualquer cidadão conferir os resultados apurados.

Durante todo o processo, a Seccional do Distrito Federal da OAB permanecerá de prontidão e assim será até a diplomação dos eleitos.

Reafirmo que não trabalhamos por um candidato, por uma bandeira partidária ou por uma ideologia circunstancial. Estamos vigilantes para que se cumpram as regras do jogo democrático, porque elas são a única garantia de que seguiremos livres, plurais e em paz, numa sociedade em que cada brasileiro, pense como pensar, respeite a Constituição Federal e se veja representado na sua escolha.

Visão do Direito



Debora Cursine

Advogada especialista em direito do trabalho

Assédio eleitoral no trabalho: política pode ser assunto na empresa, pressão por voto não

A medida que as eleições se aproximam, tenho percebido que uma dúvida começa a aparecer com mais frequência nas relações de trabalho: até onde empregadores, gestores e colaboradores podem falar sobre política dentro da empresa? A resposta exige equilíbrio.

Conversar sobre política, manifestar uma preferência ou ter opiniões diferentes faz parte da liberdade individual. O problema começa quando a hierarquia, o poder econômico

ou a própria relação de emprego são utilizados para tentar influenciar a escolha política de alguém.

É aí que entramos no campo do assédio eleitoral no trabalho. Na prática, ele pode aparecer de maneiras bastante claras, como uma ameaça de demissão caso determinado candidato vença. Mas também pode ocorrer de formas mais sutis: promessas de benefícios, pressão para participar de atos políticos, reuniões direcionadas a defender uma

candidatura ou insinuações de que determinada escolha poderá trazer consequências profissionais.

Costumo destacar que o ponto central não é a opinião política do empregador ou do gestor, mas o peso que essa opinião pode assumir diante de quem depende daquela relação de trabalho.

Também é preciso atenção às decisões tomadas dentro da empresa. Uma promoção, uma demissão, a concessão de benefícios ou

a distribuição de oportunidades não podem funcionar como prêmio ou punição pelo posicionamento político de um colaborador.

Como advogada trabalhista e empresarial, acredito que esse é um tema que precisa ser tratado pelas empresas antes que um problema aconteça. Orientar gestores, estabelecer limites claros e manter canais seguros para relatos são medidas importantes não apenas para reduzir riscos jurídicos, mas para preservar relações profissionais saudáveis.

Visão do Direito



Souza Prudente

Desembargador federal aposentado, bacharel em direito pelas Arcadas do Largo São Francisco (Uma SP). Mestre e doutor em direito ambiental pela UFPE. Pós-doutor em direitos humanos pelas Universidades de Salamanca (Espanha) e de Pisa (Itália)

Direito-dever de votar no meio ambiente hospitalar

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos (artigo 14, §1º, incisos I e II, alíneas a, b e c). O mesmo texto magno também determina que “é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; II - incapacidade civil absoluta; III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º (art. 15, caput e respectivos incisos I a V).

A Carta Magna também nos conclama a construir uma sociedade solidária, justa e livre, repudiando todo tipo de discriminação para um desenvolvimento sustentável, visando o bem-estar de todos, como fundamento da República Federativa do Brasil (CF, artigo 3º, incisos I, II e IV). A cidadania ativa e passiva,

de que nos falava Pimenta Bueno, no século XIX, e que fora apregoada na Declaração dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas, em 1948, com a determinação de que “todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (art. 21), já adquiriu nova dimensão, no terceiro milênio.

Com razão, pois, Carmem Lúcia Antunes Rocha, quando diz “que hoje a cidadania não se afirma apenas em uma cidade, quer dizer, o cidadão não é mais considerado em tal condição pela sua tão-só condição de membro de uma determinada sociedade política. Os direitos — especialmente os direitos fundamentais individuais, sociais e os denominados direitos difusos ultrapassaram as fronteiras territoriais do Estado. (...) Rompem-se as barreiras, inclusive materiais, que o Estado burguês cuidou de construir no início da era moderna. A soberania ainda é, em grande parte, do poder de um povo de um Estado. Mas a cidadania é maior que o Estado; os direitos do povo interessam a todos os povos de todos os Estados. Os direitos fundamentais

têm a fraternidade despida da farda normativa que o Estado Moderno cuidara de esculpir. Trouxeram-na ao experimento diário de cada cidadão, a se obrigar pelo seu semelhante em outro ponto do Planeta, a revoltar-se contra os maus governos de todos os Estados que os tenham assim, a rebelar-se contra todas as formas de corrupção que lesem os homens.”

Neste nosso país continental e em diversos países deste planeta, milhares de pessoas que estejam hospitalizadas no pleno uso de suas faculdades mentais (com exceção daquelas que estão em coma, incomunicáveis) e que se acham plenamente habilitadas ao exercício do voto obrigatório ou facultativo, mediante atestado dos médicos que os assistem nessas inúmeras unidades hospitalares no Brasil e no Exterior, para uma eleição plena e democrática.

Não se deve olvidar que a dignidade da pessoa humana e a cidadania são pilares fundamentais da República Federativa do Brasil e nosso Estado Democrático de Direito (CF, artigo 1º, incisos I e II) e que as milhares de pessoas que seguem hospitalizadas nos períodos eleitorais e que são absolutamente capazes, no pleno

gozo de seus direitos civis e políticos e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses de perda ou suspensão desses direitos políticos, nos termos da Carta Política Federal, podem e devem exercer seu direito de votar, mediante autorização médica, devendo as Cortes Eleitorais adotarem as medidas necessárias para a colheita desses votos no Brasil e no Exterior, onde exista algum brasileiro ou brasileira, nas condições aqui expostas, preservando o sigilo das urnas sempre.

Há de ver-se que tal procedimento se impõe por determinação expressa do comando constitucional acima exposto, dispensando-se qualquer Resolução nesse sentido pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral, bem assim pelas Cortes Regionais Eleitorais do Brasil. Garantir o direito-dever ao voto, nesse contexto excepcional, é um dever constitucional de todos que se empenham pela afirmação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, o direito-dever ao voto manifesta-se como um ato público de soberania popular no cenário democrático do Estado de Direito.

Visão do Direito



Tatiana Ring Kanas

Especialista em direito tributário, sócia do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

IBS e CBS: quem ficará com os ganhos e as perdas nos contratos já assinados?

A transição para o IBS e a CBS, os novos tributos sobre o consumo criados pela Reforma Tributária sobre o Consumo, deve ampliar as disputas sobre contratos empresariais de médio e longo prazo. Contratos longos de fornecimento, distribuição, prestação de serviços, locação, construção e concessões atravessarão a transição da Reforma Tributária, entre 2026 e 2032, no qual os tributos atuais coexistirão com o IBS e CBS.

E há uma questão que ganha espaço à medida que o novo sistema entra em funcionamento: quem ficará com a diferença econômica produzida pela reforma nos

contratos já assinados? O IBS e a CBS trazem uma lógica diferente de tributação, com alterações nas regras de não cumulatividade, apropriação de créditos, formação do preço e benefícios fiscais, entre outros elementos da equação original.

A discussão não será resolvida apenas pela comparação das alíquotas. A análise da carga efetivamente suportada pela empresa dependerá dos créditos que poderão ser apropriados, da composição de seus custos e dos impactos na cadeia de fornecimento.

Cláusulas sobre responsabilidade tributária, formação de preço e equilíbrio econômico-financeiro podem produzir efeitos

distintos. Se a reforma aumentar de forma comprovada a carga tributária e romper a equação originalmente contratada, poderá haver espaço para recomposição. Se reduzir o custo tributário, a mesma lógica poderá operar em sentido inverso.

Nos contratos com a Administração Pública, já há previsão legal de ajustes quando houver alteração da carga tributária efetivamente suportada em razão do IBS e da CBS, desde que comprovado o desequilíbrio.

Nos contratos privados, a redação das cláusulas contratuais será de vital importância. Cláusulas de true-up, repasse de créditos, transparência fiscal e vedação à revisão

unilateral podem ajudar a distribuir riscos e reduzir controvérsias.

Cada contrato deve ser analisado individualmente. É preciso definir quem suporta alterações tributárias, como serão tratados créditos e benefícios, quando uma alteração será considerada relevante e como eventual reequilíbrio será calculado.

A Reforma Tributária sobre o Consumo não está apenas mudando a forma de calcular tributos. Também está redistribuindo ganhos e perdas, inclusive em contratos já estabelecidos. Identificar quem deve suportar essa diferença pode ser tão importante quanto calcular o próprio IBS e a CBS.

Visão do Direito



Jaques Reolon

Advogado, presidente da Associação Nacional dos Advogados nos Tribunais de Contas do Brasil (Anatrimon), vice-presidente da Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados; mestre em direito administrativo e doutor em direito constitucional

Proibição das bets por medida provisória: como ficam os estados e os operadores?

Em 25 de setembro, foi publicada a medida provisória que proíbe as apostas de quota fixa em todo o país. Em trinta dias, as autorizações concedidas desde 2025 estarão extintas; em 10, sites e aplicativos devem sair do ar. Cada operador pagou até R\$ 30 milhões por autorização federal de cinco anos, e a MP declara que nada será devolvido nem indenizado.

O que são bets?

Loteria é o gênero; bet é uma de suas espécies. Nas loterias tradicionais, como as da Caixa, o resultado vem de sorteio aleatório e o prêmio é mutualista: parte da arrecadação é rateada entre os acertadores, sem risco para o operador. Na bet, ou aposta de quota fixa, criada pela Lei 13.756/2018 e regulada pela Lei 14.790/2023, o resultado depende de evento real e o apostador sabe de antemão quanto receberá, pela cotação (odd). O operador atua como banca e assume o risco.

A proibição por MP foi adequada?

A medida provisória é instrumento de urgência, e o STF já admitiu afastá-la quando a

urgência é evidentemente ausente. As apostas estavam reguladas e fiscalizadas pela própria União havia quase dois anos; não viram emergência de um dia para outro. Há vício mais grave. Desde 2001, como reação ao bloqueio das poupanças, a Constituição proíbe que medida provisória disponha sobre retenção ou sequestro de bens, poupança popular ou qualquer ativo financeiro. A MP faz exatamente isso: congela recursos, imobiliza saldos e institui perdimento administrativo. A vedação constitucional se define pelo objeto, não pela intenção. Esse vício formal dispensa o juiz de opinar sobre a política pública: discute-se só o instrumento.

O pacto federativo foi observado?

Em 2020, o STF decidiu que a União legisla sobre loterias, mas não tem exclusividade para explorá-las. Estados instituíram loterias próprias e concederam a quota fixa a empresas privadas; participamos da implantação na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Cabe à União definir as modalidades, e ela sustentará que extinguir a quota fixa é competência

sua. Mas a MP vai além: extingue contratos estaduais, ato privativo de outro ente, impõe deveres aos Estados e declara que nada devem a quem contratou de boa-fé. Isso fere a autonomia do art. 18 da Constituição.

Haverá direito a indenizações?

A Constituição garante a propriedade e, quando permite tomá-la, exige indenização justa, prévia e em dinheiro. A perda sem qualquer indenização só existe como pena, nos casos de cultivo de drogas e trabalho escravo. A MP inverte a lógica: retira direito de quem agiu lícitamente, sob autorização onerosa, invocando o interesse público, que é justamente a causa que gera o dever de indenizar. A Convenção Americana de Direitos Humanos, de hierarquia suprallegal segundo o STF, assegura o mesmo. A encampação, retomada de serviço delegado, exige lei específica e indenização prévia; a MP usa a mesma causa e suprime a consequência. Cabem a devolução proporcional da outorga, os danos emergentes pelos investimentos induzidos e, com menor chance, lucros cessantes.

Pode-se considerar um confisco administrativo?

A MP autoriza o perdimento de valores bloqueados sem processo judicial, destinando-os ao fundo de segurança pública. O perdimento administrativo existe na esfera aduaneira, mas aqui o objeto são ativos financeiros, vedados à MP; a perda de bens é pena e exige devido processo; e a destinação a fundo público revela caráter sancionatório. Contraditório administrativo não substitui jurisdição, sobretudo quando o patrimônio pode ser de apostadores.

O que os estados e os operadores podem fazer?

Nas ADPFs 492 e 493 e na ACO 3696, o STF fixou que os Estados explorem loterias em seus territórios e só a União atua em âmbito nacional. A União pode extinguir a modalidade, mas não contratos estaduais nem serviço público estadual em seu território. Os Estados podem acionar o STF (ADI e ação cível originária) ou a Justiça Federal; os operadores, o mandado de segurança e ações indenizatórias. O que não cabe é esperar: em trinta dias a extinção se consuma.

Visão do Direito



Marcus Vinicius Vita

Mestre e doutor em direito constitucionais e membro da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB

A contribuição da composição extrajudicial para o sistema de Justiça

O Judiciário é uma das portas do sistema judicial, mas não precisa ser a primeira a se abrir diante de toda pretensão. A Justiça não é menor quando uma questão é solucionada pelo diálogo, por meio de instrumentos como conciliação, mediação ou plataformas de acordo para casos em massa. É essa compreensão que torna especialmente relevante o Tema Repetitivo 1.396, que coloca diante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma questão que, embora processual na forma, é muito mais ampla no conteúdo. O tribunal vai definir se, em ações prestacionais decorrentes de relações de consumo, a parte precisa demonstrar que buscou uma solução extrajudicial antes de ingressar em juízo. Trata-se de um marco histórico, uma vez que definirá o papel dos métodos autocompositivos. Nesse contexto, é razoável que os acordos sejam reconhecidos como parte do próprio sistema de Justiça. O valor de uma resposta, afinal, é ela ser adequada ao problema, e não o fato de ter sido dada por sentença.

Cabe destacar que o debate não é sobre

a imposição de acordos, o que seria um paradoxo, nem sobre a criação de barreiras extrajudiciais para o acesso à Justiça. A discussão é sobre integrar ao processo judicial, em determinadas situações, a tentativa de composição extrajudicial. Os dados mostram que essa é uma medida urgente. Só em 2025, ingressaram no Judiciário mais de 40 milhões de novos processos, o maior volume da série histórica computada pelo CNJ.

Seria benéfico que o Tema 1.396 resultasse no reconhecimento da busca pelo acordo como uma das portas legítimas para o início da solução de controvérsias, preservando o Judiciário como a garantia essencial, mas sem ser o destino automático de toda divergência. Esse julgamento pode, portanto, produzir um efeito estrutural e representar um divisor de águas na prestação jurisdicional. A própria dimensão da controvérsia levou o STJ a realizar, em maio deste ano, duas sessões de audiência pública para ouvir diferentes setores sobre os impactos processuais e sistêmicos da discussão. Há situações que exigem atuação judicial imediata. Há outras em que uma

resposta administrativa séria ou uma negociação efetiva podem resolver a questão sem que ela precise se transformar em litígio.

Se o STJ reconhecer alguma exigência de tentativa prévia de acordo, esse desenho precisará ser construído com cuidado. Não faria sentido transformar a solução extrajudicial em mera formalidade. Em situações urgentes, diante de negativa inequívoca, quando não houver canal minimamente funcional ou quando a espera puder agravar o prejuízo, a exigência não deveria operar como obstáculo.

Também seria um erro reduzir o debate a uma estratégia para diminuir o número de processos no Judiciário. A redução de demandas pode ser consequência, mas não é a ideia central. O ponto principal é reconhecer que nem toda pretensão precisa ser convertida, desde o início, em processo judicial. Algumas podem ser solucionadas antes, com menos desgaste e mais rapidez, sem perda de proteção jurídica.

Isso não significa ignorar a dimensão do problema. O modelo cria, ainda, um incentivo para empresas e instituições. Se a solução

prévia passa a ter peso real, canais de atendimento deixam de ser apenas estruturas formais e precisam se tornar instrumentos efetivos de resposta. A qualidade da composição extrajudicial passa, então, a integrar a própria qualidade do sistema de Justiça.

O processo existe para resolver problemas que exigem intervenção jurisdicional, não para ser o único caminho diante de qualquer pretensão. Por isso, o Tema 1.396 vai além da discussão sobre uma condição para o ajuizamento de determinadas demandas de consumo. Ele coloca em debate a própria forma como compreendemos o sistema de Justiça e o espaço que o consenso deve ocupar dentro dele. O acordo não é uma solução menor, nem simples instrumento para reduzir processos. Quando livre, efetivo e adequado, ele também realiza direitos. O Judiciário permanecerá como garantia quando a composição não for possível, suficiente ou adequada. Reconhecer que a Justiça pode começar antes do processo é compreender que o sistema existe para oferecer soluções, e não apenas para transformar pretensões em ações judiciais.

Visão do Direito



Filipe Denki

Advogado especialista em direito empresarial e reestruturação empresarial

Planejamento sucessório evita conflitos e ajuda a preservar empresas familiares

A sucessão em uma empresa familiar costuma ser associada ao momento em que uma geração deixa de participar da administração do negócio. No entanto, esperar que essa mudança aconteça para só então discutir patrimônio, gestão e responsabilidades pode transformar uma transição natural em uma fonte de conflitos. Sem regras previamente estabelecidas, questões familiares podem se misturar às decisões empresariais e comprometer não apenas os relacionamentos entre os herdeiros, mas também a continuidade da própria atividade.

O planejamento sucessório permite antecipar essas discussões e avaliar diferentes possibilidades enquanto os envolvidos ainda podem tomar decisões com tranquilidade. A proposta não se limita à divisão do patrimônio, mas também envolve a organização da empresa para o momento da mudança de geração. Definir previamente quem poderá participar da administração, como serão distribuídas as participações societárias e quais serão as responsabilidades de cada sucessor ajuda a estabelecer regras mais claras para a transição.

Em negócios familiares, a sucessão envolve uma estrutura empresarial que precisa ser preservada. Participações societárias,

administração, tomada de decisões e relacionamento com sócios, funcionários, fornecedores e clientes podem ser afetados durante uma mudança de geração. Por isso, tratar a sucessão como parte do planejamento do próprio negócio permite que a família considere não apenas os interesses individuais dos herdeiros, mas também as necessidades da empresa e sua capacidade de continuar funcionando.

Um dos pontos que merece atenção é a definição de quem estará, efetivamente, preparado para assumir funções de gestão. Ser herdeiro não significa, necessariamente, estar preparado ou ter interesse em administrar uma empresa. Da mesma forma, nem todos os integrantes da família precisam exercer funções executivas. O planejamento pode estabelecer critérios para a participação na gestão e distribuir responsabilidades de acordo com as características de cada sucessor, evitando que a administração seja definida apenas pelo vínculo familiar.

A falta de organização pode gerar disputas justamente no momento em que a empresa mais precisa de estabilidade. Divergências sobre a administração, a distribuição das participações ou decisões estratégicas podem dificultar o funcionamento

do negócio e afetar investimentos e negociações. Em determinadas situações, os conflitos entre sucessores também podem repercutir na relação com sócios, fornecedores, funcionários e outros públicos que dependem da continuidade da empresa.

A sucessão, assim como uma crise empresarial, não deve ser enfrentada apenas quando o problema já está instalado. Antecipar decisões permite organizar a empresa, estabelecer responsabilidades e reduzir os riscos de conflitos que podem comprometer a continuidade do negócio. Quando existe planejamento, a família tem mais tempo para discutir alternativas, esclarecer expectativas e preparar os integrantes que poderão assumir posições relevantes na estrutura empresarial.

Também é importante considerar que cada família e cada empresa possuem características próprias. Não existe uma única solução que possa ser aplicada indistintamente a todos os negócios familiares. As alternativas jurídicas precisam levar em conta fatores como a composição do patrimônio, o número de herdeiros, a participação de cada sócio, o modelo de administração e os objetivos dos envolvidos. A análise antecipada permite escolher uma estrutura compatível com a realidade daquele negócio.

Outro ponto fundamental é separar, sempre que possível, as questões familiares das decisões empresariais. Relações pessoais e profissionais possuem dinâmicas diferentes, enquanto a empresa precisa continuar tomando decisões relacionadas à sua operação, aos seus resultados e à sua estratégia. Estabelecer regras claras sobre gestão, responsabilidades e participação societária pode proporcionar maior previsibilidade e reduzir a possibilidade de que conflitos pessoais interfiram diretamente no funcionamento da organização.

Por isso, preparar a sucessão deve ser entendido como uma etapa do planejamento empresarial, e não apenas como uma questão relacionada à herança. Discutir antecipadamente quem participará da gestão, como o patrimônio será organizado e quais serão as responsabilidades de cada sucessor pode contribuir para uma transição mais estruturada.

O objetivo não é eliminar todas as divergências que possam surgir, mas criar condições para que elas sejam administradas sem colocar em risco o negócio construído ao longo dos anos. Preservar uma empresa familiar entre gerações significa, portanto, planejar não apenas a transferência do patrimônio, mas também as condições para que a atividade empresarial continue funcionando.

Visão do Direito



Lays Carneiro de O. Bezerra

Integrante do time da área trabalhista de Martorelli Advogados. Possui experiência na atuação em demandas contenciosas e consultivas, com expertise no segmento bancário

O julgamento da ADC 80 e o novo cenário na concessão da gratuidade judiciária no âmbito das ações bancárias na Justiça do Trabalho

Foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 80, que discute as regras de concessão da justiça gratuita previstas no artigo 790 da CLT. O cerne da discussão não opõe o acesso à Justiça à restrição de direitos, mas questiona se a gratuidade deve ser concedida quase automaticamente a quem a requer ou destinada exclusivamente àqueles que dela realmente necessitam. A justiça gratuita é um instituto fundamental que atua como condição de acesso ao Poder Judiciário para trabalhadores em situação de vulnerabilidade real.

A ADC 80, ajuizada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), visa estabelecer critérios mais objetivos para a

concessão do benefício, pondo fim à validade da simples autodeclaração de hipossuficiência.

A implementação desses novos parâmetros traz diversos pontos positivos para a saúde do sistema judiciário. Atualmente, quando o custo de entrar com uma ação se aproxima de zero, estimulam-se demandas improcedentes que consomem recursos públicos. O antigo modelo permitiu que o benefício fosse estendido a parcelas da população com alto poder aquisitivo, como os bancários. Segundo a Consif, 98,7% das ações trabalhistas ajuizadas contra bancos continham pedido de justiça gratuita, deferido em 99,9% dos casos, a despeito de a remuneração média da categoria girar em torno de R\$6 mil a R\$10 mil.

Nesse cenário, a responsabilização pelas despesas do processo possui caráter pedagógico. Quando autores percebem que litigar envolve o risco real de suportar os ônus da sucumbência, reduz-se a litigância temerária e estimula-se a boa-fé processual.

Anteriormente, o TST presumia a hipossuficiência de quem recebia até 40% do teto do RGPS. Acima desse patamar, a jurisprudência permitia a concessão com base em simples declaração, transferindo ao réu o ônus de provar a capacidade financeira do autor.

O Plenário do STF declarou inconstitucional o critério de 40% do teto do RGPS e estabeleceu novas diretrizes. A partir dessa decisão, passa a existir presunção relativa de hipossuficiência apenas para quem recebe

salário igual ou inferior a R\$ 5.000,00 mensais — valor corrigido anualmente —, exigindo-se de quem ganha acima desse teto a comprovação documental.

Adicionalmente, conferiu-se amplo controle ao magistrado para indeferir o benefício caso verifique patrimônio ou renda incompatíveis. As regras foram estendidas a todos os ramos do Judiciário (exceto Juizados Especiais) e aos assistidos pela Defensoria Pública, resultando na invalidação da Súmula 463, I, do TST. A decisão terá efeitos prospectivos (ex nunc).

Assim, a adoção de um limite de renda reequilibra o sistema, garantindo proteção a quem verdadeiramente precisa sem financiar litígios de quem tem plena capacidade econômica.

Visão do Direito



Luis Carlos Alcoforado
Advogado

O exercício arbitrário na edição de medidas provisórias

O processo legislativo brasileiro compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Trata-se de conjunto heterogêneo de espécies normativas, submetidas a regimes constitucionais próprios, inclusive quanto à competência, à iniciativa e ao procedimento de formação.

Nesse sistema, a medida provisória ocupa posição singular. Embora represente aparente inflexão na separação funcional dos Poderes, a Constituição confere ao Presidente da República competência excepcional para editar ato normativo com força imediata de lei. Essa prerrogativa, precisamente porque excepcional e exercida sem a prévia deliberação do Poder Legislativo, não é discricionária em sentido absoluto. O art. 62 da Constituição condiciona seu exercício à presença simultânea de dois pressupostos materiais: relevância e urgência.

Não basta, portanto, que a matéria seja politicamente conveniente, socialmente desejável ou administrativamente útil. Tampouco é suficiente que se revista de importância. Relevância e urgência constituem requisitos cumulativos e indissociáveis, cuja ausência desnatura o instrumento e converte a excepcionalidade constitucional em mecanismo ordinário de produção normativa.

A relevância encerra conceito juridicamente aberto e, por isso mesmo, comporta margem significativa de apreciação política. Essa abertura semântica, contudo, não equivale à inexistência de limites. A relevância constitucionalmente exigida deve transcender a conveniência circunstancial do governo e revelar interesse público qualificado, de dimensão compatível com a excepcionalidade da intervenção normativa imediata. Não se confunde, portanto, com o interesse particular de determinado agente econômico, grupo ou segmento isoladamente considerado, nem pode ser construída apenas a partir das conveniências políticas do momento.

A urgência, por sua vez, apresenta contornos mais objetivamente aferíveis. Urgente é a providência que, diante das circunstâncias concretas, não comporta a espera inerente ao processo legislativo ordinário. A urgência constitucional pressupõe impostergabilidade: deve existir uma relação demonstrável entre o fato contemporâneo e a necessidade de produção imediata de efeitos jurídicos. Se a providência pode aguardar a deliberação parlamentar pelos instrumentos ordinários disponíveis, enfraquece-se justamente o fundamento que autoriza o Presidente da República a antecipar-se ao legislador.

Há, nesse ponto, uma dimensão temporal

que não pode ser negligenciada. A medida provisória é instrumento destinado a responder a circunstâncias presentes que reclamem intervenção normativa imediata, e não expediente destinado a corrigir, por decisão súbita do Executivo, situações conhecidas e toleradas durante largo período. A permanência pretérita do problema, desacompanhada de fato superveniente capaz de modificar substancialmente sua gravidade ou seus efeitos, constitui forte elemento contrário à caracterização da urgência.

Não se pode admitir, por conseguinte, a artificialização da urgência. Se determinada realidade era conhecida pelo Poder Público havia tempo suficiente para a adoção do processo legislativo regular, não é constitucionalmente indiferente que, às vésperas do processo eleitoral, o Executivo a transforme abruptamente em emergência para justificar a edição de medida provisória. A Constituição não autoriza que a inércia estatal produza, por si própria, o requisito constitucional que antes inexistia ou que o próprio Estado deixou deliberadamente de enfrentar.

Sob essa perspectiva, medida provisória destinada a produzir repercussões imediatas sobre o mercado de jogos e apostas, especialmente quando editada em período eleitoral, reclama escrutínio constitucional particularmente rigoroso. A gravidade dos efeitos sociais associados às apostas — inclusive aqueles que atingem a organização econômica das famílias — pode conferir elevada relevância à matéria. Relevância, entretanto, não se converte automaticamente em urgência. É indispensável demonstrar qual circunstância nova tornou inviável aguardar a atuação legislativa ordinária e por que a intervenção imediata passou a ser necessária exatamente naquele momento.

Ausente essa demonstração, a utilização da medida provisória deixa de representar resposta constitucional a uma situação excepcional e passa a revelar risco de instrumentalização conjuntural do poder normativo presidencial. A proximidade das eleições, embora não constitua isoladamente causa de inconstitucionalidade, reforça a necessidade de investigação da contemporaneidade e da autenticidade dos pressupostos invocados, sobretudo quando os fatos utilizados para justificar a providência já eram conhecidos e persistiam sem alteração substancial.

A questão constitucional, entretanto, não se encerra no exame da relevância e da urgência. Ainda que, por hipótese, se reconhecessem presentes os pressupostos autorizadores do art. 62, permaneceria necessário examinar o conteúdo material da medida provisória e seus efeitos sobre situações jurídicas já constituídas.

A atuação normativa superveniente do Estado encontra limites na proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, bem como nos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da livre iniciativa. A alteração prospectiva do regime jurídico de determinada atividade econômica não se confunde com a desconstituição indiscriminada de relações validamente constituídas sob a legislação anterior. Uma coisa é modificar, para o futuro, as condições de exploração de determinada atividade; outra, substancialmente distinta, é atribuir à nova disciplina efeitos ca-

pazes de atingir posições jurídicas consolidadas e relações negociais regularmente constituídas.

No mercado de jogos e apostas, esses efeitos podem percorrer extensa cadeia de relações privadas: autorizações, contratos, investimentos, obrigações assumidas, estruturas empresariais, relações com fornecedores e demais negócios celebrados sob a confiança na estabilidade mínima da ordem jurídica. Conforme a extensão concreta da intervenção, não se estará diante de meros efeitos econômicos reflexos decorrentes de legítima alteração regulatória, mas de efeitos jurídicos diretos sobre situações anteriormente constituídas.

É precisamente nesse ponto que assume relevo o princípio da segurança jurídica. O Estado possui competência para regular atividades econômicas e, presentes fundamentos constitucionais suficientes, pode inclusive restringi-las intensamente. Essa competência, porém, não lhe confere poder irrestrito para desorganizar relações jurídicas constituídas sob a própria ordem normativa que anteriormente instituiu ou autorizou. Quanto maior a intensidade da ruptura regulatória, maior deve ser o ônus argumentativo do Estado quanto à necessidade, adequação, proporcionalidade e disciplina dos efeitos temporais da intervenção.

Também a livre iniciativa não pode ser reduzida a simples fórmula retórica. Elevada pela

Constituição à condição de fundamento da República e princípio da ordem econômica, ela estabelece limite material à atuação estatal, sem excluir, evidentemente, a regulação necessária à tutela de outros bens constitucionalmente protegidos. A questão constitucional relevante não consiste, portanto, em saber se o Estado pode regular ou mesmo restringir a atividade de apostas. Pode. Consiste em determinar como, por qual instrumento, em que momento, mediante quais fundamentos e com quais efeitos sobre situações jurídicas preexistentes essa intervenção pode legitimamente ocorrer.

A proteção da saúde, da economia familiar ou de outros interesses constitucionalmente relevantes pode justificar disciplina legislativa severa sobre os jogos e apostas. Não autoriza, contudo, que os meios constitucionalmente estabelecidos sejam tratados como obstáculos dispensáveis. A legitimidade do fim não sana a inadequação constitucional do instrumento empregado, assim como a relevância social da matéria não supre, por ficção, a inexistência de urgência.

Se, portanto, a situação que fundamenta a medida provisória é antiga, conhecida e desacompanhada de acontecimento superveniente que explique a necessidade de atuação normativa imediata; se sua edição ocorre em contexto eleitoral capaz de conferir benefício político instantâneo à iniciativa presidencial; e se, além disso, seus efeitos alcançam diretamente relações jurídicas e patrimoniais anteriormente constituídas, forma-se quadro constitucionalmente grave.

Nessas circunstâncias, a medida provisória deixa de ser apenas discutível quanto à conveniência política. Passa a suscitar objeções em planos distintos e cumulativos: quanto à validade formal-material de sua edição, pela ausência dos pressupostos de relevância e, sobretudo, de urgência; quanto à legitimidade de seus efeitos temporais, diante da proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito; e quanto à proporcionalidade da intervenção econômica, consideradas a segurança jurídica, a proteção da confiança e a livre iniciativa.

A Constituição admite a excepcionalidade da medida provisória; não admite a excepcionalidade artificializada. O poder conferido ao Presidente da República pelo art. 62 existe para enfrentar circunstâncias que não podem aguardar a resposta legislativa ordinária, e não para converter problemas antigos em urgências de ocasião. Menos ainda pode servir, sob o argumento de tutela de interesses sociais relevantes, como instrumento de ruptura abrupta da estabilidade jurídica que o próprio Estado tem o dever constitucional de preservar.

"O poder conferido ao Presidente da República pelo art. 62 existe para enfrentar circunstâncias que não podem aguardar a resposta legislativa ordinária, e não para converter problemas antigos em urgências de ocasião"

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 1 de outubro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

R MACAÚBA sl 36m2 garagem nasc próx ao metrô R\$ 230 mil. Financ.Tr: 99985-7115.

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qts coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qts pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE

208 BLOCOK apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

J RIBEIRO VENDE

208 BLOCOK apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

216 4qts 2stes gar. Todo reormado 220m² út tr. 99616-4128 c12388

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 GUARÁ

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.3 CRUZEIRO

1.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

DIRETO C/ PROPRIETÁRIO
Q I 03 Vdo casa térrea 3 suítes pisc , garagem p/ 3 carros 99585-8326

DIRETO C/ PROPRIETÁRIO
Q I 03 Vdo casa térrea 3 suítes pisc , garagem p/ 3 carros 99585-8326

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538



Curso de Departamento Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m² próximo QE 19 G II, nasc., canto R\$240 mil, financiamento. Tr: 99985-7115

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovila BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cerca-da, etc... doc Ok. . (61) 98202-7591 ou 99514-7645

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



Facebook
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel**
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS**ÁGUAS CLARAS**

1 QUARTO

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

QD 205 - Condomínio Espaço Línea 1qto sala cozinha americana, garagem, vista livre . Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

102 SUL Bloco K Apto 3qts sendo 1 suite, dce garagem, reformado, vista livre . Aluguel R\$6.800,00 + Condomínio R\$ 1.600,00 Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

110 SUL Bloco C apto 3qts sendo 1 suite, reformado com garagem, vista livre. Aluguel R\$ 6.800,00 + condomínio R\$ 1.600,00 . Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.2 ASA SUL

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

GUARÁ

4 OU MAIS QUARTOS

QE 30 Conj. A Guará II Aluga-se sobrado 5 quartos, 1 suite. Valor R\$5.000 Tratar c/Hugo (61) 99677-2051

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4 ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCRN 704 Norte c/3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

SCRN 712/713 Loja térrea com 378m². Tr: 98134-0001 c18606

ASA SUL

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO no Setor Sul, Gama-DF Tr: 99976-4334.

SOBRADINHO

QD 04 Alugo Excel Loja c/100mt. 2 banheiros, frente pista Ed. Serrano. Tr: 3322-2585/ 99554-8356 SPR Imóveis

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

**DETRAN DF**

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº. 21/2026

Processo 00055-00050246/2025-71. O Detran/DF torna pública a abertura do Pregão Eletrônico SRP nº. 21/2026 no dia 16/10/2026 às 9 h. Objeto: Contratação de empresa especializada para renovação, modernização tecnológica e expansão de licenças Olik, sob sistema de registro de preços, contemplando serviços técnicos especializados e serviços de capacitação e aprimoramento de conhecimento de servidores, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender às demandas do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, conforme as condições constantes no Edital e anexos. Valor: R\$ 16.622.909,59. Prazo de vigência 12 meses. Mais informações no e-mail: licitacao@detran.df.gov.br.

Brasília/DF, 30 de Setembro de 2026.
 ALLANN ALVES VIEIRA DE ANDRADE
 Pregoeiro

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis**
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso site e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

MKF INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS

DE DIVERSOES LTDA CNPJ: 08-455.711/0001-62 convoca o funcionário Hiago Francisco de Oliveira CTPS: 08024380161acomparecer ao seu local de trabalho em 48h desta publicação, sob pena de abandono de emprego (art.482 Letra l da CLT).

MÍSTICOS

CURA IMPOTÊNCIA SEXUAL

ABA . Cura Impotência Sexual e traz o seu amor rápido na palma de sua mão. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Resultado garantido . Sigilo total . 61.99149-8430 Falar c/ Dona Carmem

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

PREVICRED

CRÉDITO PESSOAL - para funcionário público em geral com cheque desconto em folha, déb em conta sem consulta Spc/Serasa 98449-3461

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

KATRINA MEL

20 ANOS seios furando blusa! Faço oral até o fim em homens!! 61 99848-3777

LUCIANA PARAENSE Linda alto nível corpo escul. mass cham.vídeo 61 99627-2204 A. Norte

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego**
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE SER- RALHERIA Com experiência. Oferece: Almoço, + Passagem. Salário a combinar. Entrar em contato: (61) 98428-1582

AJUDANTE DE PE- DREIRO para morar. Tr: 99903-0605.

BARBEIRO - ASA SUL
PROCURAMOS Barbeiro responsável, comprometido e experiente, disponibilidade e flexibilidade de horários. Experiência comprovada. MEI regularizado , buscamos profissional com perfil familiar. Interessados What-sapp (61) 99697-4354

MANICURE, Cabeleireira e design sobrancelha ZAP 99169-3879

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

6.1 NÍVEL BÁSICO

TRABALHADOR RURAL Contrata-se c/ experiência, p/ morar com a família em chácara no Distrito Federal. Exigimos: Nada Consta e referências. Salário e benefícios a combinar . Tr.: 61 99863-6663

DON' DORICA RESTAURANTES

CONTRATA

JARDINEIRO/AJUDANTE De pintura/ Serviços Gerais ((Pieiro)/ Ajudante De Manutenção. rhondurica@gmail.com

NÍVEL MÉDIO

RESTAURANTE CONTRATA

ATENDENTE/ E OPE- RADOR De Caixa. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

AUXILIAR ADMINIS- TRATIVO (A) com exper. informática, organização documental, atendimento ao público. Salário + VT +VR. Tag. Sul. Enviar CV para: empregoextintores@gmail.com

CONTRATA-SE

AUXILIAR DE ESCRI- TORIO / Almozarife com Experiência e c/ CNH. Enviar currículo: rh.escavo@gmail.com

SUBGERENTE, ATEN- DENTE , Cozinheira e sushimam . Restaurante contrata . Salário inicial a partir de R\$ 1.750,68 podendo chegar até R\$ 2.200,00 + comissão . Enviar currículo para email: curriculum.guara@gmail.com

INSTALADOR

SEM EXPERIÊNCIA de cortinas e persianas, c/ CNH. Sal.R\$ 2.100,00 +VT. Enviar CV para: rh@sublimes.com.br

MANICURE PRECISA- SE Salário R\$ 2.200,00+ VT. Tr: 98139-6240

MOTORISTA cat D (carga/descarga) frutas. Fixo R\$ 2.001,08 +premi- ações + benefícios. CV: rhcvdistribuidora@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

ESCOLA CONTRATA PROFISSIONAL PARA diagramação ou formação de apostilas/ cursos no Word. Enviar CV: selecao@futureautomacao.com.br

TÉCNICO (A) EM IN- FORMÁTICA Currículo: selecao@futureautomacao.com.br

NÍVEL SUPERIOR

ESTAMOS CONTRATANDO ENGENHEIRO MECÂNICO Formação na área; Exper. comprovada; Apresentação de CAT; Apresentação de ART. Benefícios: VT + VA. Remuneração à combinar Enviar currículo p/ rh@eletrocontrole.com.br

ESCOLA - DF CONTRATA REVISOR DE TEXTOS para revisão de apostilas/ cursos Enviar CV: rh.educacaobasica@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretaria do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá , Passadeira , Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3 idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3 idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

Disque-Denúncia**Secretaria de Segurança Pública.**

Uma nova arma contra a criminalidade
 Sigilo absoluto.

197**AVISO DE REPUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 11/2026**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação do IATE CLUBE DE BRASÍLIA, em exercício, comunica aos interessados na participação do certame licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 11/2026**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ZELADORIA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO IATE CLUBE DE BRASÍLIA**, que nova sessão de abertura dos documentos de habilitação e propostas comerciais da **CONCORRÊNCIA Nº. 11/2026** será realizada no dia **07 de outubro de 2026, às 15h**, no Auditório do Edifício Multifunções, conforme disposto no item 13.9 do Edital Convocatório, em razão do não comparecimento de interessados na sessão ocorrida no dia 28 de setembro de 2026. Assim, convidados todas as empresas interessadas na participação do certame a apresentar documentação e proposta comercial. O Edital completo e demais especificações estarão à disposição dos interessados no Setor de Licitações e Contratos, SCEN trecho 02, conjunto 04, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, ou pelo site eletrônico www.iateclubedebrasilia.com.br.

Brasília/DF, 1º de outubro de 2026.
 ELIETE DE PINHO ARAUJO
 Presidente da Comissão, em exercício



GOLPE!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.